



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Marcelo Chiamulera

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO
O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO
PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura orientada pelo
Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt e apresentada ao
Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra

Junho de 2024

Das evidências de um palimpsesto

O diálogo com as pré-existências a partir do projeto de reabilitação do palácio de São Marcos.

Marcelo Chiamulera
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Orientada pelo Professor Doutor António Alberto de Faria Bettencourt
Apresentada ao Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra

Junho de 2024

Nota à edição:

A presente Dissertação segue o novo acordo ortográfico da língua portuguesa.
Utiliza para efeitos de citação e referenciação a normal de formatação APA (American Psychological Association).

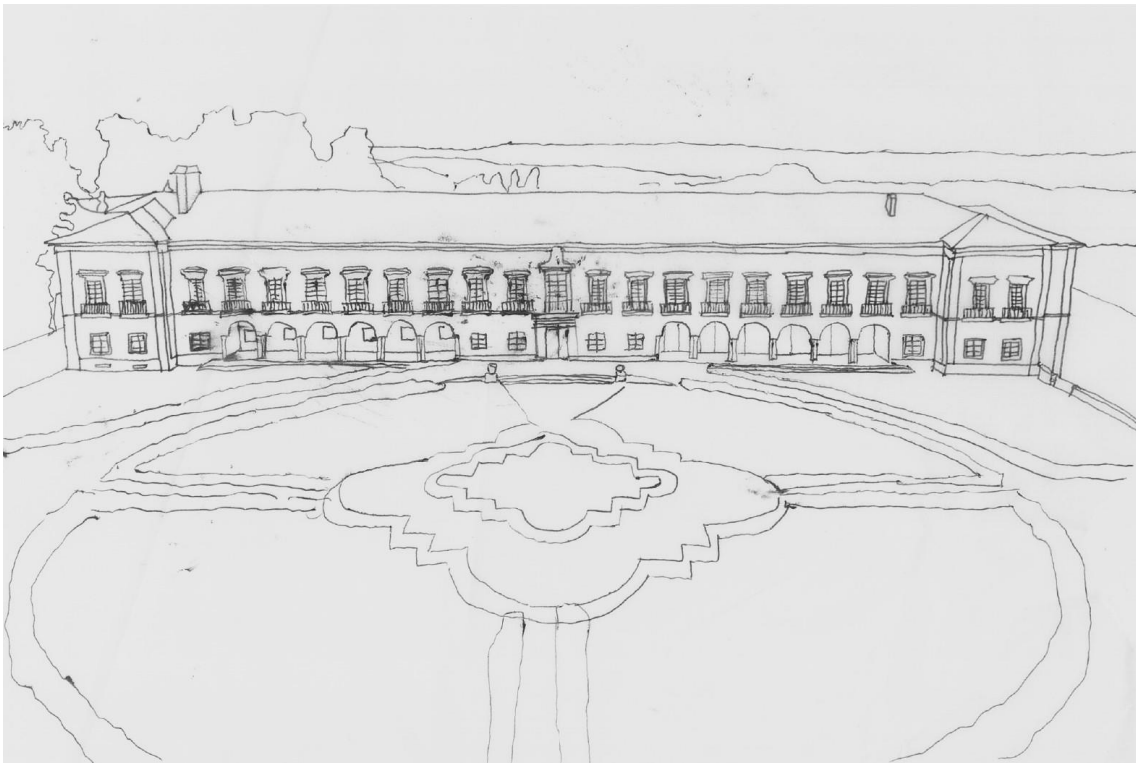


Figura 1 – Esquisso da fachada principal do Palácio de São Marcos

“As construções de maiores proporções, dada a brevidade da vida humana e a vastidão dessas obras, quase nunca serão levadas a termo por quem as concebe. Mas por causa da ambição, quem lhe sucede, deseja absolutamente inovar em alguma parte, e assim tornar a obra sua; razão pela qual se deterioram e condenam à ruína edifícios que outros iniciaram bem. Creio que precisamos de nos manter fiéis às intenções dos autores, as quais foram certamente fruto de maturada reflexão. Na verdade, aqueles que originalmente iniciaram a obra devem ter sido guiados por determinadas intenções que, até nós, com um mais atento e prolongado exame e um juízo mais rigoroso, podemos descobrir” (GRASSI, 2007).

Agradeço,

*Ao Professor Doutor António Bettencourt, meu orientador
Pelo acompanhamento e exigência.*

*A família
Que me acompanhou ao longo destes anos.*

*Aos amigos
Pelo companheirismo, ensinamentos e vivências.*

*A Leonie, meu porto seguro
Pelo amor, carinho e paciência ao longo deste período.*

*Ao corpo docente do D'arq
Pela minha formação.*

*Aos meus pais.
Pelo apoio incondicional, resiliência, suporte e amor.
Por me oferecerem as melhores condições possíveis
para a concretização deste objetivo*



Figura 2 – Fachada poente do palácio de São Marcos

Resumo

A presente dissertação tem como tema o projeto de reabilitação do palácio de São Marcos focado na formalização da proposta de um novo centro universitário. Na sua condição atual o edifício é fisicamente incapaz de responder ao programa composto pelas componentes: cultural, pedagógica e residencial. É desta condição que propõe-se uma nova construção suplementar ao edifício principal explorando as potencialidades da pré-fabricação arquitetónica em analogia aos princípios construtivos do pré-existente. O diálogo com as pré-existências estabelece as diretrizes da intervenção que aborda o presente palimpsesto arquitetónico evidenciando as suas subseqüentes estratificações temporais enquanto contexto físico onde a nova construção insere-se. Além disto, a dissertação explora a relação entre o novo e o antigo, respeitando a integridade histórica do palácio na adaptação das estruturas contemporâneas a sua dimensão física. A metodologia inclui análise documental, estudos de caso e a aplicação de princípios teóricos da reabilitação. O processo de investigação resulta em uma proposta que busca num gesto de continuidade com o contexto, e apelo a memória, a integração do edifício pré-existente a comunidade local.

Palavras-chave: Palácio de São Marcos ; Reabilitação; Diálogo com as pré-existências; Limites; Pré-fabricação

Abstract

The subject of this dissertation is the rehabilitation project for the palace of São Marcos, focused on formalising the proposal for a new university centre. In its current condition, the building is physically incapable of responding to the programme made up of cultural, educational and residential components. It is from this condition that a new supplementary construction to the palace is proposed, exploring the potential of architectural prefabrication in analogy to the constructive dynamics of the pre-existing. The dialogue with the pre-existing establishes the guidelines for the intervention, which approaches the present architectural palimpsest, highlighting its subsequent temporal stratifications of the building as a central theme. In addition, the dissertation explores the relationship between old and new, respecting the historical integrity of the palace while adapting contemporary structures to its physical dimension. The methodology includes documentary analysis, case studies and the application of theoretical principles of rehabilitation. The research process results in a proposal that seeks, in a gesture of continuity with the context and appeal to memory, to integrate the pre-existing building into the local community.

Keywords: Palace of São Marcos; Rehabilitation; Dialogue with pre-existences; Limits; Prefabrication

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| I DESCOBERTA DO CONTEXTO | 23 |
| 1.1_ Do Território - A formação de uma identidade regional | 25 |
| 1.1.1_ - A dimensão natural | 27 |
| 1.1.2_ - A dimensão humana | 29 |
| 1.1.3_ - Memórias do passado | 33 |
| 1.1.4_ - A condição contemporânea | 37 |
| 1.2_ Do Local – Processos de fragmentação | 39 |
| 1.2.1_ - Princípios de organização, evolução e caracterização de São Silvestre | 43 |
| 1.2.2_ - Caracterização dos espaços urbanos e aproximação ao palácio de São Marcos | 47 |
| II O PALÁCIO DE SÃO MARCOS | 51 |
| 2.1_ Do objeto de estudo | 53 |
| 2.1.1_ - Da dimensão contemporânea e das pré-existências | 55 |
| 2.1.2_ - Dos princípios de desenho | 61 |
| 2.1.3_ - Da caracterização dos espaços interiores | 69 |
| 2.2_ Da caracterização construtiva | 83 |
| 2.3_ Da contextualização histórica e cronologia de intervenções | 91 |
| III O PROJETO | 95 |
| 3.1_ Enquadramento | 97 |
| 3.2_ O programa proposto | 99 |
| 3.3_ A clarificação do momento de chegada ao palácio de São Marcos | 101 |

| | |
|---|-----|
| 3.4_ A condição dos limites e plataformas | 105 |
| 3.5_ O sistema construtivo enquanto principio de organização espacial | 107 |
| 3.6_ Evidências de um palimpsesto | 111 |
| 3.7_ O novo centro universitário | 113 |
| 3.7.1_ - O foyer e o auditório | 117 |
| 3.7.2_ - As salas de aulas | 121 |
| 3.7.3_ - O centro de investigação | 123 |
| 3.7.4_ O Spa | 125 |
| 3.7.5_ A dimensão construtiva do novo | 129 |
| 3.7.6_ A apropriação da envolvente próxima do palácio | 133 |
| 3.7.7_ A apropriação do espaço público do palácio de São Marcos . | 137 |
| 3.7.8_ A componente residencial | 139 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 149 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 153 |
| FONTES DE IMAGEM..... | 157 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge no âmbito da unidade curricular de Atelier de Projeto I e II, orientada pelo Professor Doutor António Bettencourt, com o tema: O projeto de reabilitação do palácio de São Marcos – O processo de conformação, a representação e a comunicação da ideia arquitetónica e da sua materialidade.

Tem como tema a proposta de um novo centro universitário, catalisador de novas dinâmicas contemporâneas, a partir do Palácio de São Marcos. Este, ao longo das décadas, é utilizado para atividades pontuais e desajustadas, de carácter que pouco dignificam seu valor histórico. É neste âmbito que, a partir do processo de projeto, evidencia-se o exercício não somente de reabilitação, mas, também, da construção de uma nova estrutura capaz de, em diálogo com a pré-existência, suplementar suas novas atividades educacionais.

O decorrer da investigação levou à demarcação de um processo de trabalho transversal às diferentes escalas de aproximação do desenvolvimento do projeto. A investigação do processo de contextualização do objeto de estudo integrou a análise de bibliografia de referência, fotografias antigas e recentes, documentos históricos, visitas ao local bem como análises e levantamentos realizados. O exaustivo estudo dos diversos graus de caracterização da Pré-existência requereu o aprofundar de um reconhecimento de base analítica da natureza do edifício. Anotações, esboços e levantamentos fotográficos, bem como o auxílio de equipamentos como o drone, foram ferramentas incontornáveis para o salientar de aspetos fundamentais para, como cita Eduardo Souto de Moura, uma *domesticação da arquitetura* do palácio de São Marcos. Decorrente deste processo, a fase seguinte, de compreensão dos princípios de organização do programa, integrou uma incansável análise de referências projectuais bem como de visitas autónomas a casos de estudo. Com o delinear de uma proposta, as consecutivas idas ao palácio de São Marcos serviram de suporte para o desenvolvimento do projeto, numa perspetiva de recolha de informação relativa aos aspetos do edificado existente para o aprofundar de uma proposta.

O estudo do Palácio e de seus princípios compositivos, materiais e de construção bem como dos mais variados temas que o tangenciar da reabilitação acarreta, permitiu a salvaguarda de um entendimento mais profundo que consubstanciou a produção de elementos gráficos para o desenvolver de uma estratégia geral de intervenção. É exposto não um resultado final, mas sim às marcas de um processo e de seus momentos de formalização, indispensáveis no amadurecer de uma comunicação, exposição e resolução de cada episódio que esta história engloba por meio de esboços, representações bidimensionais, diagramas, organogramas, maquetes, fotomontagens e *renders*.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No capítulo I, *Descoberta do Contexto*, a investigação centra-se no estudo do território, dentro de uma perspetiva regional e local, com o objetivo de compreender a formação do sítio onde insere-se o objeto de estudo: O Baixo Mondego. O capítulo II, *O Palácio de São Marcos*, estrutura as características do edifício dos pontos de vista: Da sua dimensão contemporânea e das pré-existências; Dos princípios de desenho; Da caracterização dos espaços interiores; Da caracterização construtiva e da contextualização histórica e cronologia de intervenções.

O capítulo III, *O Projeto*, aborda a sucessão de escalas correspondentes aos diferentes níveis de aproximação à proposta final. Nos primeiros pontos, abordam-se os conceitos principais de enquadramento do projeto ao sítio e elementos da pré-existência. Os restantes pontos deste capítulo, apresentam a proposta individual acompanhada pela exposição de momentos importantes do projeto para a obtenção do resultado final. O recurso a elementos gráficos representativos das sucessivas etapas de desenvolvimento expõem a metodologia de investigação para o projeto, entre a proposta de novas construções e a reabilitação.

A investigação desenvolve-se suportada por bibliografias de referência enquanto base para as respetivas etapas do processo de projeto. Na descoberta do contexto foram relevantes as obras de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo da história rural*, Alfredo Fernandes Martins, *O esforço do homem na bacia do Mondego*, e Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da geografia regional*. Num segundo momento, a contextualização histórica do edifício defrontou-se com a escassez de informação existente suportando-se em duas publicações: *O Convento de S. Marcos*, de Joaquim Vasconcelos na Revista de Guimarães do ano de 1987 e, de mesmo título, *O convento de S. Marcos*, de Sousa Viterbo na revista Branco e Negro de 1896. Na terceira e última parte, o desenvolvimento do novo centro universitário e reabilitação do palácio de São Marcos teve como principais estudos de caso o Kingston University Town House, da autoria do coletivo irlandês Grafton Architects, de 2019 e a pousada de Santa Marinha da Costa, de Fernando Távora realizada entre os anos de 1972-1985. Os estudos de caso enunciados representam referências globais para a intervenção que contribuíram a nível conceptual e teórico para o desenvolvimento e formulação do projeto.



Figura 3 – Fotografia aérea do palácio de São Marcos

I DESCOBERTA DO CONTEXTO

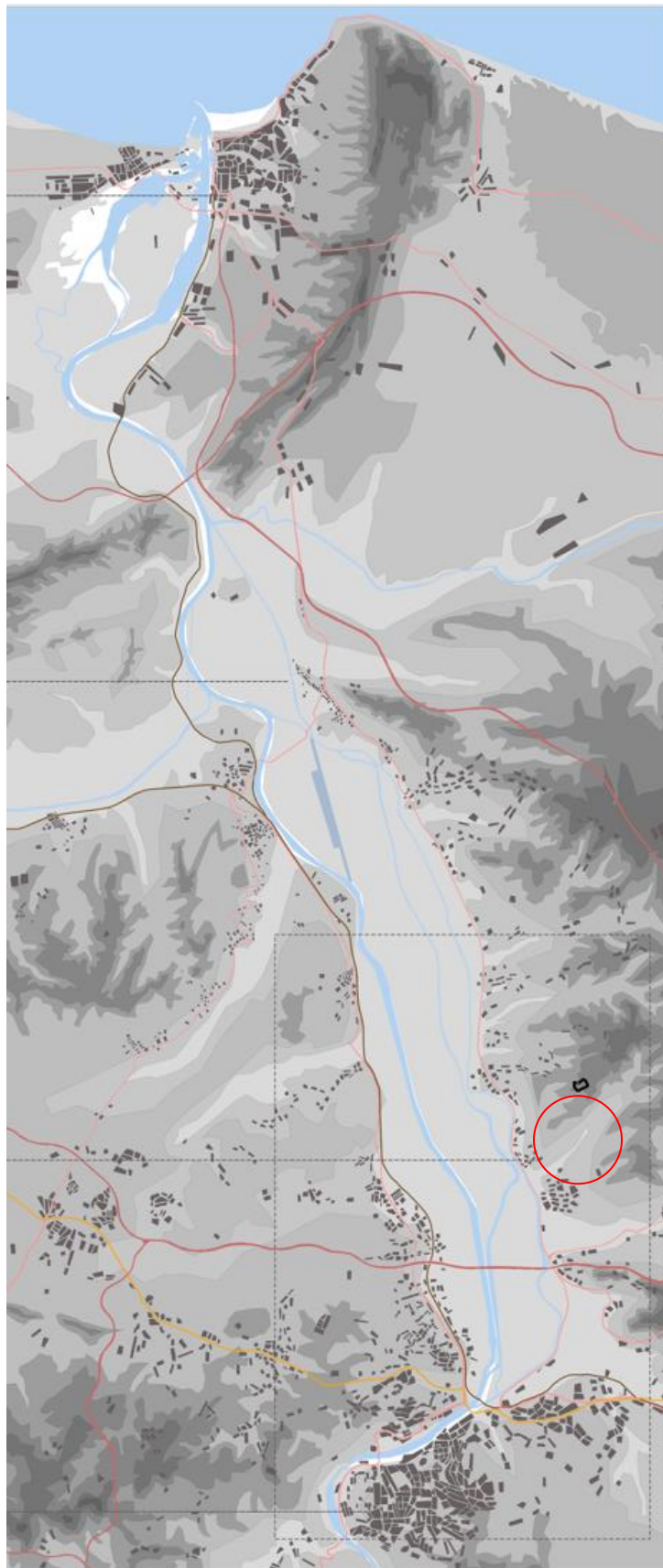


Figura 4 – A topografia do Baixo Mondego

1.1_Do Território - A formação de uma identidade regional

A investigação acerca do contexto no qual insere-se o palácio de São Marcos estruturou-se numa perspetiva de compreensão e leitura da sua condição contemporânea enquanto matéria de projeto. Através da caracterização dos elementos compositivos que desenham a paisagem, como a topografia e os aglomerados urbanos, bem como da compreensão das áreas florestais, agrícolas, industriais e zonas de proteção ambiental, buscou-se um aprofundar do conhecimento a respeito da paisagem no qual o objeto de estudo integra-se.

O entendimento a respeito da estruturação do território, realizou-se a partir da compreensão das transformações que a região e respetivos elementos compositivos sofreram no decorrer da história. Um exercício dentro de uma perspetiva analítica das sucessivas intervenções que transformaram este território, de enorme vastidão e complexidade, não é possível dentro das limitações do presente trabalho. Este tema poderia constituir facilmente uma investigação distinta do foco principal da presente dissertação: A reabilitação do palácio de São Marcos.

“O território funciona então como um organismo em que as paisagens são feitas pela sociedade e refletem as suas mudanças e atitude em relação ao meio ambiente, (...) refletem a sobreposição de todas as tentativas do homem em se adaptar ao ambiente na procura de melhorar as condições de vida” (ANTROP, 2000)

O estudo do território, foi importante para o aprofundar do conhecimento direcionado à intervenção. Através do cruzamento e análise de bibliografia de referência; de cartografias do Instituto Geográfico e Cadastral; fotografias antigas e leituras de trabalhos académicos, como também trabalho de campo, onde se destacam desenhos à mão levantada e registo fotográfico, enquanto instrumentos para a captação das características do lugar, foi possível sintetizar e compreender a estruturação do território onde insere-se o Palácio de São Marcos.

A investigação das transformações ambientais causadas pela intervenção humana na região ao longo do seu processo de ocupação, conduz a uma leitura informada da contemporaneidade enquanto um processo de formação constituído de mudanças impactantes da paisagem natural, oriundas da agricultura, urbanização e do controlo das águas. Como consequência destas transformações, sociais e do meio ambiente, a paisagem reflete aquilo que de uma análise multifacetada do contexto territorial se transporta em primeiro lugar para o projeto: A interação entre espaço, ambiente e sociedade na formação de uma identidade regional.

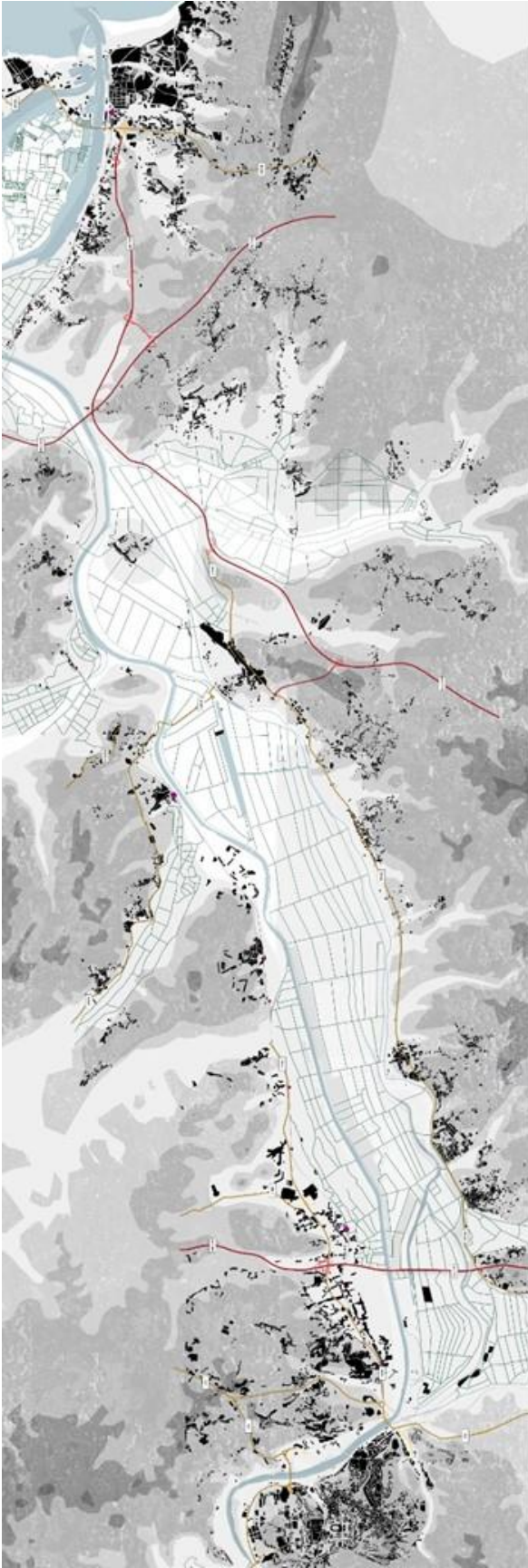


Figura 5 – Os aglomerados urbanos e campos agrícolas do Baixo Mondego.



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9

1.1.1_ A dimensão natural

A compreensão do território no qual situa-se o palácio de São Marcos é indissociável da presença estruturadora do Rio Mondego que, enquanto elemento primordial desta região, com as suas águas, fundou o contexto do presente estudo. Este vale moldou-se ao longo de milhares de anos por processos geológicos, fluviais e, sobretudo, humanos, dentro de uma complexa interação entre o meio natural e intervenções sociais.

O Rio Mondego, na sua secção final, do Baixo Mondego, reparte-se em três leitos: o leito central, correspondente ao atual numa extensão de 36km; o leito periférico esquerdo, com aproximadamente 11km de extensão, num traçado que relaciona-se com o lado sul do vale; E o leito periférico direito, que com aproximadamente 27km, numa relação com o norte do vale, coincide com o antigo leito do Rio Mondego. Este denomina-se rio velho e conflui com o leito central nas proximidades de Montemor-o-Velho.

As características físicas do Baixo Mondego, ao longo da história, foram, para diversos povos, influentes na ocupação deste território. Devido a exploração de suas capacidades agrícolas o rio Mondego deu origem a um crescente processo de fixação de povoados ao longo do seu percurso em direção ao oceano atlântico.

Os registos históricos mais detalhados a respeito das primeiras ocupações desta região geralmente remontam à Idade Média, com a formação e documentação de povoações, cidades e eventos associados à história da região. Enquanto impulsionador do desenvolvimento do território durante este período, o Baixo Mondego foi marcado por um forte desenvolvimento socioeconómico das localidades assentes nas suas margens. A cota das colinas na proximidade do rio respondia a necessidade de defesa, marcada pelas fortificações medievais que pontuam o território a sul do rio Mondego, bem como do abastecimento de bens alimentícios e da subsistência.



Figura 10 – Campos rurais do Baixo Mondego.



Figura 11 – Encostas do Baixo Mondego.

O Baixo Mondego pode ser caracterizado por dois diferentes registos: Os campos e as encostas. Como zonas distintas, devido à rentabilidade da produção agrícola e às diferentes aptidões da terra, diferenciam-se, em primeiro lugar, pela topografia, isto é, do contraste entre a horizontalidade da planície aluvial em relação aos montes que enquadram a paisagem. Não limitando-se a fatores topográficos, diferenciam-se também pelas condições humanas e culturais, que construíram este território durante a história.

No que diz respeito às encostas, sua configuração física estruturou núcleos rurais importantes como: São Silvestre, São João do Campo, Tentúgal e Montemor-o-Velho. Apesar da produtividade dos campos - relacionada com as culturas do azeite; da vinha e dos leguminosos - os núcleos rurais dos montes complementam a economia local.

Com isto, é nas zonas das encostas que encontramos, não somente as habitações, mas também um diferente registo de cultivo numa relação mais estreita com a escala humana. Desta maneira, torna-se pertinente o estudo do contexto e a caracterização desta riquíssima paisagem, enquanto elemento contemplativo a partir do planalto no qual insere-se o palácio de São Marcos, indissociável de seu contexto natural e paisagem.

Esta, que enquanto reflexo das sucessivas intencionalidades provenientes dos processos de transformação e manipulação do meio natural, refletem, segundo *Orlando Ribeiro*, uma construção social ao longo da história, isto é, um registo de uma memória coletiva na qual o palácio de São Marcos insere-se.

1.1.2 __A dimensão humana

A intervenção humana na relação com o rio é indissociável do estruturar deste território, do período de formação da nacionalidade portuguesa até aos dias de hoje. Os problemas com a questão do controlo do rio fizeram-se presentes desde muito cedo, sendo do século XIII os primeiros registos da destruição causada pelas cheias resultantes do processo de assoreamento. Este, que agravou-se pelo intenso aumento populacional bem como pela desflorestação e crescimento da produção agrícola nas secções mais elevadas do rio Mondego. Desta forma, condicionando a dinâmica de ocupação do território, cenário onde estes fatores contribuíram para o manifestar de desequilíbrios ambientais que influenciaram as dinâmicas de ocupação humana.



Figura 12 – Registo histórico de inundação do Rio Mondego.

Foi prematuramente, portanto, que se deu a compreensão de que estes 40km de uma zona incrivelmente fértil estaria suscetível as cheias, fazendo com que nos montes surgissem as habitações das populações envolvidas no trabalho agrícola, prevenidas das inundações. Esta última secção do Mondego, a partir de Coimbra, é percorrida atualmente na sua maior parte dentro do canal artificial do leito central e desenha-se entre diques e canais de irrigação, próximos dos leitos naturais, variáveis e incertos. Constituindo, a partir de uma leitura crítica deste exercício de compreensão, uma grande “*máquina*” de infraestruturação territorial.

A violência das recorrentes cheias transformou uma grandiosa bacia aluvial com cerca de 150 km², num delta inferior em veloz processo de assoreamento, amenizado pelas obras hidráulicas efetuadas no médio Mondego a partir do século XVIII. A violência dos processos de assoreamento do rio Mondego, originaram por inúmeras vezes cheias devastadoras, que obrigaram assim, a realização de obras de engenharia, de salientar: a intervenção de Estevão Cabral. Este, desenha no século XVIII um novo traçado para o leito do rio: O rio novo, que flui em um canal artificial. Com isto, passou a denominar-se de rio velho o antigo leito que ainda hoje evidencia-se na proximidade da estrada nacional 111. Percurso de aproximação ao Palácio de São Marcos.

“Em 1684, D. Pedro II, incumbiu o reitor da Universidade de Coimbra de proceder à realização de um plano de encanamento do Baixo Mondego. Parece ser consequência desta iniciativa a realização da magnífica planta realizada pelos engenheiros Manoel Mexia da Silva e Manuel de Azevedo Fortes em 1703, que mostra o rio desde Coimbra à Figueira da Foz. Propõe-se a abertura de dois canais em linha reta com o fim de atalhar e regularizar o leito do rio. Esta proposta seria retomada no final do século pelo padre Estevão Cabral, incumbido de realizar novo plano. Nesta ocasião logrou-se realizar obra, sobretudo na fixação de um novo troço retilíneo entre a quebrada grande e Pereira do Campo, cujos trabalhos, começados em 1791, foram interrompidos pelas invasões francesas. Desde 1781 até 1807 a situação dos campos do Mondego melhorou muito, após a abertura de um novo leito. Mas a situação foi piorando, devido ao assoreamento do rio, chegando ao século XX numa situação insustentável. Foi então preparado o Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego, para intervenção na década de sessenta, que foi implementada maioritariamente desde o decénio seguinte.” (CARDIELOS, 2016)

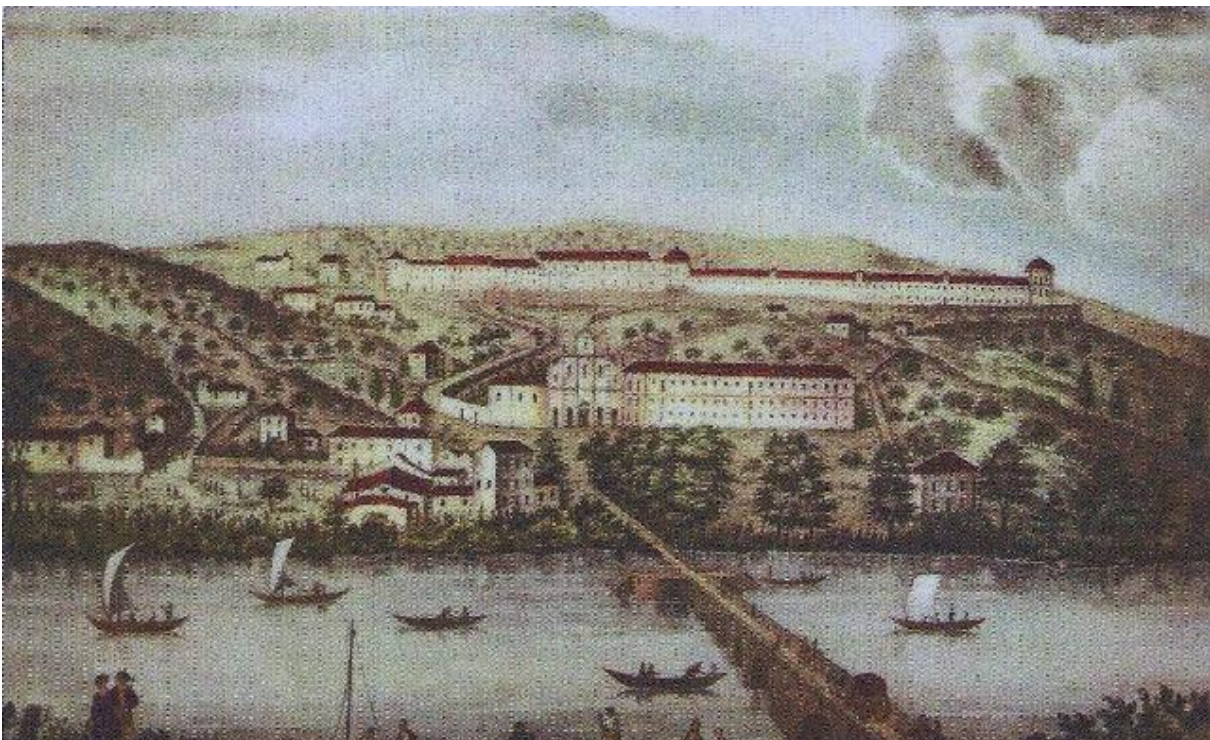


Figura 13 – Ilustração medieval do Rio Mondego com destaque para a zona de Santa Clara e a intensa navegação.

1.1.3_Memórias do passado.

A paisagem é repleta de memórias do passado, longínquo e recente, que mantêm um poderoso valor simbólico. É nesta perspectiva que o estudo do palácio de São Marcos, agente da estruturação do território no decorrer da história deve ser enquadrado, de acordo com *André Corboz*, como uma viagem no tempo e no espaço. É do entendimento do território enquanto palimpsesto que a história é utilizada como suporte para a percepção das diferentes camadas culturais que estruturaram o Baixo Mondego.

Desta estruturação resulta uma paisagem onde as influências humanas e naturais sobrepuseram-se ao longo do tempo, não sendo de imediata compreensão os fatores que construíram a contemporaneidade. O palácio de São Marcos na presente investigação constitui um agente ativo destes processos durante a Idade Média, período no qual remonta o início da tentativa do homem de controlo da natureza e ocupação desta zona.

“O trigo era, no ano de 1300 plantado nos terrenos mais férteis, os considerados de primeira classe. Este cereal, depois de moído e transformado em farinha, permitia o fabrico de pão que juntamente com o vinho definiam a dieta medieval.” (COELHO, 1983)

“A planície aluvial do Baixo Mondego é, desde cedo, um foco de aumento demográfico, atingindo mesmo valores que tornaram esta última secção do Rio Mondego a mais densamente povoada de Portugal.” (MARTINS, 1940)

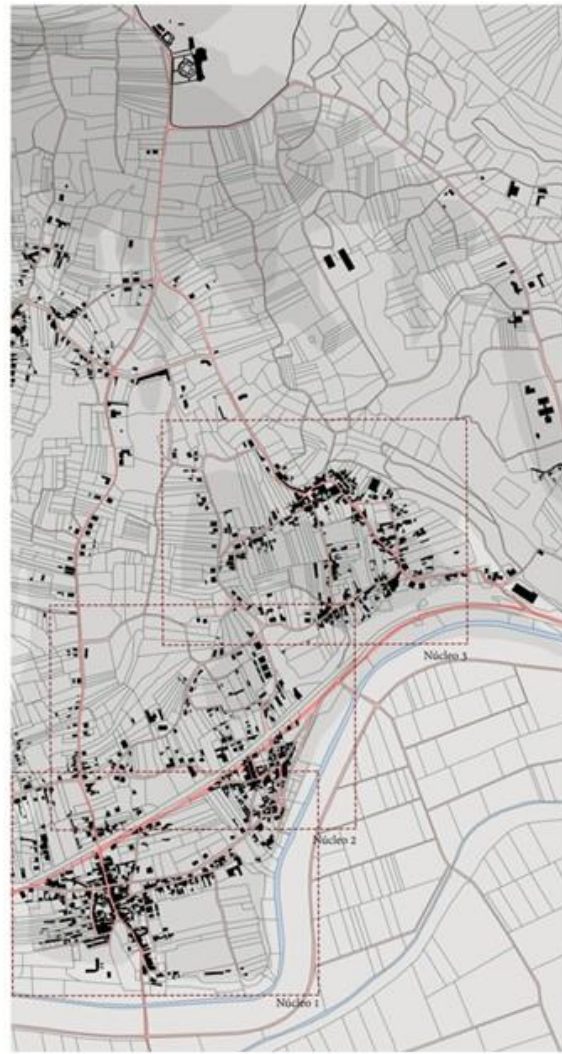
Durante os séculos XVII e XVIII o poder refletia-se no território local através da posse de terras como fonte de receita de concelhos e senhorios. A proximidade com o litoral, bem como das zonas fluviais, pela sua abundância de recursos e comunicações privilegiadas, contribuíram para um prematuro desenvolvimento territorial. Desta forma os polos agrícolas assumiram um importante papel de estruturadores do território. As margens do Mondego, nos princípios da idade média, eram regidas por poderes como as casas senhoriais; as ordens religiosas – como a de São Jerónimo – e de relevância para o âmbito desta investigação, o mosteiro de São Marcos.

“A fidalguia e nobreza de província era também receptora de rendas, assumindo em geral a condição de enfiteuta. Viviam ainda de proventos da terra confrarias, hospitais e misericórdias. Quanto à burguesia, usufruía da terra na sua qualidade de enfiteuta, mas fundamentalmente enquanto contratadora de rendas das casas senhoriais.” (SOBRAL, 2002)



Topografia Rios Rede viária

Figura 14



Estrutura cadastral Aglomerados

Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 18



Figura 19

A construção e afirmação dos poderes senhoriais na idade média aconteceu num registo de intensa disputa e batalhas entre os senhores de terras. Estes eram proprietários de vastos domínios territoriais e protagonistas, enquanto promotores do desenvolvimento regional, da exploração económica e rentabilização dos domínios conquistados. O maior senhorio territorial da zona de Coimbra correspondia ao poder religioso, representado pelo Mosteiro de Santa Cruz. Desta forma, no início do século XVIII, Santa Cruz era regente de quase todo o território compreendido entre Coimbra e a Figueira da Foz. *“O Baixo Mondego nunca foi um campo de aplicação de capitais, mas um espaço de captação de rendas e tributos vários, que alimentaram diversas casas senhoriais, muita delas sedeadas em Coimbra”* (SOBRAL, 2002)

O sistema de regência das propriedades rurais efetuado nesta zona compreendia-se na utilização da quase totalidade dos recursos depender de um processo de autorização dos senhores de terras. A concessão era formalizada por contratos agrários no qual seus domínios úteis eram transferidos aos trabalhadores rurais, obrigando-as a pagar anualmente uma espécie de renda denominada *foro*.

“Um polo de atracção de facto, mas, no entanto, a malha demasiado apertada do regime senhorial funcionou como um factor repulsivo da população com menores recursos, mas também daqueles que dispunham de capitais para investir na terra” (SOBRAL, 2002)

Portanto, a repartição da propriedade agrícola, enquanto elemento gerador de riqueza aos latifundiários, reflete-se no processo de distribuição social e da própria atividade económica. É notável na estruturação do território o processo de retalhação das megaestruturas latifundiárias em pequenas propriedades, sobretudo nas proximidades do rio Mondego, resultantes da implementação do regime senhorial durante a idade média.

Este território assistiu a partir do século XVIII, mas com maior intensidade em meados do século XX, uma transformação impactante e que ainda presente na contemporaneidade vem a transformar o Baixo Mondego por meio de um processo de urbanização que acarreta uma nova paisagem. A partir do estudo destes vestígios tangíveis da sua história é possível proceder a uma leitura informada da condição contemporânea com o conhecimento de que, enquanto processo latente, o território situa-se em constante metamorfose.



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23

1.1.4_ A condição contemporânea

É da Mata Nacional do Choupal até as salinas da Figueira da Foz, que se desenvolve, com um desnível de quarenta metros, a zona do Baixo Mondego. Nela, é evidente um conjunto de circunstâncias da atividade humana e da estabilização das águas do rio. Os sistemas de rega, viário, de drenagem e de ordenação das parcelas rurais possibilitam o desenvolvimento da região a partir da vasta cultura de seus campos.

Exuberante pela riqueza de sua fauna e flora, é indissociável a marca da ação humana no território. Esta pode ser traduzida pela vastidão do cultivo dos campos agrícolas, desenhados a partir de subsequentes transformações sociais ao longo da história. Extremamente férteis e dos mais extensos da Europa, propiciam o desenvolvimento da produção agrícola desta região com a cultura do arroz, milho e hortícolas. Por sua vez, as zonas de encosta, protegidas das cheias, asseguram as necessidades básicas – de habitação, produção de madeira, e de subsistência.

É de relevância as artificializações fluviais do rio Mondego, que asseguram as condições para o assentamento humano. A variedade natural da sua bacia hidrográfica, salientada pela Mata Nacional do Choupal e pelos Paus, sobreviventes da extensiva desflorestação agrícola, estende-se pelos afluentes do rio e zonas de proteção ambiental.

A agricultura do baixo mondego, regista uma paisagem inteiramente desenhada pelas ações humanas, geometrizada pelo desenho dos seus campos. A planície configura-se pelos retângulos das propriedades rurais que oscilam não somente em dimensão, mas também em cores e tonalidades consoante às colheitas; pelas pequenas estradas que ramificam-se sem perder o seu carácter retilíneo e pela dispersão das propriedades agrícolas que se densificam na aproximação às zonas mais altas. Estas definem a estabilização da cota de ocupação humana onde evidencia-se um assentamento populacional protegido da linha de cheia do Mondego. De forte presença, mesmo que paisagisticamente desajustadas, são as grandes infraestruturas de dimensão trans-regional tais como as autoestradas; estradas nacionais; o caminho de ferro e as redes elétricas que rasgam o território num processo contínuo de alteração da organização do espaço e sua paisagem.

“Uma região não é, na maior parte dos casos, apenas um produto natural, mas o resultado de uma combinação, num quadro físico, de obras e acções humanas” (RIBEIRO, 1995)



Figura 24 – Edifício de São Silvestre.

1.2_Do local – processos de fragmentação

Do tangenciar ao objeto de estudo, dentro de uma nova escala de compreensão, a investigação aproxima-se ao *local*. Enquanto produto de uma dinâmica territorial, caracteriza uma nova etapa no aprofundar de uma estratégia de análise e compreensão que antecede o projeto.

O contexto local, com base no estudo do território, é compreendido enquanto um organismo vivo em transformação, que configura a leitura da aproximação ao palácio de São Marcos através das suas localidades circundantes. Novas perspectivas a respeito do viver em sociedade bem como um câmbio de consciência global, acarretado pelas melhores oportunidades que a aproximação a uma vida urbana pode proporcionar, afastaram as localidades do contexto rural e as trouxeram para dentro de um novo registo, enquanto zonas suburbanas de Coimbra, núcleo urbano de referência.

Atualmente a zona de influência do palácio de São Marcos, situada entre São Silvestre e Vila Verde, é resultante, desde meados do século XX, de um prolongado processo de fragmentação. Diversos fatores conduzem à diluição socioeconómica, cultural e da memória coletiva desta zona. O constante êxodo rural; o acelerado processo de gentrificação dos centros urbanos portugueses; a evolução dos meios de transporte bem como a melhoria das ligações viárias que conectam a região a centros urbanos de maior escala são fatores que contribuem para a perda de identidade das localidades.

Estas assumem um novo carácter na contemporaneidade enquanto dormitórios, sobretudo de Coimbra dada a maior proximidade geográfica. Este processo, oculta-se por detrás de um superficial desenvolvimento das periferias que, dado o constante aumento do seu número de habitantes e do volume de construções registadas a partir dos anos 1980, proporcionam nas últimas décadas a suburbanização destas localidades. As novas construções geram, nos pequenos povoados, polos residenciais desconexos seja em função física ou de um sentido de memória do edificado constituinte.

O estudo subsequente é suportado pela seguinte abordagem: leitura de bibliografia de referência para a compreensão do desenvolvimento histórico do local; identificação da estrutura dos aglomerados urbanos; caracterização do edificado existente e da estrutura viária no sentido de caracterizar uma aproximação ao objeto de estudo; identificação da estrutura cadastral e da escala de seus espaços públicos na relação com o palácio e, por fim, identificação das características da população que esta zona habita.

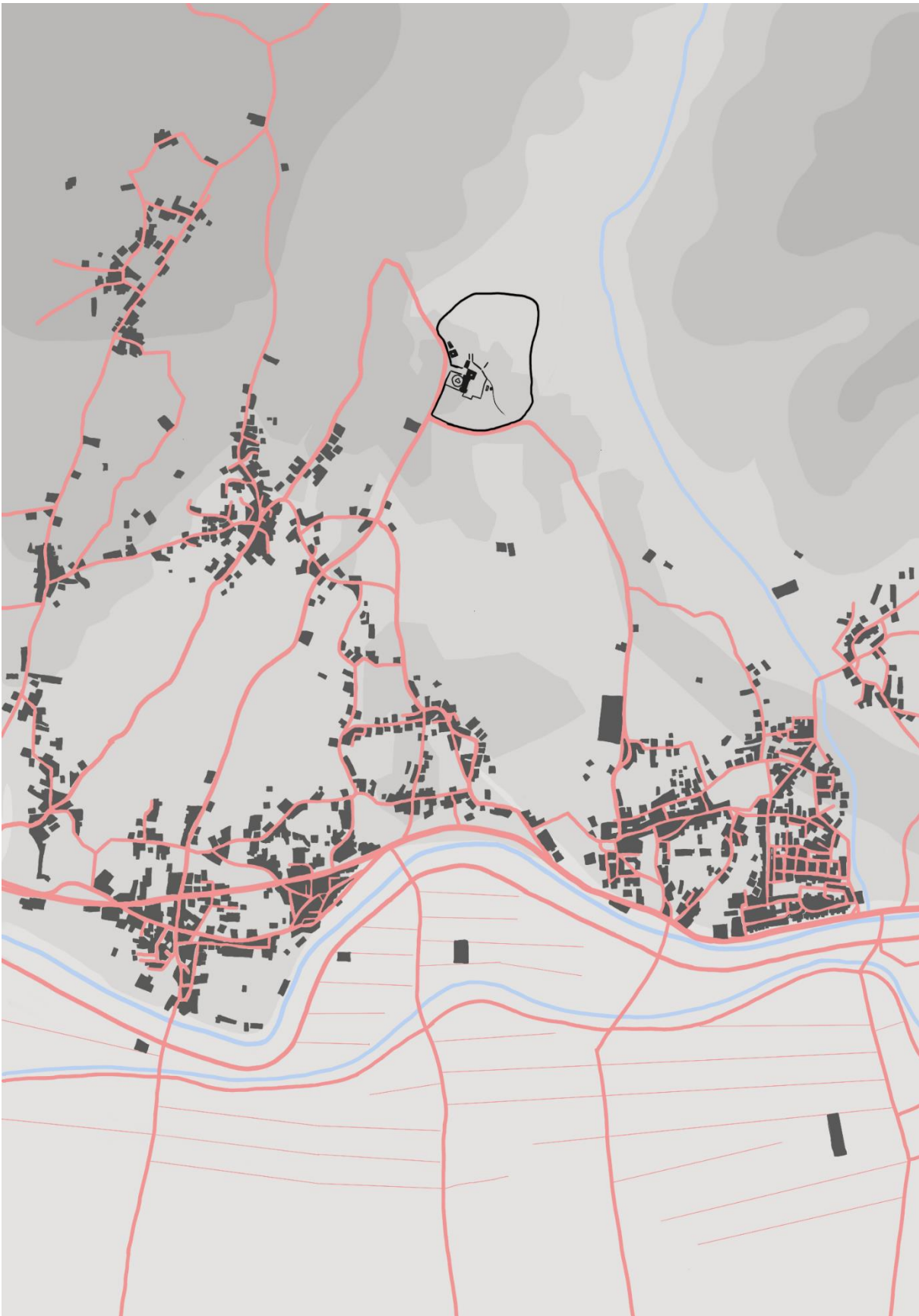


Figura 25 – Aglomerados urbanos da envolvente do objeto de estudo.

Numa fase seguinte sucedeu-se ao estudo das características das estruturas urbanas que configuram aproximações ao palácio de São Marcos, através de visitas às localidades de São Silvestre, São João do Campo e São Martinho de Árvore. Procurou-se através do exercício de análise e levantamentos conhecer a estrutura física dos aglomerados urbanos. O objetivo destas visitas foi o de registar os reflexos da construção de uma imagem das características atuais daquele território, na tentativa de representar a relação da sociedade com o meio, como um longo processo de definição e construção de uma paisagem.

O estudo resulta de um exercício de análise que pressupõe aproximações aos aspetos físicos do presente contexto. Seguindo uma dinâmica de trabalho em grupo, o estudo do *local*, assim denominado, foi realizado a partir da separação das localidades por zonas de análise, distribuídas, então, entre os três grupos que compreenderam o Atelier de Projeto IC.

No âmbito da presente investigação serão elaborados os conteúdos referentes a análise da freguesia de São Silvestre que, apesar das semelhanças transversais as diferentes zonas de análise, é o aglomerado urbano que, a 13 quilómetros de distância, mais próximo situa-se de Coimbra e que mais estreitamente relaciona-se com o do objeto de estudo.

“A paisagem de hoje é reflexo do produto do passado, e, por isso, uma construção social, um registo de uma memória colectiva.” (RIBEIRO, 1998)

O estudo é suportado por análises cadastrais, sensos e, sobretudo, dados recolhidos a partir dos levantamentos, fotográficos e desenhados, efetuados no trabalho em campo para a captação das características que definem o local. A análise compreende os seguintes pontos para uma abordagem: Princípios de desenho e análise da morfologia urbana; espaços públicos de referência; caracterização do edificado existente e características da população. A caracterização dos espaços públicos, unidades habitacionais e da identificação das estruturas cadastrais deu-se no intuito de compreender como estruturou-se a organização do território até ao presente do lugar.



Figura 26 – Caracterização do edificado de São Silvestre

1.2.1 _princípios de organização, evolução e caracterização de São Silvestre

Numa aproximação local, procurou-se estudar o processo latente de metamorfose, desde a megaestrutura latifundiária até aos dias de hoje enquanto estrutura urbana. Procurou-se também um estudo a respeito da hierarquização dos elementos compositivos numa relação de escala com a propriedade do palácio de São Marcos, principal estrutura de ordenamento do local ao longo do tempo.

São Silvestre, durante a história, foi retalhada em pequenas propriedades pouco articuladas entre si, herança de um progressivo fracionamento de unidades agrícolas, regidas pelos seus conventos e palácios, no decorrer do tempo. Elaborou-se, uma abordagem aos espaços públicos de referência e caracterização do edificado existente com o objetivo de estabelecer a caracterização do ambiente urbano que configura a aproximação do objeto de estudo e que contribui para a construção de uma paisagem e da memória coletiva que o local acarreta. Os elementos de maior relevância neste estudo são sobretudo as vias de aproximação, a continuidade dos espaços públicos e o estado de conservação dos edifícios de carácter histórico e social.

A caracterização do edificado existente quanto as suas funções atribuídas, para além de uma leitura das atividades humanas locais, permitiu averiguar a maneira como as populações identificam-se com o edificado de referência e do dinamismo, ou falta dele, na apropriação do espaço público enquanto fator de identidade local. Os grupos funcionais identificados foram separados em: habitação; hotelaria; restauração; culto religioso; monumento; equipamento; serviços; armazéns e comércios.

Identificaram-se também os edifícios de valor histórico bem como os edifícios devolutos e em estado de ruína. A identificação da relação das cêrceas do edificado com os espaços públicos, a partir do levantamento do número de pisos, permitiu traçar paralelos entre a contemporaneidade do sítio com a estruturação recente de seu território através das diferenças de escalas e consequentes descontinuidades do edificado e do seu espaço público.



Figura 27



Figura 28 – Rua 25 de abril.

No decorrer do processo recente de formação da freguesia de São Silvestre, os novos polos habitacionais são caracterizados por uma malha urbana mais regular e arruamentos de maiores dimensões, deste modo as zonas destes novos edifícios também apresentam uma escala maior. Não obstante, estes novos polos urbanos, com suas diferenças morfológicas, são incapazes de estabelecer relações com a memória do local e pontos de continuidade com o edificado envolvente.

O estudo do estado de conservação do edificado aponta, apesar de evidente, uma considerável concentração de edifícios devolutos e em estado de ruína, transversal a todas as localidades analisadas, e, também, aos diferentes períodos de construção, anteriores à década de 1950 até aos períodos mais recentes.

Relativamente aos edifícios constituintes de uma memória coletiva local o seu recorrente estado de ruína e abandono simboliza um distanciar de qualquer sentido de caracterização histórica e contextual no desenvolvimento urbano destas localidades. Este, que, devido a ineficácia de seus planos em responder ao crescimento urbano, faz com que mesmo os edifícios construídos dentro de um registo de expansão urbana recente apresentem, também, o mesmo grau de devolução e estado de abandono das construções antigas.

Desejavelmente o exercício de reabilitação do palácio de São Marcos com o objetivo de ser ponto de partida, para um novo centro universitário, pode, enquanto catalisador social, promover o desenvolvimento local, social e económico, capaz de promover a conscientização a respeito da importância do reabilitar em oposição a novas construções isoladas e pontuais.

É do interesse deste trabalho que o presente estudo possibilite, não uma recolha de informação para o exercício de projeto, mas, sim, um estudo que, futuramente, contribua para sanar os problemas levantados. É do interesse deste trabalho a articulação do desenvolvimento local e regional com o polo universitário proposto, contaminando as localidades e dinamizando seus espaços públicos que serão impulsionados pela intervenção.



Desenvolvimento anterior a 1951



1951 - 1981



1981 - 2000



2000 à Atualidade

Figura 29 – Evolução do edificado de São Silvestre.

1.2.2_ Caracterização dos espaços urbanos e aproximação ao Palácio de São Marcos

Os princípios de desenho da estrutura urbana de São Silvestre iniciaram-se, como já referido, no período que remonta aos tempos de formação da nacionalidade portuguesa. Consiste num local elevado, protegido do rio Mondego, e com boa exposição solar, orientado a sul. Atualmente, a semelhança das demais localidades analisadas, situam-se margeadas pela estrada nacional 111, via estruturante do lado norte do vale do Baixo Mondego.

Os aglomerados urbanos estudados, estruturaram-se dentro de uma morfologia orgânica que gradativamente ganhou expressão dentro de um desenvolvimento difuso e não contínuo dos espaços públicos lineares, correspondentes às ruas corredores dos eixos originários de cada uma destas localidades. Estes, desenvolveram através de elementos referenciais de caráter religioso ou representativo do poderio nobre.

A vida urbana em São Silvestre gerou-se ao redor da histórica via principal, atual Rua 25 de Abril. Este eixo que atravessa a localidade no sentido nascente-poente, articula edifícios históricos relevantes, pela inserção urbana do conjunto construído e capacidade de referência do local, como o palácio de São Silvestre; a Igreja paroquial e o edifício anterior a 1950 na sua maior parte devoluto. Apesar da importância histórica esta via não é capaz, atualmente, de concentrar vida urbana, não possuindo nenhuma disponibilidade de utilizações e serviços. Estes que se concentram numa situação de maior proximidade à estrada nacional 111.

Este eixo estruturou, também, o crescimento recente da freguesia correspondente às novas centralidades que nas últimas décadas surgiram. É possível verificar que o espaço público não transparece de uma unidade arquitetónica ou de limites bem definidos, seja em função de um desenvolvimento cronológico das construções ou da uniformidade construtiva e compositiva no decorrer do espaço. No entanto, a Rua 25 de Abril para além da sua importância enquanto estruturador desta pequena localidade, é relevante enquanto ponto de arranque da estrada de São Silvestre, principal eixo viário de conexão ao palácio de São Marcos.

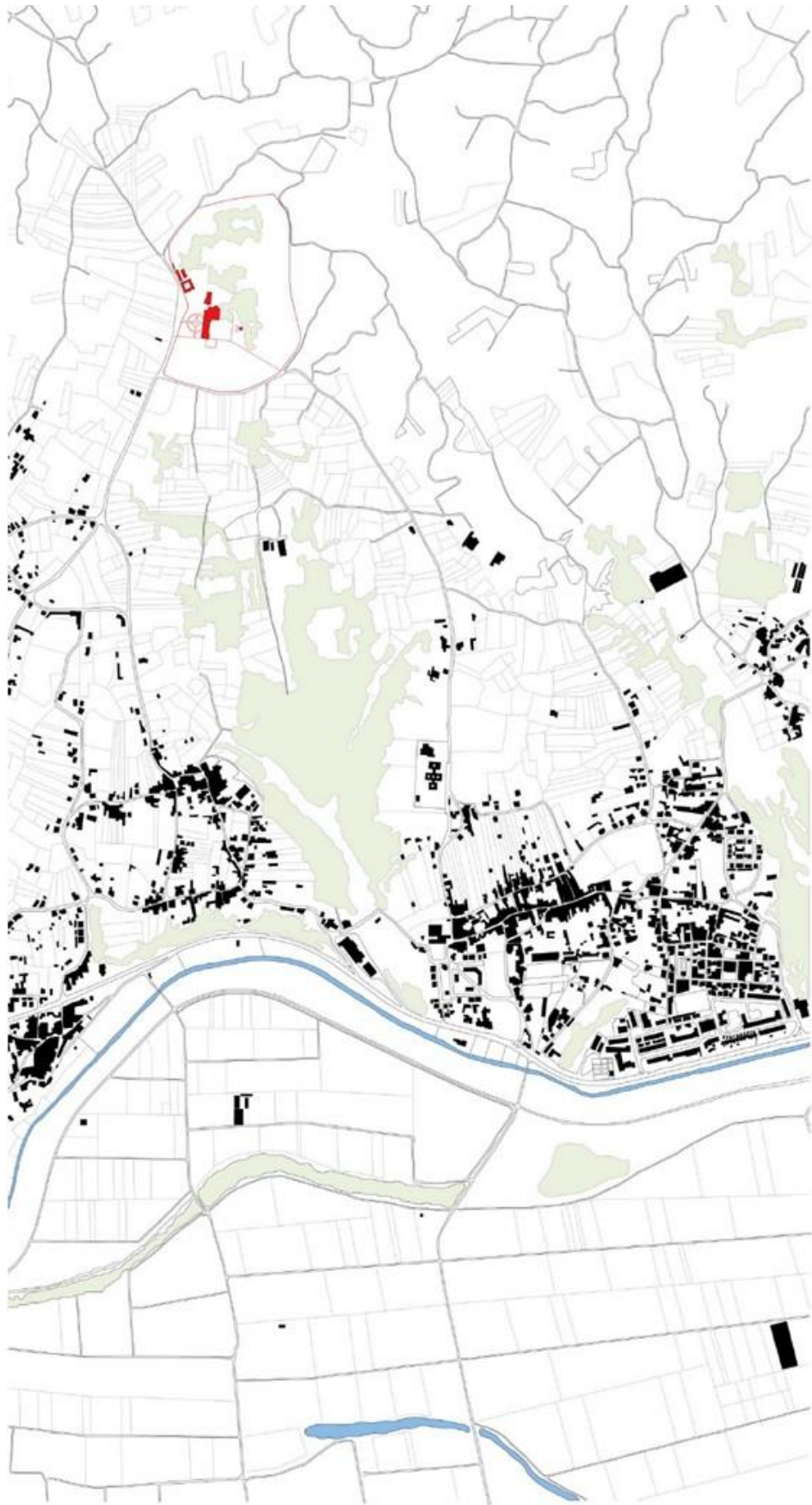


Figura 30 – Planta de Implantação do objeto de estudo desenvolvida a escala 1:5000

Ainda que desajustada às exigências para responder ao tráfego viário mais intenso, a estrada de São Silvestre possui qualidades implícitas enquanto delicado elemento de transição da escala urbana até ao palácio de São Marcos.

No decorrer do percurso entre São Silvestre e o objeto de estudo, a estrutura viária em direção ao palácio de São Marcos, a norte, é caracterizada por uma via simples de sentido duplo. Até o momento em que se confronta visualmente o alçado nascente do palácio de São Marcos, a estrada é animada por um percurso dominado por pequenas casas rurais e propriedades agrícolas. Enquanto importante elemento compositivo na aproximação ao objeto de estudo, a estrada de São Silvestre isola o palácio de São Marcos das grandes infraestruturas do Baixo Mondego e caracteriza, a partir de suas estreitas faixas de rodagem e curvas apertadas, uma rica aproximação e confronto de escalas com o palácio de São Marcos.

Desta forma, a aproximação ao objeto de estudo oculta sua monumentalidade, uma vez que o mesmo, apesar de sua cota elevada, não destaca-se ao longo do percurso e da paisagem, situando-se no linear da zona agrícola do baixo mondego com uma densa zona florestal a Norte. a partir desta aproximação, caracteriza-se então um momento de surpresa que antecede a chegada aos muros de sua cerca. Uma vez que a aproximação ao palácio torna-se, realisticamente, dominada pelo automóvel, a conservação da estrada de São Silvestre como parte da intervenção torna-se pertinente de um ponto de vista de sua inerente qualidade espacial e da preservação das suas características enquanto elemento arquitetónico capaz de isolar o objeto de estudo das grandes infraestruturas do território.

As mesmas qualidades denotam-se na estrada que une o Palácio a localidade de Zouparria, que, em conjunto com a estrada de São Silvestre, caracterizam um circuito viário de aproximação ao objeto de estudo bem como um elemento de conexão as demais localidades situadas a sudoeste, no sentido de retorno a estrada nacional 111 em direção a Figueira da Foz.



Figura 31 – Fotografia aérea do palácio de São Marcos

II O PALÁCIO DE SÃO MARCOS

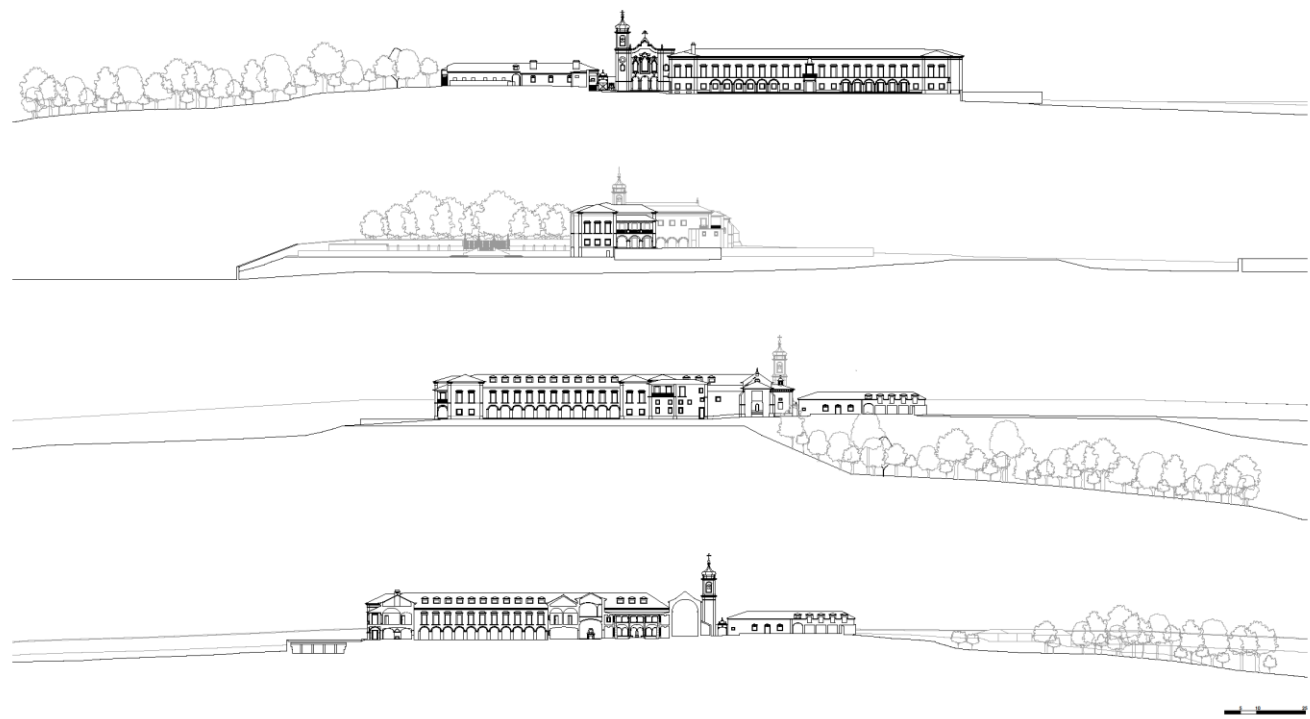
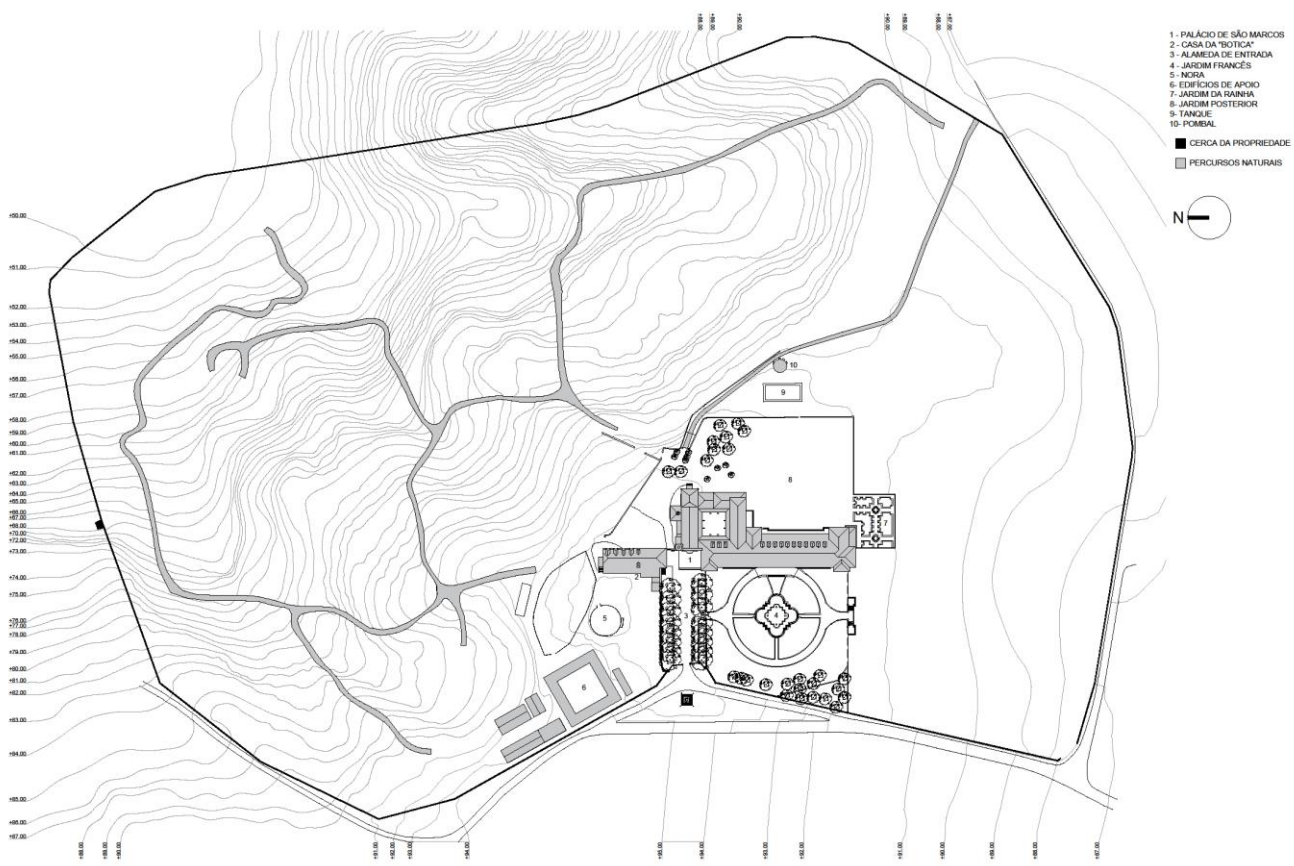


Figura 32 – Planta geral do Palácio de São Marcos a escala 1:1000; Alçado poente; Alçado Sul; Alçado nascente e Corte transversal pelo claustro, a escala 1:500

2.1_Do objeto de estudo

Apesar da imponência de sua escala e monumentalidade o palácio de São Marcos possui o valor objetual de um extenso edifício que, a partir de sua privilegiada cota altimétrica, isola-se na paisagem. Ocupa um importante espaço de transição entre a, exaustivamente estudada, paisagem do Baixo Mondego, a sul, e a mata que a norte delimita uma barreira natural. Antigo mosteiro hieronimita dedicado a São Marcos, já foi estudado, ao pormenor, da perspetiva de seu espólio artístico que acumulou ao longo do tempo. No entanto, apesar de ter valor histórico reconhecido, paradoxalmente, é escassa a documentação existente acerca de sua evolução arquitetónica ao longo dos séculos.

No âmbito deste capítulo pretende-se introduzir o estudo efetuado com o objetivo de caracterizar a pré-existência sob os pontos de vista da sua dimensão contemporânea; dos princípios de desenho; da caracterização dos espaços interiores; da caracterização construtiva e da contextualização histórica e cronologia de intervenções. O estudo de seu legado reúne os elementos para a fundamentação de um antídoto, isto é, uma oportunidade contemporânea ao edifício no contato que acarreta com as povoações circundantes. Procura-se o reabrir a um diálogo com as pré-existências que permita o desconstruir de sua condição de estaticidade no tempo. Tão simplesmente quanto cita Fernando Távora, o conhecimento do edifício torna-se imprescindível no intuito de *“continuar inovando”*.

(TAVORA in TRIGUEIROS, 1993)

Estrategicamente situado numa posição elevada do território, a vastidão e policromia dos horizontes, antes mesmo de qualquer esquisso, assume, de maneira lata, um aforismo que desde a primeira visita enuncia o critério geral de intervenção. É necessária, antes de uma imersão profunda, uma nota a esta qualidade do objeto de estudo que condicionará o projeto e também deixar-se-á condicionar. Se por um lado a paisagem é algo cuja intervenção deve obrigatoriamente integrar em sua estratégia, por outro, representa também um elemento em excesso, omnipresente, e que o projeto deverá, também, dar uma resposta no sentido de filtro e controlo da fruição destes horizontes.

A partir dos pisos superiores do Palácio de São Marcos desenham-se: a nascente, os perfis da serra da Lousã; a poente, da fachada principal, os campos de Soure; enquanto a sul o cenário é construído, como já referido, pelos campos do mondego e pelas elevações do Espinhal.



Figura 33 – O cruzeiro de São Marcos.



Figura 34 – O adro da igreja que remata a alameda a nascente.

2.1.1_ Da dimensão contemporânea e das pré-existências

O Palácio de São Marcos, enquanto peça arquitetônica, isola-se dentro dos limites de sua propriedade configurados através de seus muros. A partir de um momento de inflexão, estes estabelecem uma pontual conexão do objeto de estudo com o exterior de maneira a construir o momento principal de chegada. Trata-se do acesso formal ao complexo, construído pela imponente alameda de plátanos que, justaposta aos muros da cerca, configura uma relação de axialidade entre o cruzeiro de São Marcos (Fig. 33) e o adro (Fig. 34), composto pela Igreja na relação com o palácio e a casa da Botica. Esta possui um alpendre de colunas dóricas que se conecta ao corpo da Igreja por um portal decorado com esculturas quinhentistas que remata, a nascente, o momento de chegada.

A propriedade pode caracterizar-se por três grupos de edifícios com características distintas: O edifício principal formado pelo palácio de São Marcos junto com a Igreja e os espaços do antigo Mosteiro; A casa da botica, uma das construções mais antigas da propriedade que a partir de 1834, passou a ser usada como residência dos caseiros e, por fim, um terceiro grupo de construções de menor escala como o pombal, a eira e um conjunto de edifícios agrícolas em avançado estado de deterioração. A igreja assume uma posição física central neste contexto, sendo o testemunho com maior profundidade histórica do complexo. Numa aproximação ao Palácio de São Marcos, foram caracterizados os seus espaços envolventes; os limites da propriedade e o edifício central, alvo principal de intervenção e de uma caracterização mais profunda (Fig. 32).

No momento de chegada, é perceptível um eixo estruturante, estabelecido pela alameda, de nascente a poente, que divide a propriedade em dois registos distintos. A norte, encontra-se uma área densamente arborizada, com grande declive bem como as construções de apoio agrícola desprovidas de valor histórico. A sul da alameda, delineando-a, situa-se o jardim principal, institucional e de características geométricas (Fig. 36). É definido por um desenho de planta central caracterizada pela presença de uma fonte circular que estrutura dois eixos compositivos: um nascente e poente, marcado pela entrada formal do palácio e uma fonte junto a cerca; e outro de norte a sul, que estabelece o eixo de entrada ao jardim em direção as escadarias que rematam este espaço (Fig. 35). A poente existe ainda a presença, de um pequeno arvoredado, desconexo do sistema espacial que se desenha junto a cerca. O jardim principal apesar de sua matriz geométrica, não possui elementos arquitetónicos capazes de definir limites regulares ao recinto, bem como um suporte de seu principio compositivo simétrico, sendo aberto a paisagem a sul.



Figura 35 – Entrada formal do jardim principal.



Figura 36 – Imagem aérea da plataforma poente.

Este eixo encerra-se por meio de um portal que conecta o jardim a cota inferior e se insere num murete pontuado por conversadeiras. A cota inferior caracteriza-se pelo vazio verde existente que, num passado recente, terá sido utilizado para a agricultura, não sendo passível de apropriações de seu espaço no presente do lugar.

É a partir da fachada nascente do palácio que se evidencia outro elemento compositivo do conjunto: A plataforma artificial verde que embasa o edifício central, limitada por muros de suporte a sul e a nascente. Enquanto grande vazio contrasta com a institucionalidade e princípios compositivos do jardim poente junto a fachada principal do palácio. A plataforma tardoz do edifício desenvolve-se com algum grau de informalidade enquanto jardim que busca uma aproximação às características inglesas. No entanto, não consegue evidenciar o carácter naturalista e romântico que a tipologia britânica denota. Atualmente é apenas a partir deste vazio que existe a possibilidade de um afastamento visual e de uma perspectiva de enquadramento paisagístico do palácio na sua integridade. É, também, a partir da plataforma que se articulam os demais elementos que caracterizam a envolvente próxima do palácio, tratam-se: do Jardim da Duquesa; do Pombal; do antigo tanque e da vegetação de grande porte situada junto a Igreja nas proximidades do portão. Este encerra às matas da propriedade a norte, caracterizando um limite mais orgânico a plataforma nascente.

O Jardim da Duquesa, intervenção do século XX, é definido por uma plataforma secundária saliente em desalinhamento ao limite sul da plataforma nascente (Fig. 38). Articula-se por meio de uma pequena escadaria com a loggia abobadada que antecede a sala de chá. Relaciona-se também com o laranjal na cota inferior da plataforma e com a estrutura dos aposentos reais da ala sul do edifício principal, situados no primeiro piso. Possui ainda no seu embasamento uma cisterna e caracteriza-se, na sua superfície, por um jardim de base geométrica desenhado a partir da tradição francesa de *parterre de broderie*¹.

A nascente além dos muros de suporte da plataforma, situam-se: o Pombal, estrutura sem registo histórico (Fig. 39), e o tanque, intervenção pontual e desajustada por parte da Universidade de Coimbra anos após a aquisição do Palácio (Fig. 40). Destacam-se, destas duas peças, a tangencialidade que assumem em relação ao percurso informal entre as matas da propriedade, a norte, e as terras agricultáveis a sul, conduzindo a um acesso de carácter funcional e agrícola à sudoeste do Palácio, junto a cerca (Fig. 37).

¹ Parterre, palavra de origem francesa significa “na terra”. É uma componente de um jardim francês, realizado numa superfície plana através do desenho de canteiros e arbustos, delimitados por vegetação baixa ou muretes de pedra.

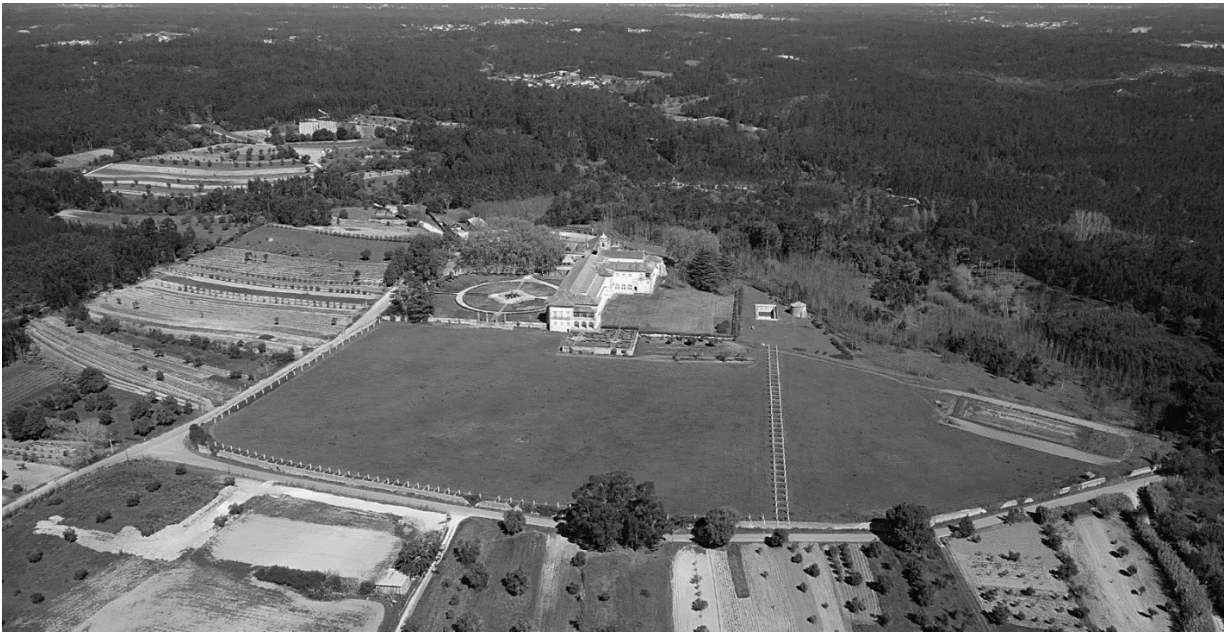


Figura 37 – A relação do Palácio de São Marcos com as suas plataformas



Figura 38 – Perspetiva aérea do jardim da duquesa.



Figura 39 – O pombal



Figura 40 – O muro de suporte do limite nascente da plataforma tardoz e o tanque.

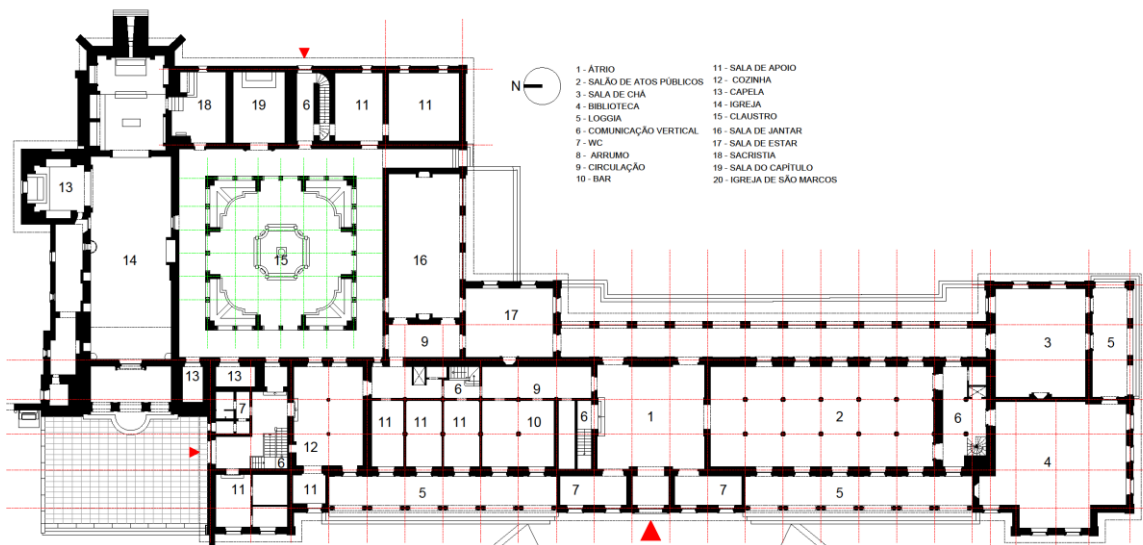


Figura 41 – Demarcação estrutural do piso térreo e acessos

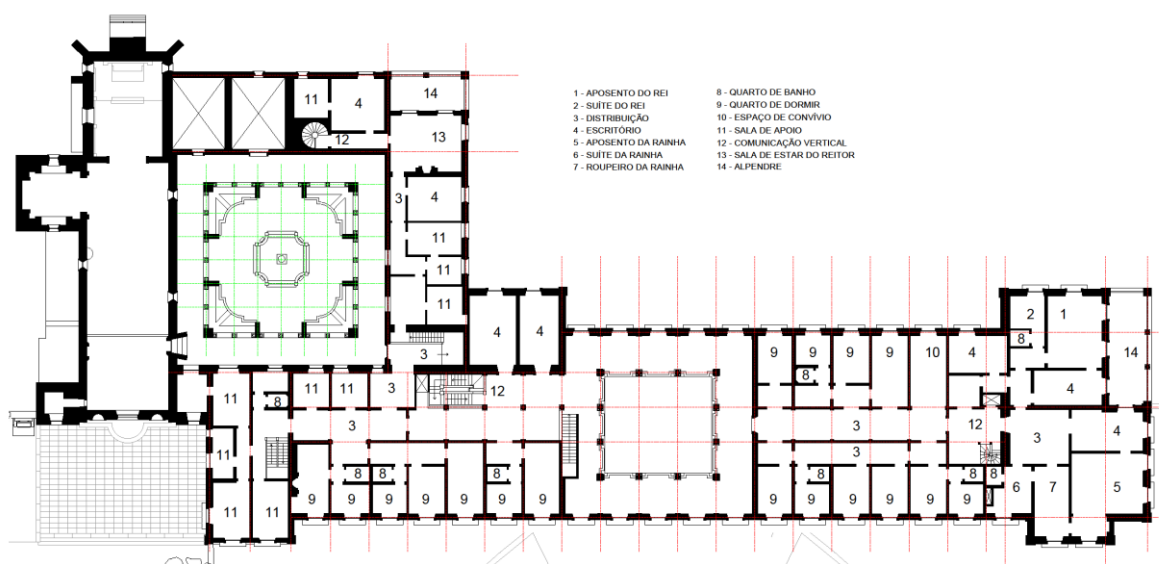


Figura 42 – Demarcação estrutural do primeiro piso

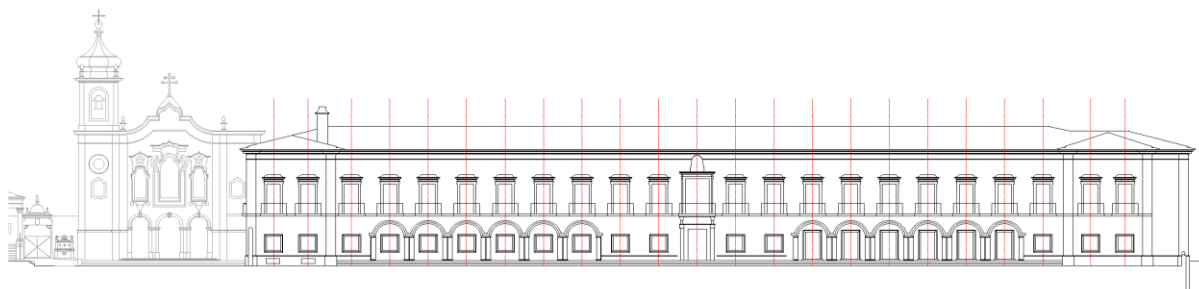


Figura 43 – Demarcação estrutural do alçado poente

2.1.2_Dos princípios de desenho

Edifício longilíneo e de planta em L, rematada por torrões nas extremidades, o palácio de São Marcos articula-se por meio do claustro com a Igreja e as demais estruturas pré-existentes de registo monástico. Em sua dimensão contemporânea possui seu momento de entrada formal a partir do átrio central. Existem também dois acessos secundários de carácter funcional: A norte, junto ao adro da igreja e a nascente, pelo claustro (Fig. 41). O piso térreo enquanto princípio de organização é desenhado a partir de seu ritmo estrutural que configura uma sucessão de espaços, no sentido norte e sul. Estes são tangenciados por uma galeria de circulação a nascente que faz a comunicação entre as alas do edifício. No primeiro piso, a partir da centralidade do átrio, os princípios de desenho permanecem dentro de uma relação rítmica com a estrutura conforme o piso térreo. A presença de corredores centrais estruturam a circulação aos quartos, definidos a partir da modulação estrutural de suas paredes portantes (Fig. 42).

O traçado da estrutura, enquanto elemento primordial da organização do espaço, suporta-se numa métrica ortogonal de repetição modular, com dimensões de 2,75 metros no sentido longitudinal e 2,40 metros no sentido transversal. Assim, a modulação compositiva íntegra, em sua estratégia, a dimensão estrutural enquanto princípio de desenho. O edifício encontra em suas extremidades momentos de exceção a regra compositiva: A sul, no volume do torreão construído inteiramente de raiz, e a norte nas estruturas remanescentes do mosteiro que definiriam a métrica compositiva da intervenção de *Leonardo Castro Freire* do século XX.

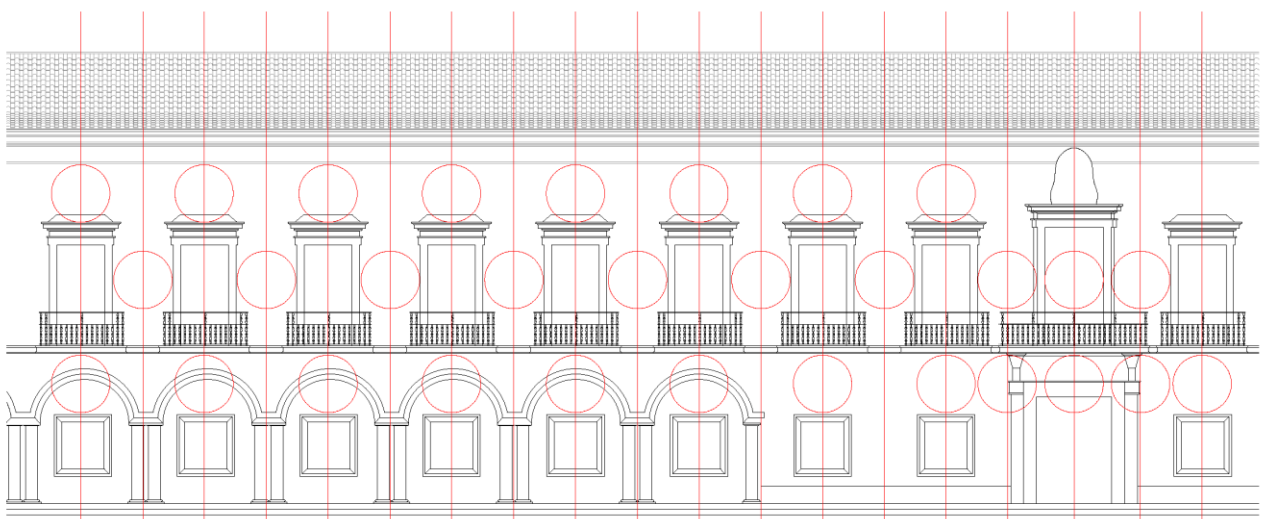


Figura 44 – Composição parcial do alçado poente



Figura 45 – Fachada principal (poente) do palácio de São Marcos

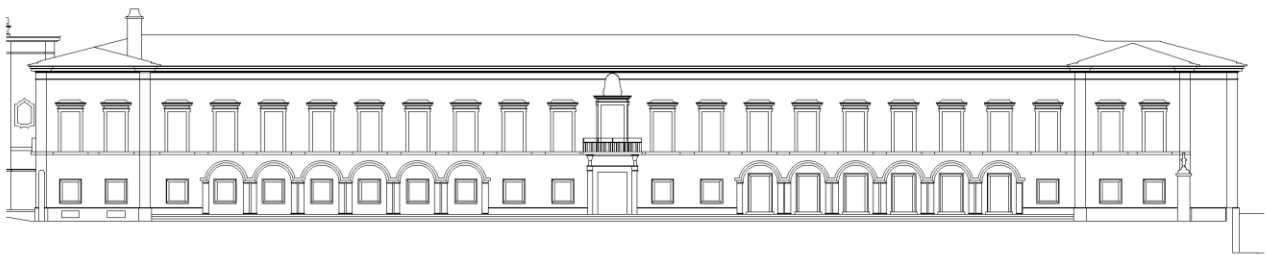


Figura 46 – Alçado poente



Figura 47 – Fachada tardoz (nascente) do palácio de São Marcos

O conjunto arquitetónico no qual se intervém, orientado no sentido norte e sul, prolonga-se na mesma orientação do antigo refeitório e dormitórios conventuais. Destruídos pelo incêndio, deste registo restaram poucos vestígios de sua estrutura no pavimento térreo que correspondem ao antigo celeiro, incorporados na construção do palácio no século XX. No sentido nascente e poente, orienta-se a Igreja, ladeada pela torre sineira a norte e o claustro renascentista a sul. Este que articula o registo secular monástico, com o palácio de estrutura moderna (Fig. 43).

Notável em todas as fachadas do edifício é o racionalismo estrutural proveniente do princípio de desenho da planta que se reflete em toda a dimensão do edifício por meio do sentido de repetição dos elementos compositivos, estruturais e ornamentais. A composição caracteriza-se pela repetição dos vãos encimados por frontões e arcos suportados por duplas colunas, que desenharam o alçado. A cor branca, marcada pela fragilidade do reboco existente, é um elemento de caracterização transversal e de coesão a toda dimensão exterior do edifício. denota-se um sentido de simetria pela marcação de um vão em varanda de carácter excepcional. Este é decorado por um motivo ornamental que faz alusão ao escudo da Casa dos Bragança e que situa-se numa posição central da composição (Fig. 45).

Sobressaem-se volumetricamente, deste horizontal corpo branco, a estereotomia das pedras calcárias dos cunhais bem como os lambris, colunas e cantarias, igualmente em pedra e da mesma tonalidade mineral do volume rebocado em que se inserem como uma colagem. Na parte superior, o palácio encontra seu remate na cobertura em telhado da onde se destacam pontualmente chaminés brancas. O alçado principal do palácio de São Marcos é simétrico, marcado pela presença de volumes nas extremidades que rematam a horizontalidade das fachadas nascente e poente com corpos mais verticais. Estes, por sua vez, são definidos pelos seus cunhais de pedra e janelas quadradas do piso térreo.

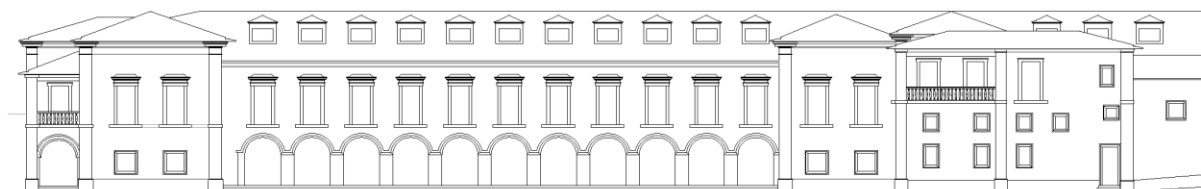


Figura 48 – Alçado nascente

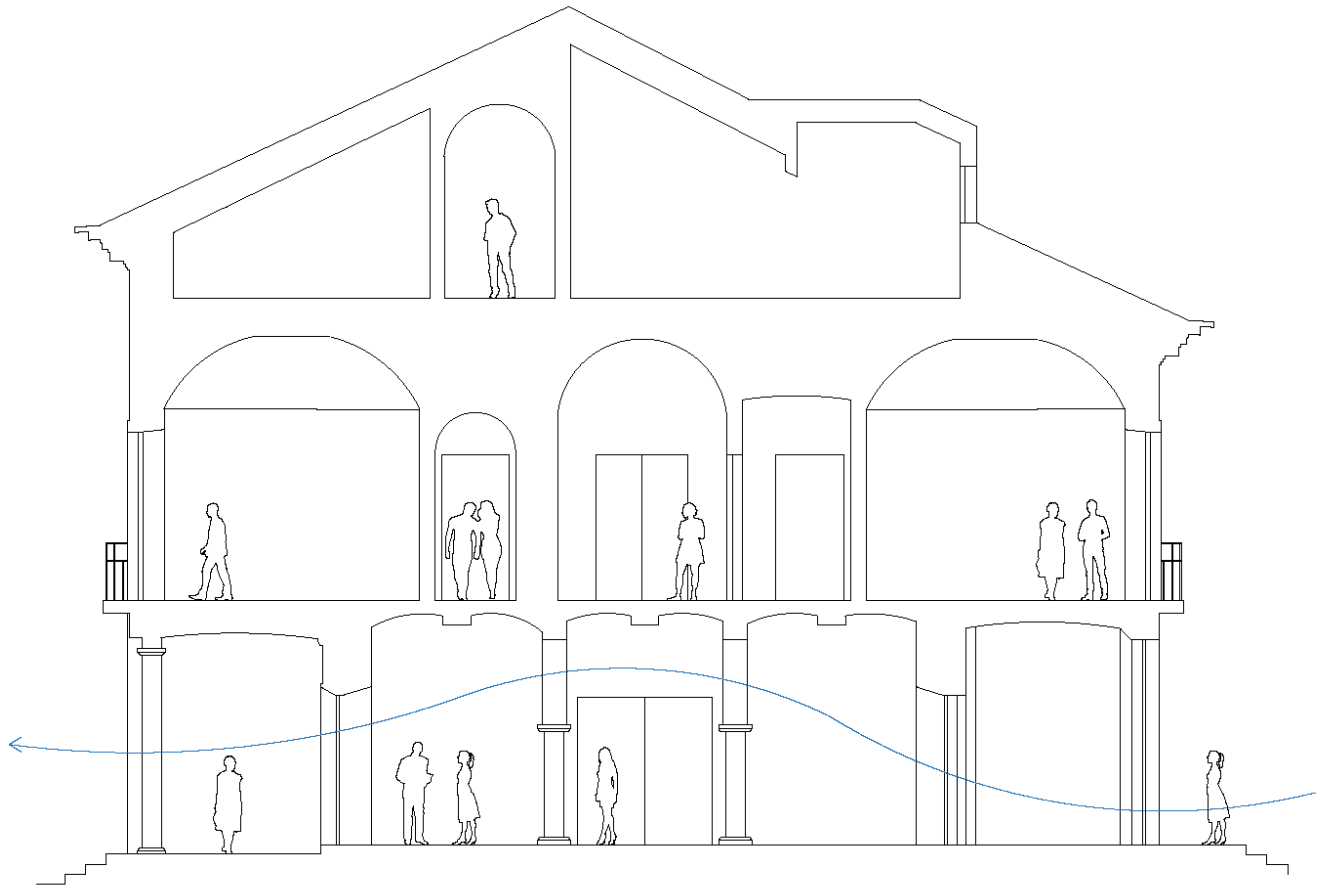


Figura 49 – Ventilação cruzada no piso térreo do objeto de estudo.

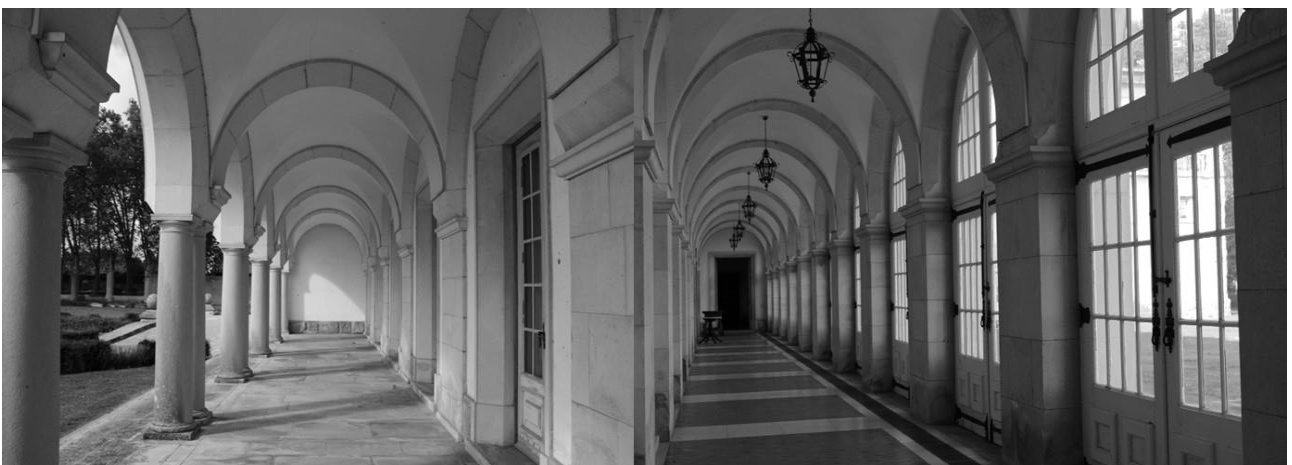


Figura 50 – Relação entre galerias

Entre *loggias*, destaca-se a centralidade do momento de entrada pontuada por uma porta dupla de madeira exótica que utiliza a sua cor enquanto instrumento de demarcação da entrada (Fig. 46). A este elemento atribui-se um sentido de excepcionalidade uma vez que todos os demais vãos exteriores são encerrados por caixilharias de madeira pintadas a branco. No âmbito das coberturas, na fachada nascente, é presente uma terceira ordem compositiva do eixo vertical. Dentro da mesma regra e alinhamentos estruturais, destacam-se as trapeiras de proporções retangulares e caixilhos horizontais (Fig. 48). Denota-se ainda na fachada tardoz a presença da galeria arcada que se ergue do chão por meio de três degraus e que caracteriza um *in between space* entre a plataforma exterior e ala sul do Palácio (Fig. 50).

A presença de caixilharias de grandes dimensões a encerrar os arcos atribui a esta fachada maior leveza, transparecendo uma ideia de estruturalismo moderno em oposição a uma composição classicista. Os envidraçados a encerrar os arcos contribuem para o conforto térmico do edifício enquanto elemento passivo de dinâmica bioclimática. A orientação solar da galeria, situada a nascente, permite que a incidência solar direta propicie a conservação energética do calor que permanece neste espaço durante o decorrer do dia. No inverno, faz com que a galeria atue como uma câmara de ar que protege o interior do edifício. Por sua vez, durante o verão, as galerias atuam como elementos de sombreamento capazes de propiciar ventilação cruzada para os espaços centrais (Fig. 49). A ausência de caixilharias a encerrar as *loggias* da fachada poente denota uma maior profundidade e sombra que protege os espaços servidos de uma incidência direta da luz solar, contribuindo também para a eficiência climática do edifício.

A sul o volume principal, é ladeado pela *loggia* abobadada que antecede o espaço lúdico da sala de chá no térreo, inferior ao alpendre do primeiro piso, extensão ao exterior dos aposentos reais. O limite sul da plataforma evidencia a condição do edifício enquanto objeto assente sobre uma plataforma. Esta fachada, excepcionalmente, “desce” a cota inferior de assentamento do edifício no terreno tornando-se, desta forma, mais vertical (Fig. 51)

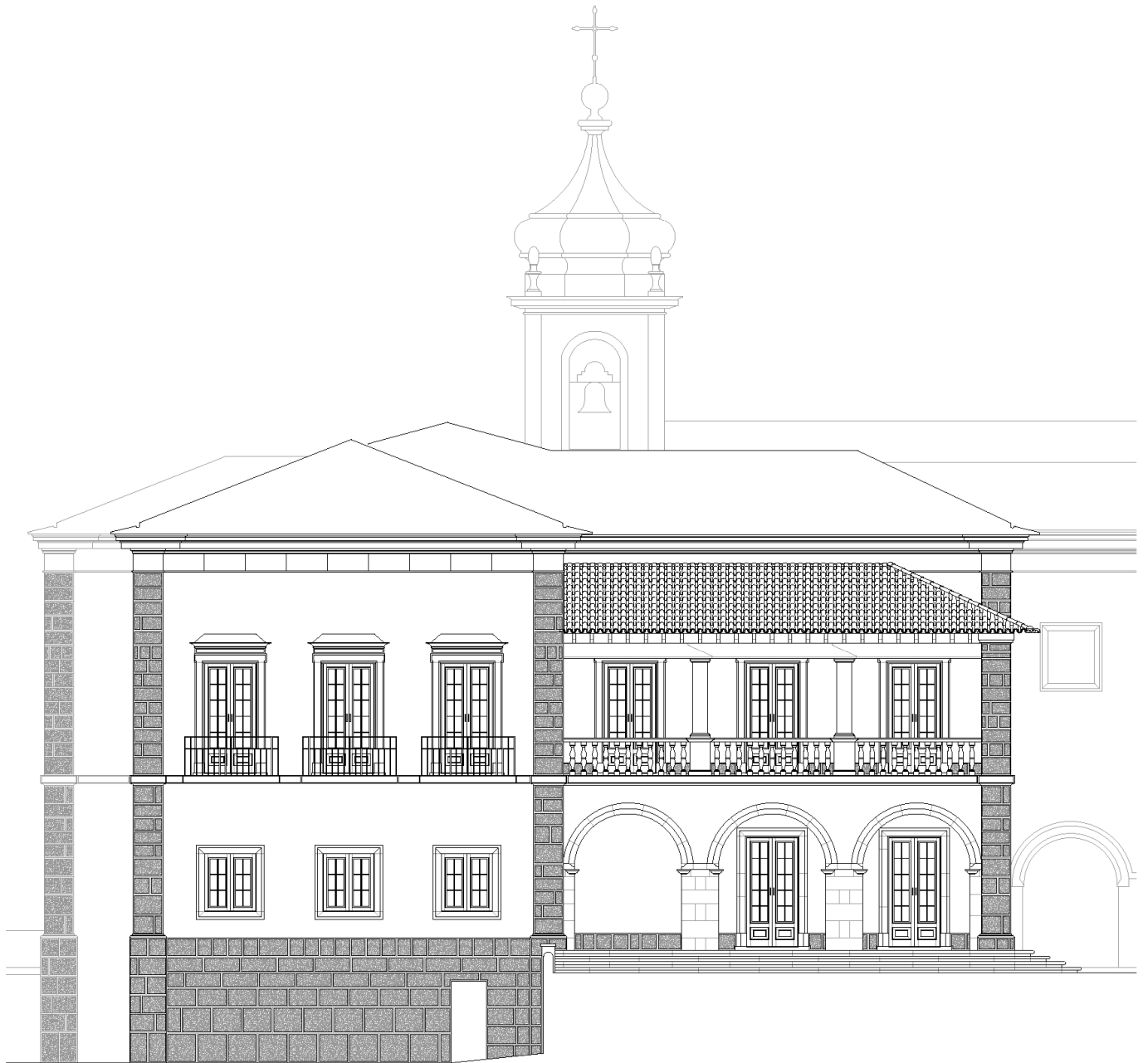


Figura 51 – O alçado sul do palácio de São Marcos



Figura 52 – A fachada sul a partir do jardim da duquesa.



Figura 53 – A condição contemporânea do limite sul.



Figura 54 – O átrio central.

2.1.3_Da caracterização dos espaços interiores

O átrio central e a ala norte.

Desde o momento de chegada à propriedade até as portas da entrada formal do edifício, a promenade de aproximação ao palácio caracteriza uma rica experiência sensorial. Esta, por meio dos elementos compositivos da envolvente do edifício principal faz a transição da escala pública para dentro da dimensão monástica de São Marcos.

O Palácio recebe os visitantes através das sombras de uma antecâmara marcada pelo trabalho em carpintaria exótica de intensa tonalidade, recorrente em toda a dimensão interior do edifício. A partir deste pré-momento, o espaço é inundado de luz em contraste com a escuridão do vestíbulo. denota-se ainda o efeito da descompressão do momento de chegada em relação ao espaço central, com um pé direito de doze metros. Articulado entre dois pisos, o espaço propicia a relação visual entre as partes que tem seu conjunto rematado no eixo vertical por uma abóbada central de grande dimensão. Desta centralidade, sobressaem-se os valores de monumentalidade enquanto momento contemplativo da ordem e rigor estrutural do edifício. O trabalho de suas cantarias e pavimentos de clara tonalidade, em contraste com a policromia dos espaços adjacentes, vibra à exposição de uma homogénea iluminação indireta proveniente do piso superior (Fig. 54).

O átrio desenha-se por meio da planta central e da geometria de suas abóbadas. Este espaço estrutura os fluxos de circulação no edifício aos diferentes espaços que o sucedem. A norte o percurso é caracterizado pela escuridão de um extenso corredor. Este, resulta da compartimentação de sucessivas salas que bloqueiam a iluminação natural da loggia a poente. A sul, por sua vez, o espaço é amplamente iluminado e caracterizado por uma sucessão de ambientes institucionais. Ainda no átrio, situam-se as escadarias formais do edifício que inserem-se nos muros que delimitam o espaço, de maneira a não criar ruídos na geometria regular e quadrada do grande átrio.

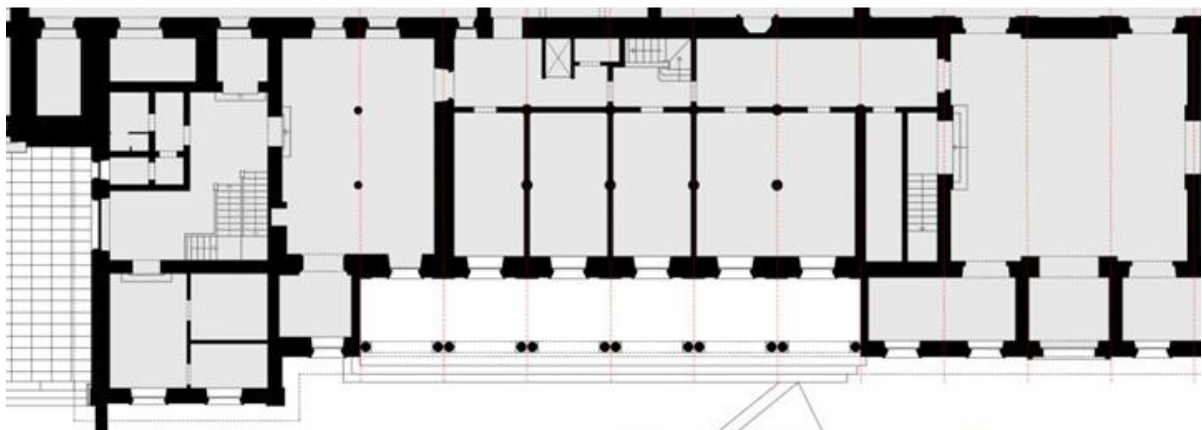
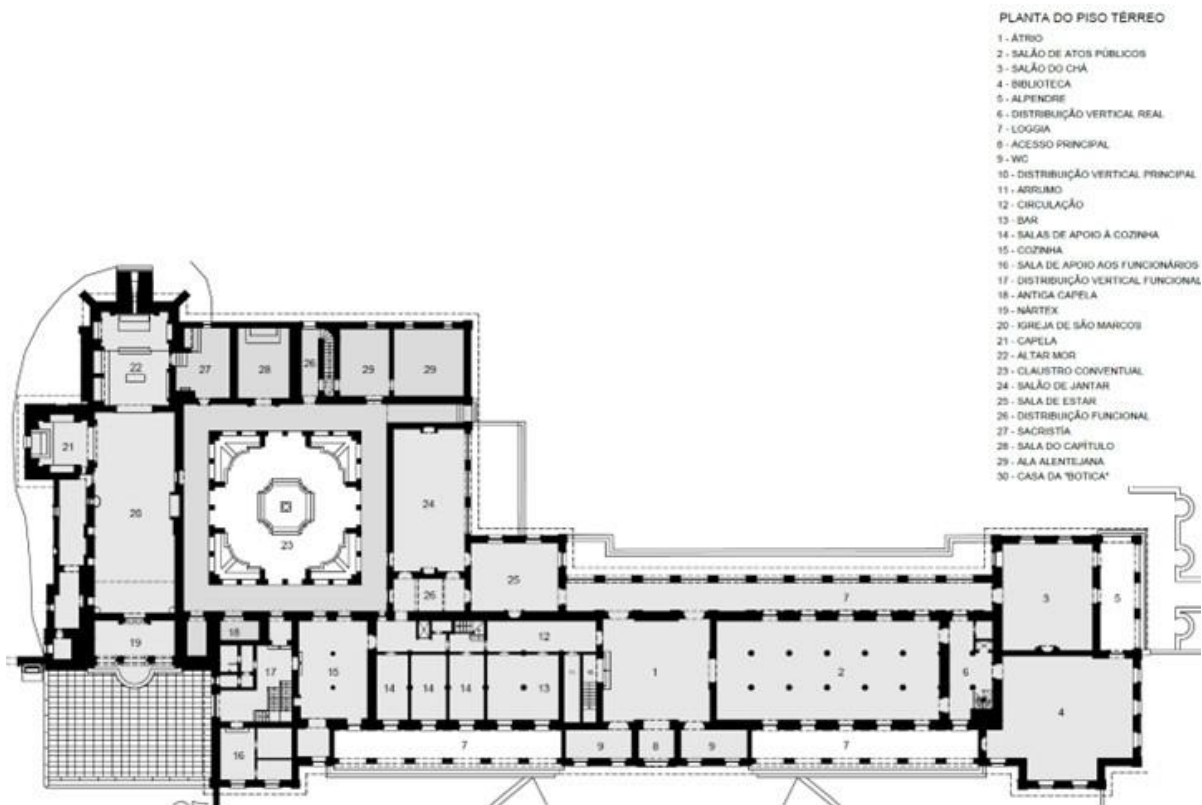


Figura 55 – A esquerda do átrio está situada a Ala norte do palácio de São Marcos, antigo celeiro conventual.

Os compartimentos a norte provém da intervenção do século XX da construção do palácio a partir das ruínas que permaneceram do incendio de 1860. Esta, contribuiu para o ofuscar da ordem estrutural pré-existente, proveniente do registo monástico do antigo celeiro que existiu neste local enquanto espaço aberto. Tal facto, evidencia-se ao longo deste sector por meio do emparedamento das colunas dóricas que outrora suportaram as abóbadas originais do antigo dormitório conventual. A estrutura espacial que se evidencia ao longo do edifício antecede, portanto, o grande incendio do século XIX. Os alinhamentos estruturais provém, então, da antiga matriz compositiva remanescente, configurando um eixo estrutural no sentido norte e sul que contaminou a intervenção de 1952 (Fig. 55).

No corredor encontra-se uma comunicação vertical que, desajustada da modulação espacial de repetição das abobadadas, não articula-se à regra estrutural compositiva. O corredor possui um carácter secundário de distribuição funcional e é rematado por um momento de evidencia da condição de palimpsesto do edifício a norte: A atual cozinha. De geometria regular, marcada pela presença das colunas dóricas, corresponde a um registo original do século XVI. encontra-se ocupada por equipamentos de restauração industrial e recebe iluminação a poente, proveniente da *loggia*, e a nascente, do claustro.

Dentro da sucessão de espaços, denota-se um último compartimento de igual valor histórico junto ao adro da igreja. Este espaço, contudo, foi adaptado a uma perspectiva de funcionalidade com uma série de compartimentos de apoio que impossibilitam sua leitura como um todo. A regra de ordenamento do espaço é ofuscada, novamente, pelo emparedamento das colunas pré-existentes bem como pelas escadarias que, conduzem ao primeiro piso e a cave (Fig. 59)

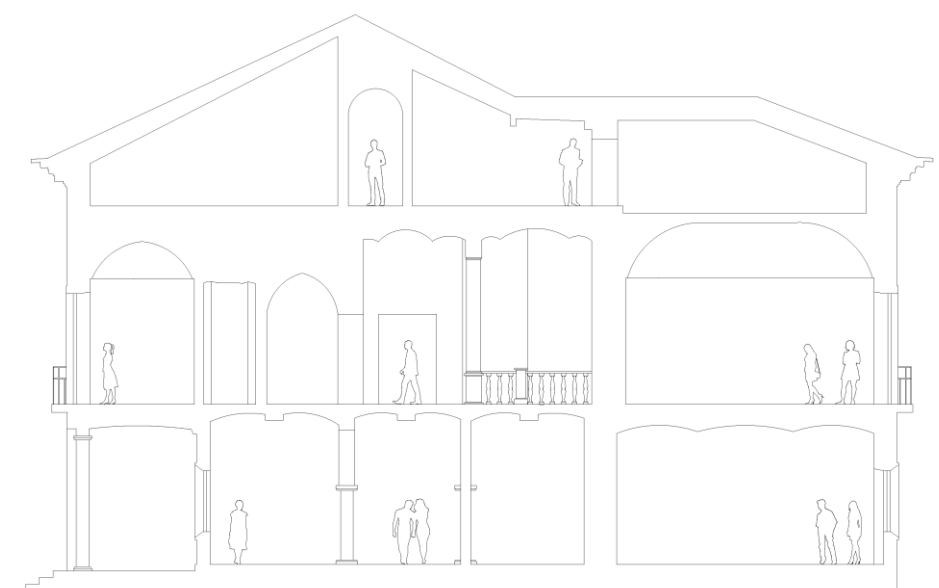


Figura 56 – Corte transversal da ala norte.



PLANTA DO PRIMEIRO PISO

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1 - APOSENTO DO REI | 14 - ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO ÍNTIMA |
| 2 - SUÍTE DO REI | 15 - ESPAÇO DE CONVÍVIO |
| 3 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO ÍNTIMO | 16 - ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO PRINCIPAL |
| 4 - ESCRITÓRIO | 17 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL |
| 5 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO REAL | 18 - SALA DE APOIO |
| 6 - APOSENTO DA RAINHA | 19 - DISTRIBUIÇÃO VERTICAL FUNCIONAL |
| 7 - ROUPEIROS DA RAINHA | 20 - ESCRITÓRIO DO REITOR |
| 8 - SUÍTE DA RAINHA | 21 - SALA DE ESTAR DO REITOR |
| 9 - DISTRIBUIÇÃO VERTICAL REAL | 22 - ARRUMO |
| 10 - SALA SECUNDÁRIA DO REI | 23 - CLAUSTRO CONVENTUAL |
| 11 - QUARTO DE BANHO | 24 - CORO ALTO |
| 12 - SUÍTE | 25 - VARANDA |
| 13 - QUARTO | 26 - CASA DA "BOTICA" |



Figura 57 – Planta do primeiro piso do Palácio de São Marcos



Figura 58 – A Ala norte no seu primeiro piso e a paisagem a partir do primeiro piso

No primeiro piso, ala norte é predominantemente compartimentada em pequenas salas de carácter funcional, relacionadas com a galeria superior do claustro, e quartos situados na fachada poente. De maior valor espacial é o cunhal do edifício a noroeste, que estabelece uma relação visual com a fachada da Igreja de São Marcos. Valiosos também são os escritórios situados no cunhal entre a fachada nascente e o corpo que encerra o claustro a sul. O corredor que direciona ao átrio é animado por meio de suas abobadadas que assentam com elegância nas colunas (Fig. 57).

Este espaço de distribuição encaminha, ainda, a uma zona secundária do palácio que, de um registo espacial mais modesto, caracterizado pela estrutura de betão armado, situa-se numa cota superior desnivelada do primeiro piso. Nesta zona, acima do salão de jantar, que com um pé direito mais alto condiciona este desnível, a sua compartimentação sugere uma utilização funcional de suas salas (Fig. 74). Estas conectam-se através de um corredor ao que seriam os aposentos destinados ao Reitor da Universidade de Coimbra.

Deste espaço, salienta-se a sua posição privilegiada no cunhal do claustro, a sudeste, e sua relação com o exterior e a paisagem por meio da varanda em alpendre (Fig. 58). Ainda nesta zona, a norte, encontra-se uma comunicação vertical que conecta ao piso térreo e a ala alentejana, de carácter também secundário e localizada num piso intermédio.



Figura 59 – Corte transversal da ala norte e claustro



Figura 60 – O claustro

O claustro.

Enquanto sector de maior vulto histórico de todo o edificado é aqui que se confirma a dicotomia entre registos temporais. Por meio de um contraste de atmosferas diferenciam-se as construções renascentistas, massivas e seculares, da intervenção do século XX, de maior leveza, modernidade e espaços mais amplos. O claustro, em sua condição contemporânea, teve sua materialização suportada pela construção mental de uma estrutura quinhentista que antecedeu o grande incêndio. Foi, portanto, parcialmente reconstruído no ano de 1952 a semelhança das estruturas do antigo claustro de ordem jónica, caracterizadas pela tectónica da pedra. Configura assim uma atmosfera distinta em oposição a leveza construtiva do corpo principal: modular, suportada por colunas e com envidraçados de grandes dimensões.

Cada face do claustro, efetuado durante o priorado do Frei João Moniz entre 1556 e 1560, apresenta contrafortes, com um ritmo de dois arcos entre eles, que compõem uma divisão tripartida de suas fachadas. Na face nascente do claustro situa-se a sala do capítulo que data de 1564 e a sacristia manuelina. Na face poente, existem duas capelas, a do Nascimento e da Visitação, também com valor histórico, porém atualmente descaracterizadas. Por fim, na face sul situava-se o refeitório, integralmente destruído pelo incêndio. Em 1952 esta unidade espacial foi reconstruída com um volume, a sul, no qual situa-se a sala de jantar do Palácio no piso térreo e uma zona secundária de apoio no primeiro piso. A nascente, o claustro foi encerrado, por fim, com novas construções de carácter secundário no sentido norte e sul a partir da pré-existência da sala do capítulo (Fig. 61).

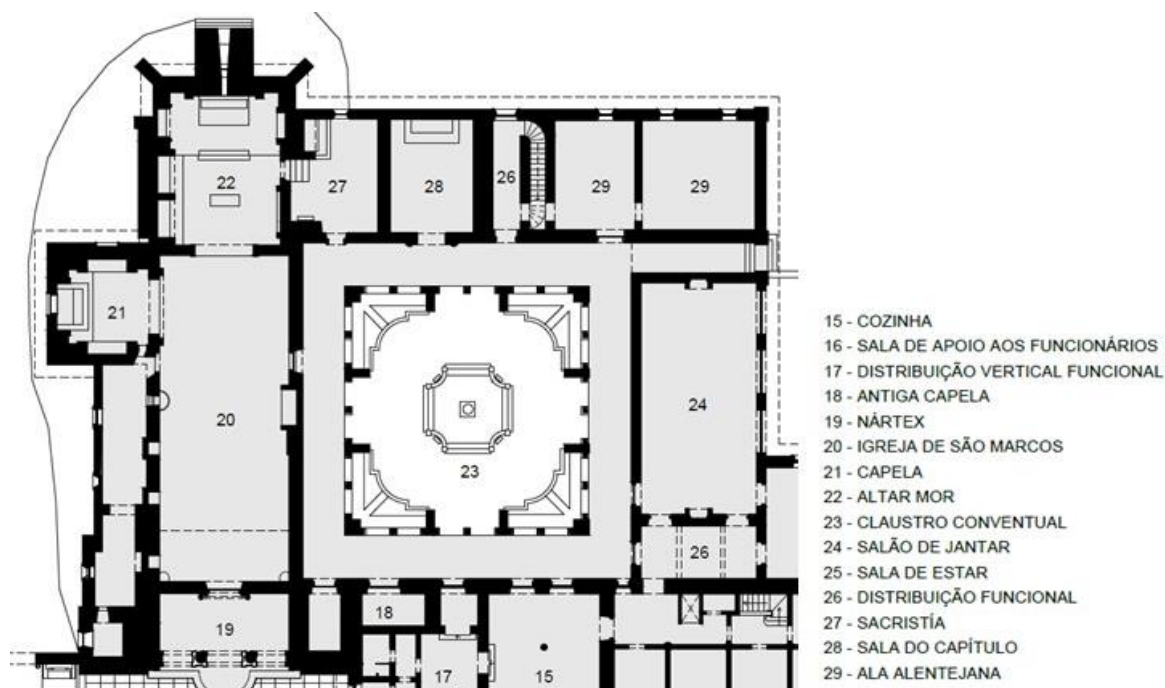
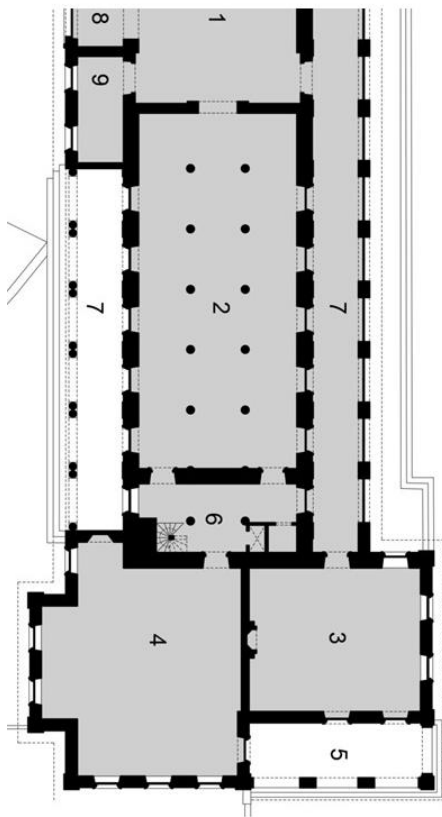


Figura 61 – Planta do claustro.



Figura 62 – Salão de atos públicos.



- 1 - ÁTRIO
- 2 - SALÃO DE ATOS PÚBLICOS
- 3 - SALÃO DO CHÁ
- 4 - BIBLIOTECA
- 5 - ALPENDRE
- 6 - DISTRIBUIÇÃO VERTICAL REAL
- 7 - LOGGIA
- 8 - ACESSO PRINCIPAL
- 9 - WC

Figura 63 – Planta da ala sul



Figura 64 – caracterização material do pavimento do salão de atos públicos.

A ala sul.

A ala sul, apesar de sua linguagem arquitetônica, foi inteiramente projetada de raiz *por Leonardo Castro Freire* em 1952. Não possui, portanto, vestígios da arquitetura quinhentista que se verificam no claustro e espaços adjacentes. Contrasta com a ala norte, também, em termos simbólicos, não possuindo compartimentações atribuídas a perspectivas funcionais de apoio, sendo francamente aberta e iluminada. O trabalho de caracterização deste local foi mais profundo do que nos demais setores do edifício uma vez que este, em seus dois pisos, abriga os espaços mais importantes e institucionais do palácio na sua condição contemporânea.

A partir da simetria do átrio central, o primeiro espaço, de uma sucessão, é marcado pelo atual salão de atos públicos (Fig. 62). Este, caracteriza-se enquanto espaço longitudinal definido por 3 naveas abobadadas quadrangulares de tijolo, suportadas por colunas na extensão de 6 unidades espaciais (Fig. 63). Delimita-se no sentido nascente e poente pelos, anteriormente mencionados, espaços intersticiais de mediação com o exterior que iluminam e ventilam o espaço. A policromia do pavimento de mármore contrasta com a austeridade global do espaço, construído predominantemente pela sua estrutura, e neutralidade, expressa pelo reboco branco e cantarias de pedra calcária (Fig. 64). O salão encontra seu remate no topo a sul por um espaço, de um módulo estrutural, que antecede a biblioteca e de comunicação vertical com os antigos aposentos reais da ala sul (Fig. 63).

A Biblioteca caracteriza-se pelo contraste, claro e escuro, de suas paredes brancas com a carpintaria exótica de intensa tonalidade (Fig. 65). Seu teto de caixotões quadrangulares e peças de mobiliário coexistem em harmonia cromática com o pavimento de tijoleira (Fig. 66). Um pré-momento antecede o espaço principal de estudo e leitura marcado por arcos e abóbadas que configuram uma exceção para a demarcação do momento de entrada. Denota-se ainda, a diferenciação material do pavimento no espaço de lareira junto a janela na fachada poente. Aqui, no que difere dos demais espaços da ala sul a relação com o exterior não é tangível, sucedendo através da relação visual, do observar a paisagem através de suas janelas.



Figura 65 – A biblioteca.

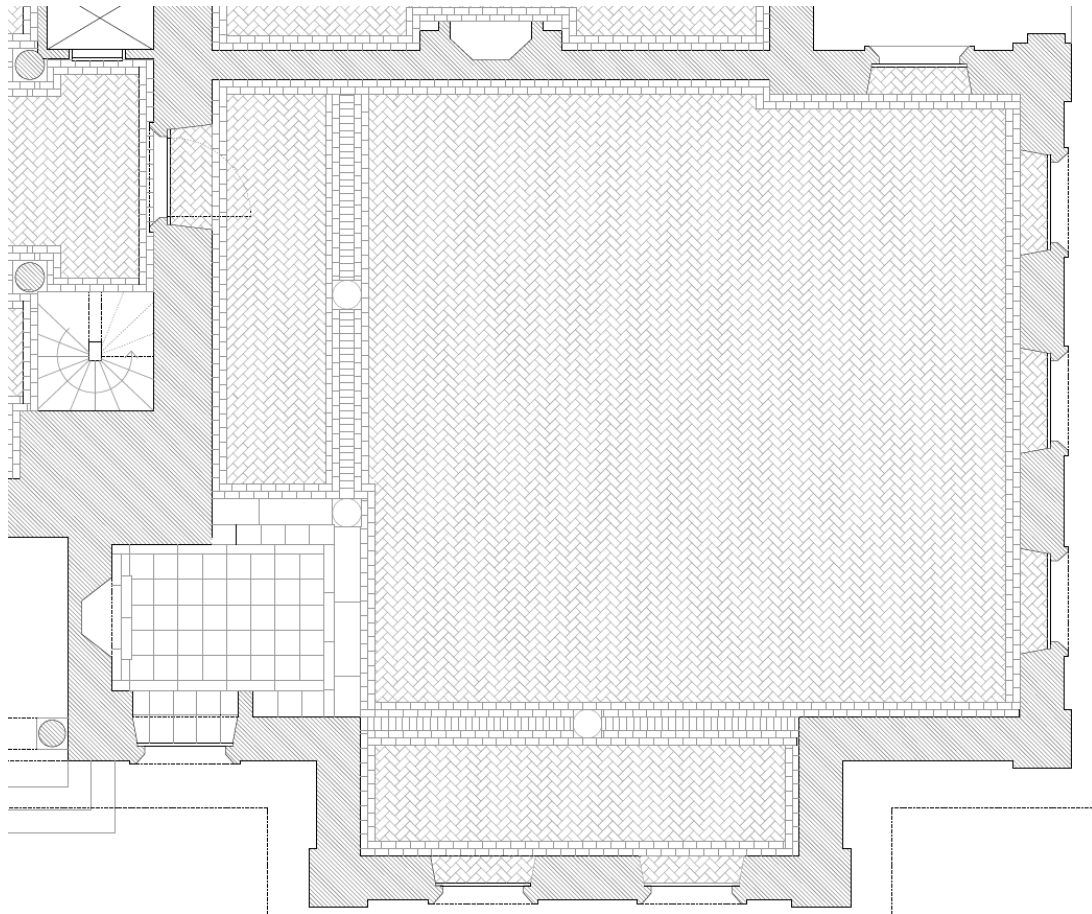


Figura 66 – Planta de pavimentos da biblioteca.

O primeiro piso organiza-se por meio de um extenso corredor central que une o átrio ao espaço de comunicação vertical que antecede os aposentos reais. A circulação é tangenciada por quartos justapostos às fachadas, orientados a nascente e a poente (Fig. 67). A ala sul é marcada neste piso, novamente, pela escura carpintaria e pavimentos em tijoleira que se propagam por quase toda a extensão deste nível (Fig. 69).

Os quartos não diferem em termos espaciais dos que se situam na ala norte e são, do mesmo modo, configurados pela modulação das paredes portantes, propiciando um vão de fachada por compartimento. Distinguem-se, porém, em termos tipológicos que variam consoante o posicionamento dos quartos de banho e vestíbulos. No caso das unidades justapostas a fachada poente, possuem seu acesso através de um corredor secundário paralelo ao central. Os espaços de circulação são pouco iluminados e marcados pela escura paleta de materiais.

No topo da ala sul situam-se os antigos aposentos reais destinados ao duque e a duquesa. Este espaço é organizado por um vestíbulo iluminado indiretamente a partir de um óculo na parede que encerra o compartimento seguinte relacionado com a fachada (Fig. 68). A partir deste, a nascente, situa-se o quarto do duque que possui, ainda, uma sala associada a varanda em alpendre e os quartos de banho e dormir. O aposento da duquesa por sua vez ocupa o cunhal do edifício, a sudoeste. De organização tripartida é composto pelos, francamente iluminados, quartos de banho, de dormir e um terceiro espaço flexível de articulação entre ambos. Este faz a mediação entre a antecâmara de distribuição, que o antecede, e os demais espaços dos aposentos da duquesa (Fig. 70). O extremo sul deste sector possui um carácter excepcional que o difere das restantes compartimentações do primeiro piso. Aqui, tratando-se de uma volumetria diversa do corpo principal do palácio, a estrutura assume uma modulação distinta de espaços encerrados por dois eixos de paredes portantes de alvenaria.

- 1 - APOSENTO DO REI
- 2 - SUÍTE DO REI
- 3 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO ÍNTIMO
- 4 - ESCRITÓRIO
- 5 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO REAL
- 6 - APOSENTO DA RAINHA
- 7 - ROUPEIROS DA RAINHA
- 8 - SUÍTE DA RAINHA
- 9 - DISTRIBUIÇÃO VERTICAL REAL
- 10 - SALA SECUNDÁRIA DO REI
- 11 - QUARTO DE BANHO
- 12 - SUÍTE
- 13 - QUARTO
- 14 - ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO ÍNTIMA
- 15 - ESPAÇO DE CONVÍVIO
- 16 - ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO PRINCIPAL
- 17 - ESPAÇO DE DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL
- 18 - SALA DE APOIO
- 19 - DISTRIBUIÇÃO VERTICAL FUNCIONAL
- 20 - ESCRITÓRIO DO REITOR
- 21 - SALA DE ESTAR DO REITOR
- 22 - ARRUMADO
- 23 - CLAUSTRO CONVENTUAL
- 24 - CORO ALTO
- 25 - VARANDA

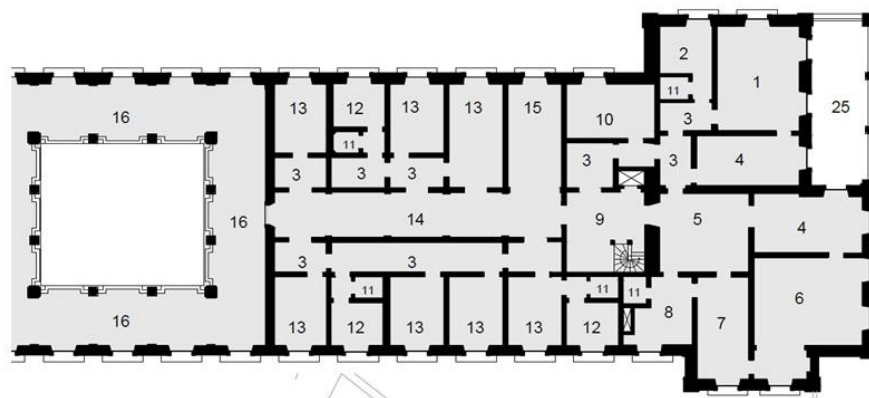


Figura 67 – Planta parcial da ala sul no seu primeiro piso.



Figura 68 – Vestíbulo da ala real e alpendre.



Figura 69 – Corredor principal e secundário, paralelo.



Figura 70 – Os aposentos da duquesa.



Figura 71 – Os aposentos do duque.

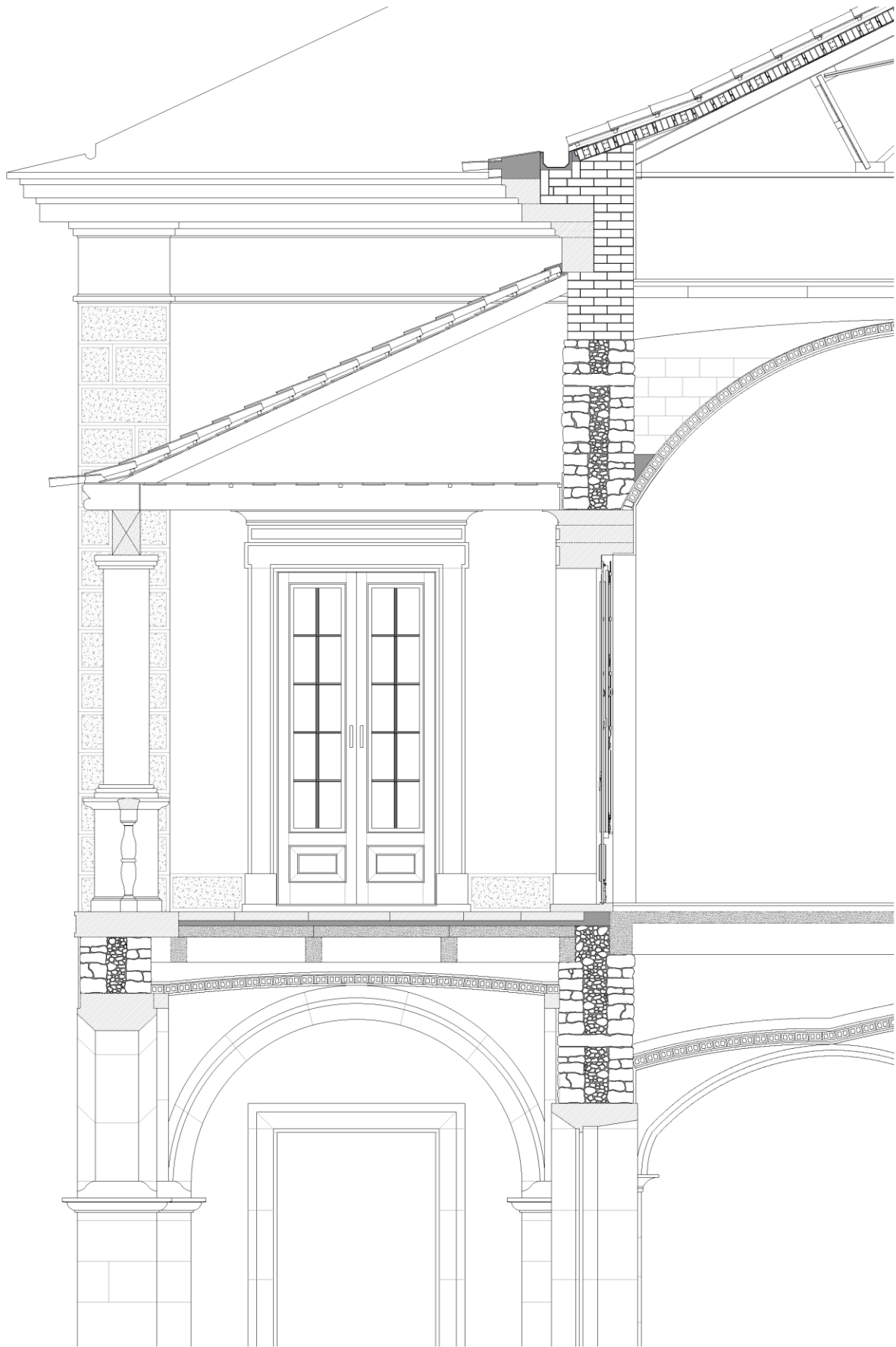


Figura 72 – Corte parcial construtivo do alpendre e quarto do rei desenvolvido a escala 1:10

2.2_Da caracterização construtiva.

Estudadas suas sucessivas espacialidades, o intervir na pré-existência implica o aprofundar do conhecimento acerca de como materializa-se o edifício enquanto suporte físico do projeto. caracterizado por um registo construtivo secular em conflito com a modernidade da estrutura do século XX, o estudo terá ênfase no segundo registo, que, apesar de recente, é o que necessita uma intervenção mais profunda. Já foram enumerados a diversidade de aspetos construtivos que compõem o palácio do ponto de vista material e cromático. Foram abordados aspetos das suas estereotomias, pavimentos e acabamentos que assim como a estrutura, cobertura ou os caixilhos, constroem a identidade do edifício. No sentido vitruviano de *Firmitas*, serão abordados os elementos conferentes de solidez e estabilidade da estrutura arquitetónica; seus materiais e orgânicas construtivas que suportam e dão expressão ao espaço.

A repetição das abobadas conferem ordem compositiva, porém, não participam diretamente na dinâmica estrutural do edifício. Neste registo, as abobadas existem enquanto um revestimento interior que oculta a natureza construtiva do sistema de vigas que suporta o edifício. Apesar disto, ao descarregar seu peso próprio nas colunas, a sua repetição relaciona-se com o ordenamento estrutural do espaço enquanto elemento referencial do princípio de desenho. Acima das abóbadas, situa-se o entrepiso técnico configurado pelo espaço vazio abaixo do pavimento do primeiro piso. Predominantemente composto por um pavimento de tijoleira, em espinha de peixe, seu carácter artesanal oculta a qualidade de pré-fabricação da estrutura do palácio. Seus pavimentos do primeiro piso são suportados por lajes pré-fabricadas de pequenas proporções, de aproximadamente um metro quadrado, que assentam em vigas de betão armado (Fig. 73). Seu dimensionamento deu-se em conta de uma maior facilidade de transporte e eficiência de execução do edifício em meados do século XX.

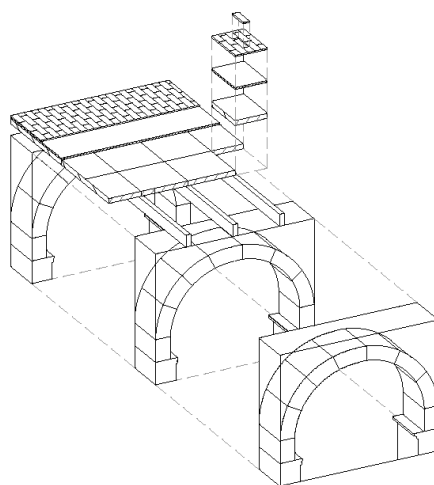


Figura 73 – Diagrama explicativo do sistema construtivo do palácio

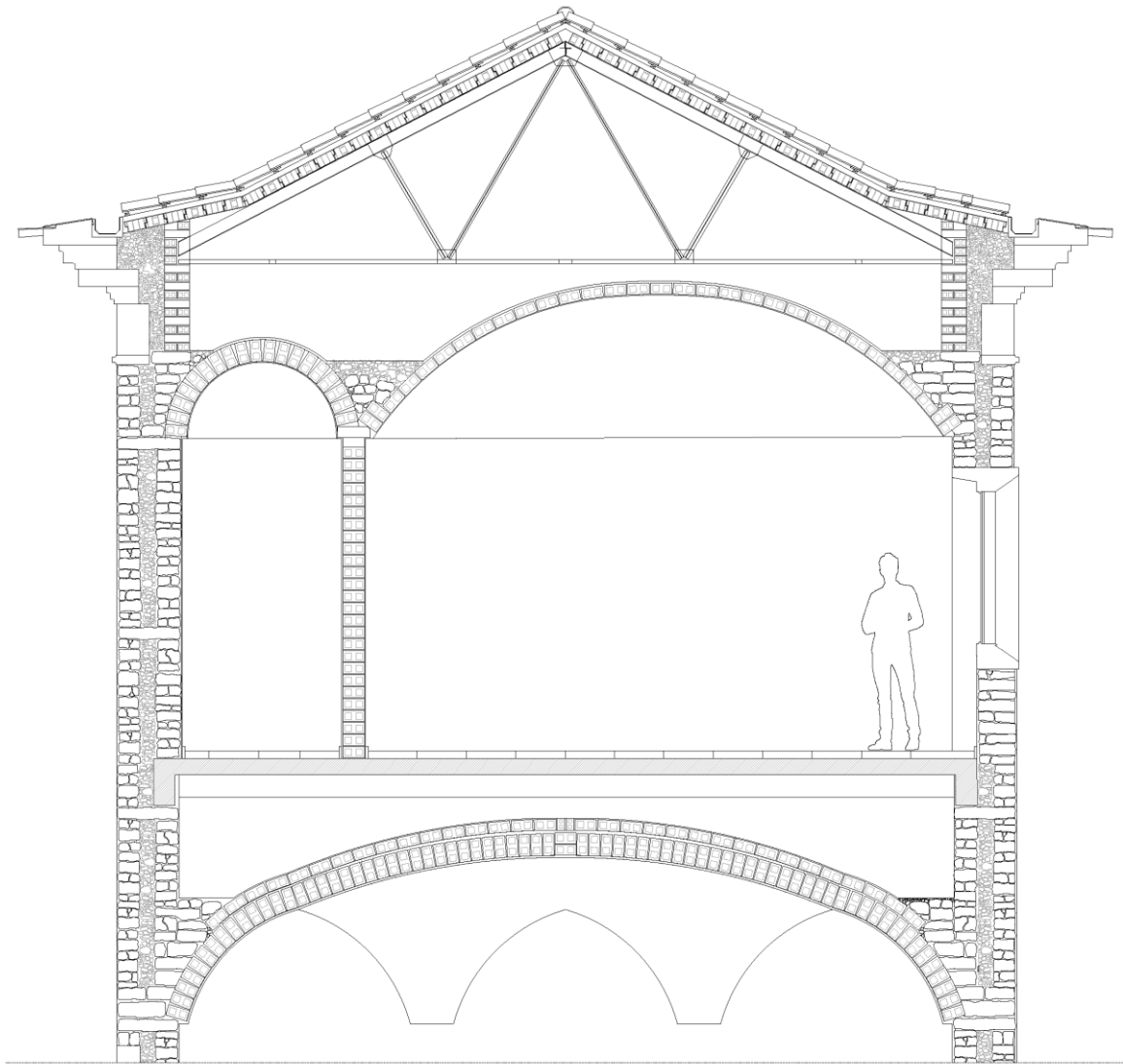


Figura 74 – Corte parcial construtivo da ala nascente.

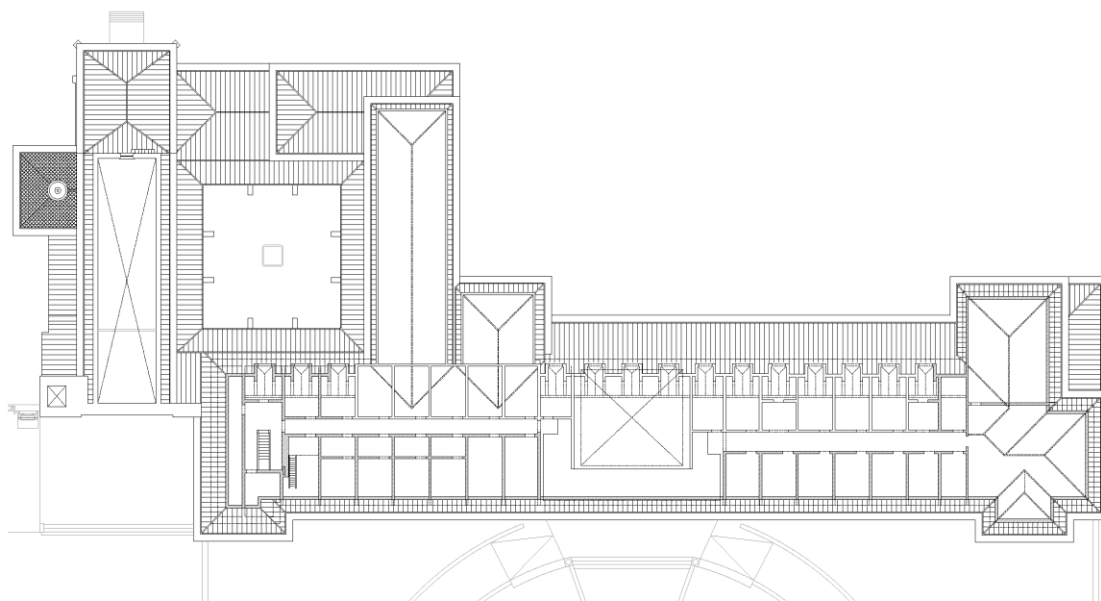


Figura 75 – Planta do desvão da cobertura

No primeiro piso as abóbadas, também sem carácter estrutural, são suportadas pelas paredes que compõem a sucessão de quartos. Presentes sobretudo nos pisos superiores as alvenarias portantes de tijolos, transversais ao eixo norte e sul do edifício, sustentam o piso do desvão da cobertura. Suas paredes exteriores, de maior espessura, são compostas por uma parede dupla de alvenaria de pedra rebocada em ambas as faces e com uma camada intermedia de rochas com menores dimensões (Fig. 72).

O último piso, do desvão da cobertura, possui um carácter distinto dos demais nos pontos de vista de sua espacialidade e características construtivas. Configura uma zona de serviço do palácio organizada por um extenso corredor central, acedido pela comunicação vertical da ala norte e interrompido por um vazio situado diretamente acima do átrio central (Fig. 75). Este espaço, é marcado pela abóbada que referencia o momento de chegada, que, por consequência da altura do átrio, situa-se saliente ao pavimento deste último piso e é desprovida de função estrutural (Fig. 76). A partir deste elemento, identifica-se a presença de um cabo de aço que, fixado à parede, sustenta o candeeiro do espaço inferior (Fig. 77). Os atributos de monumentalidade e policromia material, recorrentes em toda a dimensão do edifício não evidenciam-se neste piso, sendo característica desta zona o reflexo direto da natureza construtiva da cobertura do edifício em sua caracterização espacial (Fig. 79). A composição deste nível é definida a partir de uma sucessão de paredes portantes que definem compartimentações (Fig. 75). como princípio, organizam-se enquanto elementos sequencias de suporte da cobertura.

O telhado do palácio ao refletir uma ideia de leveza, inerente a sua orgânica construtiva, oculta a verdadeira natureza da cobertura. Com o mesmo princípio dos demais elementos estruturais a cobertura de telhas é suportada por uma laje inclinada aligeirada de blocos cerâmicos pré-fabricados (Fig. 78). Esta, assenta nas paredes portantes com um vão de 3,76m e, excepcionalmente, em situações de exceção é suportada por treliças metálicas que transmitem os esforços da laje às paredes Este sistema de suporte é composto por perfis metálicos e cantoneiras.

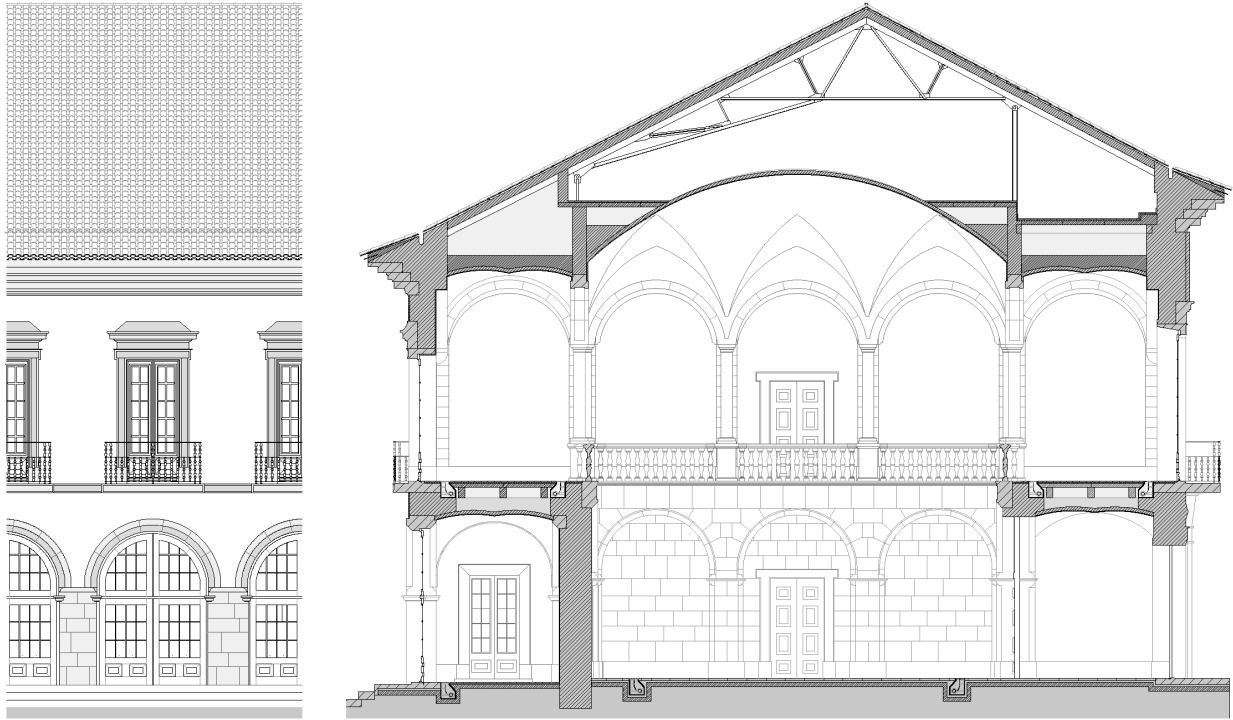


Figura 76 – Alçado parcial nascente e corte construtivo do átrio desenvolvido a escala 1:10



Figura 77 – Estrutura metálica de suporte da cobertura.



Figura 78 – Estado de conservação da cobertura



Figura 79 – Caracterização espacial do piso de desvão da cobertura.

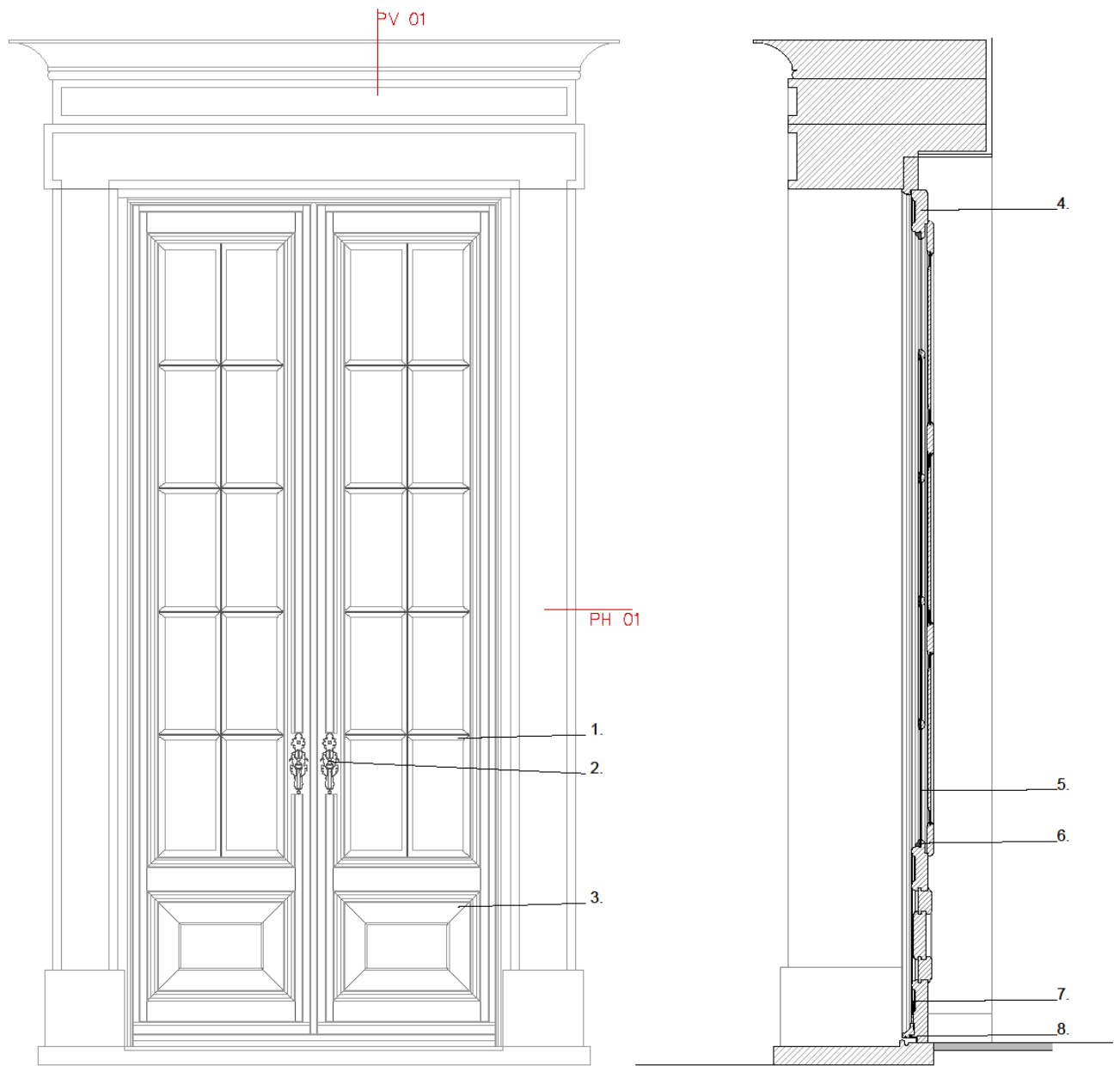


Figura 80 – 1. Pinázio 2. Ferragem 3. Almofada 4. Travessa superior 5. Vidro simples 6. Massa de vidraceiro 7. Travessa inferior 8. Borracha

Caracteriza-se, por fim, um dos elementos mais identitários de qualquer edifício: A caixilharia, parte da extensiva carpintaria do edifício. Direcionado ao projeto de reabilitação, a investigação aprofunda-se no estudo dos vão exteriores que, apesar de construtivamente possuírem naturezas semelhantes, possuem três derivações formais principais: O vão em arco; O vão em janela e o vão vertical (Fig. 82).

No palácio de São Marcos, as caixilharias de madeira pintadas a branco; de duas folhas e vidros simples (Fig. 81), assumem papéis distintos na mediação do interior com o exterior do edifício. No primeiro caso, a carpintaria escura encontra nos caixilhos brancos, e portadas fixas da mesma cor, um contraste luminoso e um elemento de referência ao refletir a luz natural incidente. No exterior, a relação dos caixilhos com o edifício é diversa, não buscando o contraste, mas sim, a continuidade, enquanto elemento que atribui coesão a todas as fachadas.

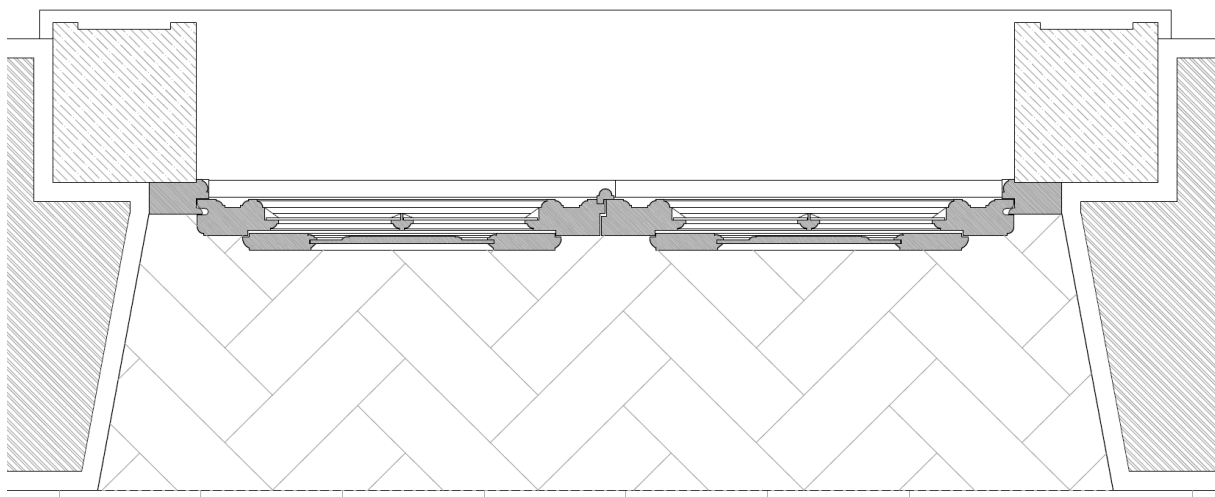


Figura 81 – Planta do caixilho existente.

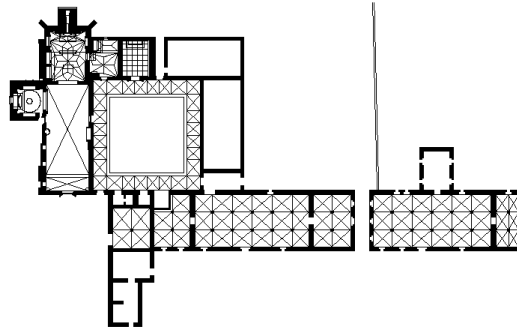


Figura 82 – Diferentes tipologias de caixilho na dimensão do objeto de estudo.

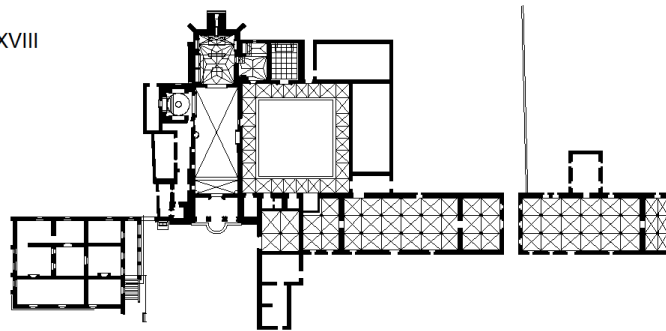
Século XV



Século XVI

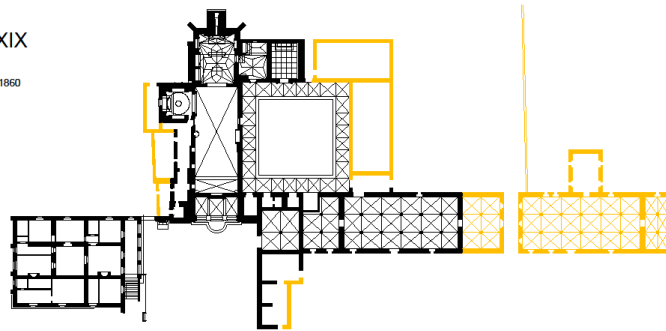


Século XVIII



Século XIX

■ Incêndio de 1860



Século XX

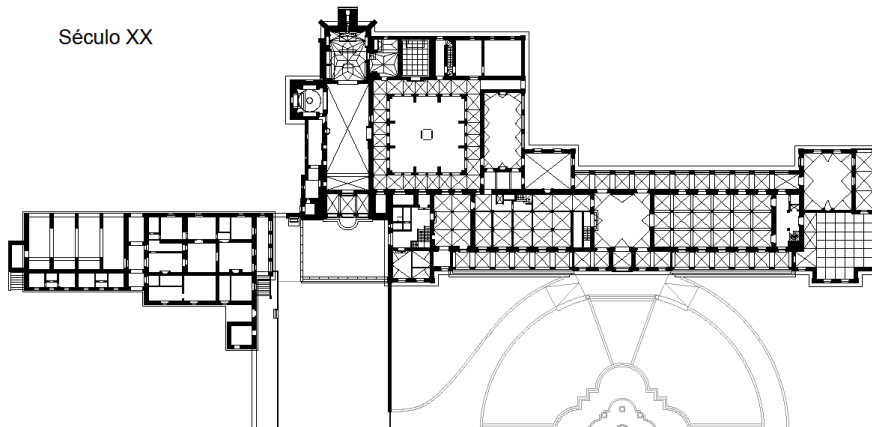


Figura 83 – Cronologia de intervenções.

2.3_Da contextualização histórica e cronologia de intervenções

Foi neste cenário, portanto, que João Gomes da Silva em 1441, instituiu uma pequena ermida dedicada a São Marcos dentro de seu complexo agrícola cujos moradores eram seus foreiros. Sua propriedade passou a ser reconhecida enquanto quinta de São Marcos.

Em resultado de disputas senhoriais, a Quinta de São Marcos passa do domínio dos Silvas para D. Afonso V que a transfere à esposa D. Beatriz de Menezes. Esta imediatamente concede o território aos monges de São Jerónimo a 28 de julho de 1451, com o desejo de que a construção de um complexo religioso tivesse início o mais brevemente possível. Fundado o convento, durante séculos foi agraciado de proteção real e extensivas doações. Em 1451 os bens de Aires Gomes da Silva; Em 1464, o padroado da igreja de Vagos por parte de D. João Galvão; em 1478 os bens de Condeixa-a-Nova; em 1480 os bens de Santar e Sobral da Serra; e por fim, em 1503, ocorre a última grande doação dos bens de Montemor-o-Velho, de D. Branca Coutinho e seu marido, João da Silva.

A primeira intervenção de construção que se tem registo acontece em 1452 sob a direção do arquiteto, *Gil de Sousa*. Durante 12 anos esteve diante da coordenação da obra do convento até a sua inesperada morte, sendo substituído por *Nuno Gonçalves*. Num segundo período da cronologia, data de 1510 o portal manuelino do arco frontal do coro e de 1522 a renovação da capela-mor com um sistema de nervuras góticas.

Na segunda metade do século XVI, período renascentista, é construída a Capela dos Reis Magos, um dos exemplares mais canónicos do renascimento em Portugal; a sacristia; o claustro e os dormitórios. São também deste período as outras estruturas que caracterizam o edifício conventual: a enfermaria, livraria, farmácia, refeitório e hospedaria. A concentração de erudição da obra arquitetónica e de escultura do antigo mosteiro de São Marcos faz deste complexo um ponto notável da escultura portuguesa do Século XV, com seu registo gótico vegetalista, e do século XVI, enquanto local de vanguarda do estilo renascentista francês em Portugal.

Durante todo o século XV e parte do século XVI, o Mosteiro de São Marcos concentrou uma vasta riqueza, proeminente das casas senhoriais do Baixo Mondego; poder régio e da Ordem de São Jerónimo. Após este período até a extinção das ordens religiosas, as restantes doações adquiridas ao longo de quase 400 anos de existência, nunca conseguiram equiparar o valor e a riqueza das doações deste intervalo de aproximadamente 100 anos.



Figura 84 – A igreja de São Marcos no começo do século XX



Figura 85 – fragmentos da ala norte devastada pelo incêndio do século XIX



Figura 86 – O claustro em ruínas.

A última intervenção artística relevante sucedeu-se no ano de 1783 com os trabalhos de renovação da igreja que culminaram numa nova ampliação. Desta destaca-se a fachada *neo-manuelina*, que se evidencia no presente momento, ladeada pela nova torre sineira (Fig. 84). A vasta riqueza e concentração de poder durante o período tardo-gótico e renascentista, no centro do convento de São Marcos, caracteriza-se sobretudo pelo riquíssimo espólio artístico. Das intervenções materializadas neste período, de importantes artistas, é de notoriedade a obra do escultor francês *Nicolau Chanterene* e dos arquitetos *Diogo de Castilho* e *Diogo Pires*, presentes no interior da Igreja de São Marcos.

A semelhança de todos os outros conventos em Portugal, a sua supressão sucedeu-se depois do decreto de 30 de maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas. Após sua privatização foi em 1860 que um incendio de grandes dimensões afetou o mosteiro, destruindo grande parte do edifício. Deste trágico acontecimento restaram em ruínas: poucos arcos, colunas e paredes da estrutura térrea dos dormitórios; a sacristia e a sala do capítulo. O corpo central da Igreja foi integralmente preservado deste acontecimento. Em 1952, quase um século após o grande incendio, a partir das ruínas conventuais do claustro e antigo celeiro (Fig. 85), erigiu-se o palácio de São Marcos na sua condição contemporânea. Projetado pelo arquiteto Leonardo Castro Freire a intervenção reconstrói o claustro à imagem quinhentista, e propõe o corpo central do palácio, completamente de raiz, no eixo norte e sul. O arquiteto não intervém na igreja, que desde 1910 é considerada monumento nacional.

No ano de 1975, a propriedade passou a regência do governo federal por parte do ministério da educação que concedeu-a a instituição federal de ensino mais próxima. É assim que o edifício até a presente data encontra-se sobre a administração da Universidade de Coimbra. Nas últimas décadas o edifício é cedido pontualmente para a realização de cerimónias matrimoniais e festas de casamentos bem como eventos da universidade.



Figura 87 – A clarificação do limite sul

III O PROJETO

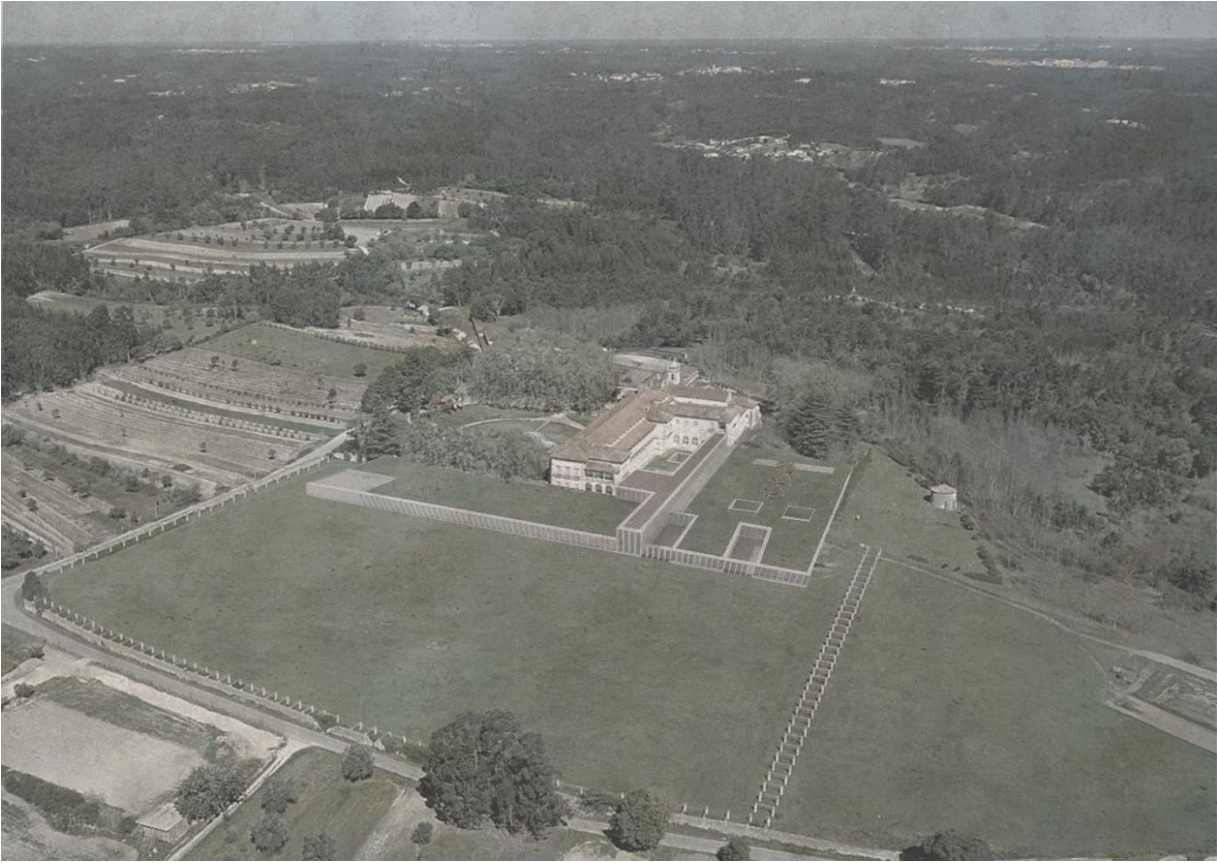


Figura 88 – Visão geral da intervenção

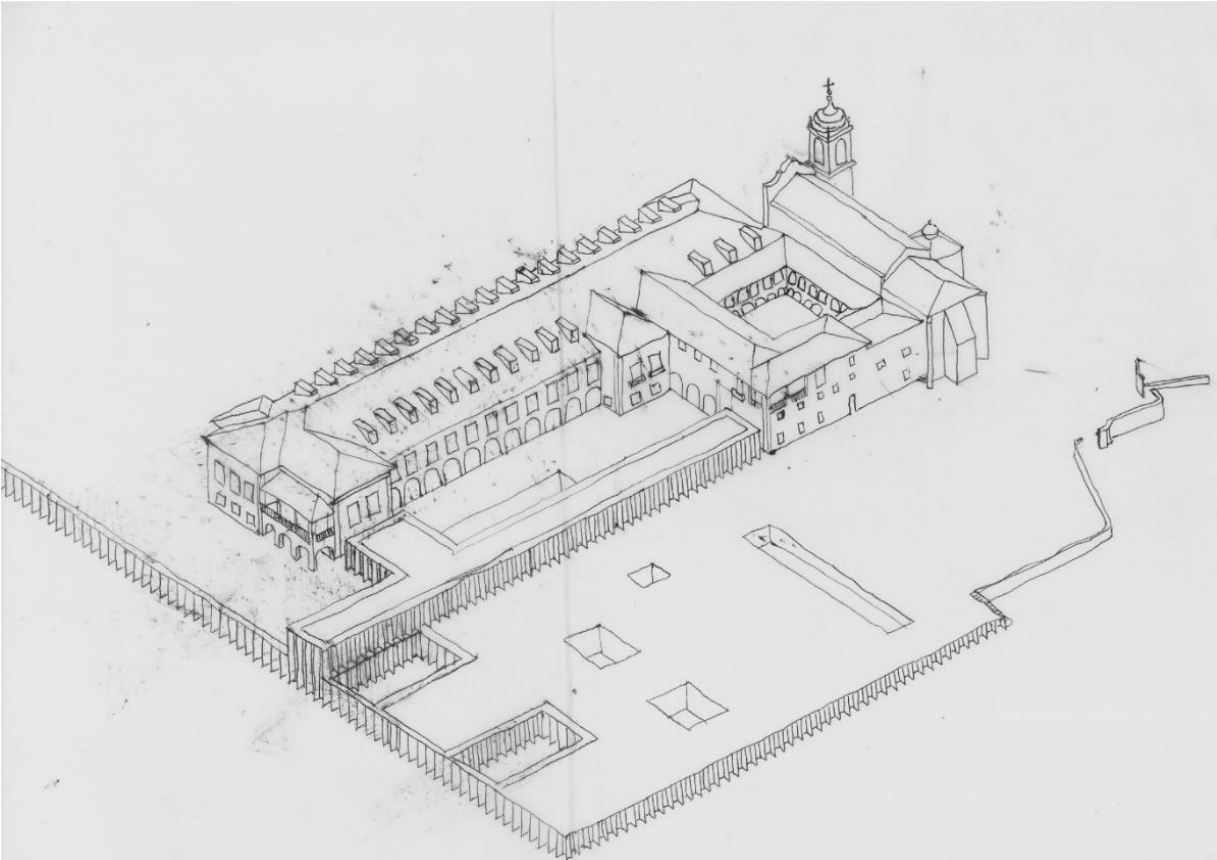


Figura 89 – Esquisso da estratégia geral de intervenção.

3.1_ Enquadramento

Enquanto gesto de requalificação, com valor social, a proposta de intervenção procura tornar permeável à comunidade local um de seus edifícios de maior valor histórico. Excepcionalmente, das demais arquiteturas regionais, que incorporam valores semelhantes, o palácio não evidencia-se em avançado estado de deterioração. Apesar da sua integridade construtiva e significância cultural, enquanto agente ativo nos processos de estruturação do território, encerra-se dentro de seus muros.

O projeto tem como objetivo propiciar a participação dos habitantes no processo de preservação do edificado, promovendo dinâmicas de apropriações sociais, de forma a salvaguardá-lo da deterioração resultante dos processos de devolução. Constituindo assim, um exemplo a ser replicado em outros contextos e edifícios de valor histórico, social e arquitetónico capazes de acolher ocupações contemporâneas.

Neste capítulo será abordada a estrutura intelectual e de investigação para a consolidação da proposta de projeto. O delinear da estratégia de intervenção integrou a dinâmica pedagógica que promoveu o processo de experimentação por meio do projeto, a fim de alcançar a compreensão necessária das pré-existências para a construção do novo centro universitário.

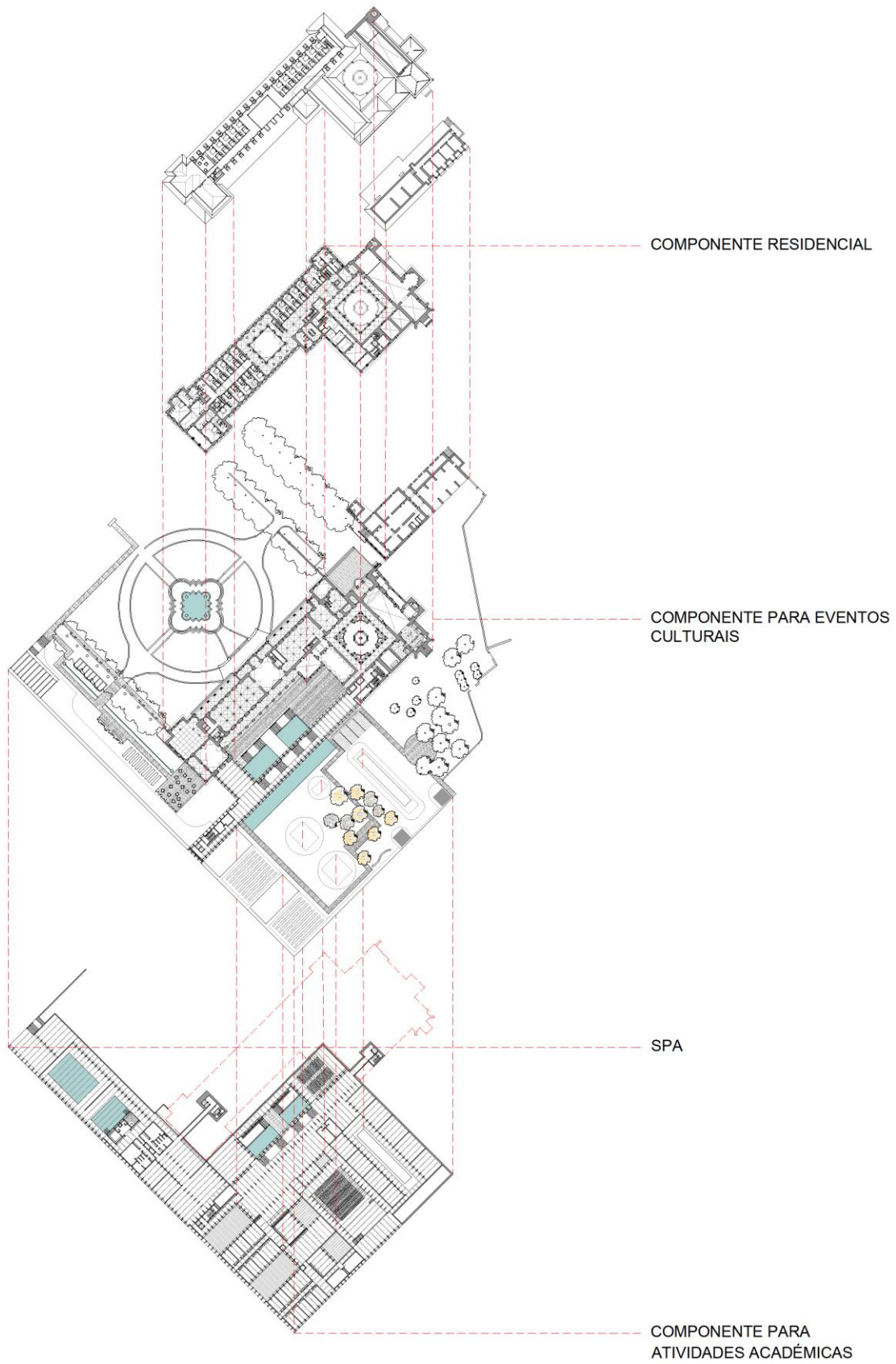


Figura 90 – Axonometria programática.

3.2_ O programa proposto.

O programa proposto exigiu um apelo ao sentido crítico na gestão da complexidade e equilíbrio entre a nova construção e o exercício de preservação e curadoria dos diversos registos temporais. Neste sentido subentende-se que qualquer nova construção trará consigo elementos que, em diálogo com o pré-existente, farão a continuação física e histórica do presente palimpsesto.

Três componentes programáticas foram propostas: Uma residencial, para estudantes, investigadores e professores; outra para o desenvolvimento de atividades académicas, eventos científicos e exposições e, por fim, uma componente cultural, associada a eventos da Universidade de Coimbra e da comunidade local. Inerente ao projeto, é o sentido crítico referente ao que se propõe. Foi neste sentido que a investigação buscou, em todas as etapas, o pré-existente enquanto unidade de ajuste.

A investigação teve início dentro de um exercício de compatibilização programática às estruturas pré-existentes. Concluiu-se que a componente residencial poderia ser oportunamente atribuída a matriz espacial do palácio, propicia a receção deste tipo de programa. As componentes de atividades académicas e de eventos culturais, foram compreendidas enquanto programas de naturezas tão semelhantes que seria ambíguo não coexistirem dentro do mesmo registo. Unidas, portanto, estas duas vertentes, constituirão o espaço público do novo centro universitário. Este, será distribuído entre o piso térreo do edifício principal e os novos espaços académicos propostos na cota inferior. A nova construção será composta por salas de aula, espaços expositivos, centros de investigação e um auditório, destinado aos eventos de maiores proporções e institucionalidade. Propõe-se, também, a abertura da Igreja de São Marcos para eventos públicos, missas e celebrações religiosas abertas a comunidade, integrando-a também à vertente cultural do projeto. A casa da botica abrigará um restaurante destinado a comunidade estudantil e aos visitantes.

Por fim, propõe-se uma vertente voltada às atividades de promoção da saúde, de dimensão lúdica e desportiva, que orienta-se para a comunidade estudantil. Trata-se do SPA, estrutura de lazer e apoio a dimensão residencial, situada na nova construção anexa ao palácio.



Figura 91 – Planta geral de cobertura desenvolvida a escala 1:1000

3.3_ A clarificação do momento de chegada ao palácio de São Marcos.

Dada a dependência do automóvel enquanto meio de aproximação ao novo centro universitário a proposta deve refletir acerca desta condição incontornável. Não é possível pensar a aproximação ao objeto de estudo dentro de uma perspectiva meramente funcionalista e burocrática, uma vez que a aproximação ao palácio é parte importante da vivência do conjunto arquitetónico pré-existente.

Uma operação de carácter funcional a fim de responder as necessidades de estacionamento, acarretaria desconformidades espaciais que desequilibrariam o sistema existente trazendo ruído a harmonia do momento de chegada, definido pela alameda. Ao rejeitar a presença do automóvel neste eixo, assume-se que o único acesso possível a propriedade deveria efetuar-se a partir do percurso rural a sudeste, de características bucólicas e informal. No entanto, com isto, em prol da função, oblitera-se a experiência sensorial que a formalidade do aceder pela alameda propicia ao momento de chegada, insubstituível dentro dos mecanismos de funcionamento da pré-existência e da fruição de seu espaço.

Desta forma, optou-se por duas soluções distintas: uma solução de estacionamento público, fora dos limites da propriedade que desenvolve-se longitudinalmente justaposto aos muros da cerca e, outra, de carácter funcional a partir do, anteriormente mencionado, acesso agrícola destinado aos serviços e emergências. A intervenção contempla o reordenamento do espaço envolvente do cruzamento de São Marcos a fim de criar condições para a qualificação do momento de chegada, a partir da proposta de um terreiro que antecede os portões da alameda, prolongando-a em direção ao novo espaço público. A caracterização que se pretende imprimir é o elemento que anuncia a alameda e marca um limite em contraponto a igreja, a nascente.

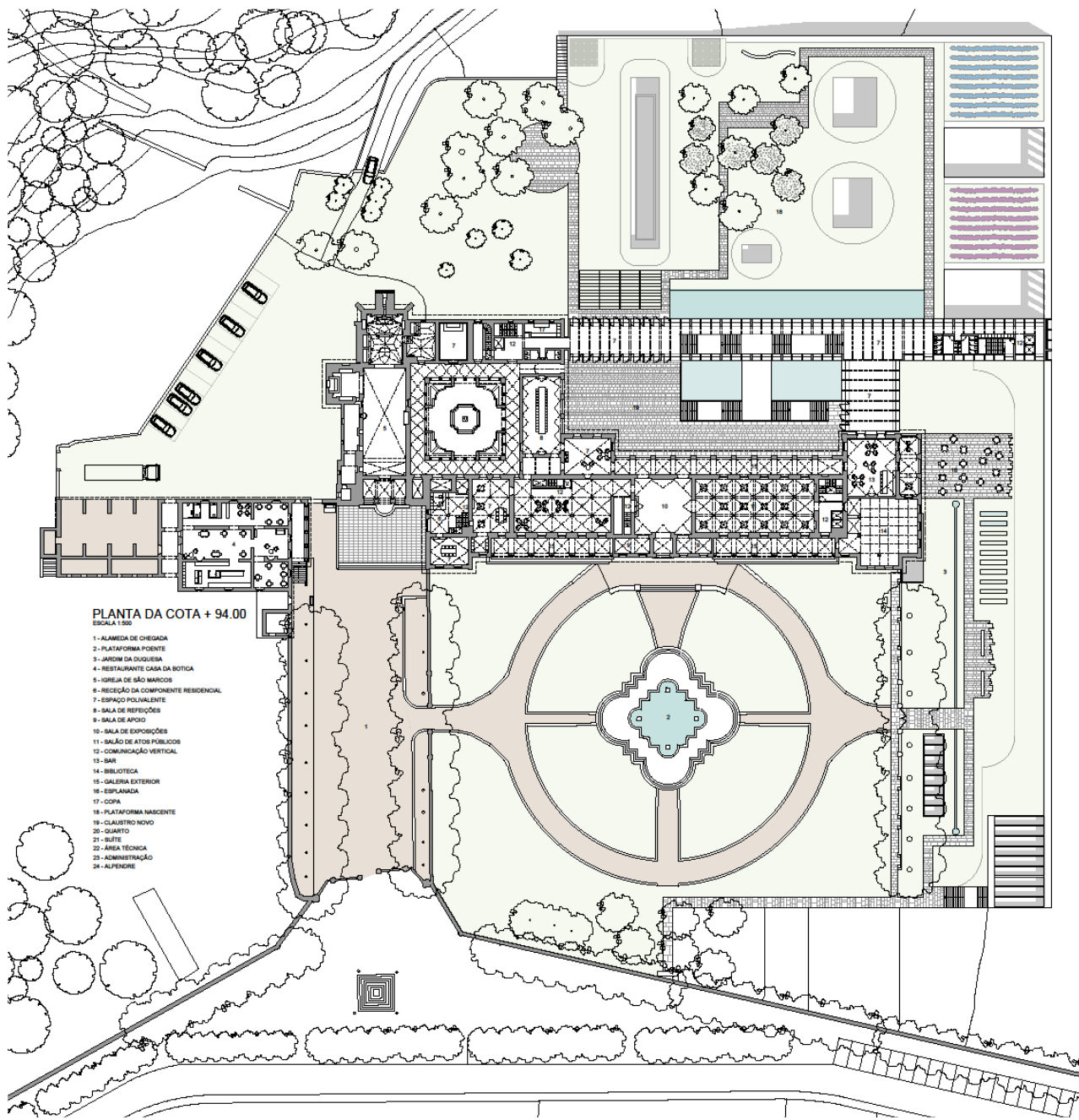


Figura 92 – Planta da cota + 94 desenvolvida a escala 1:500

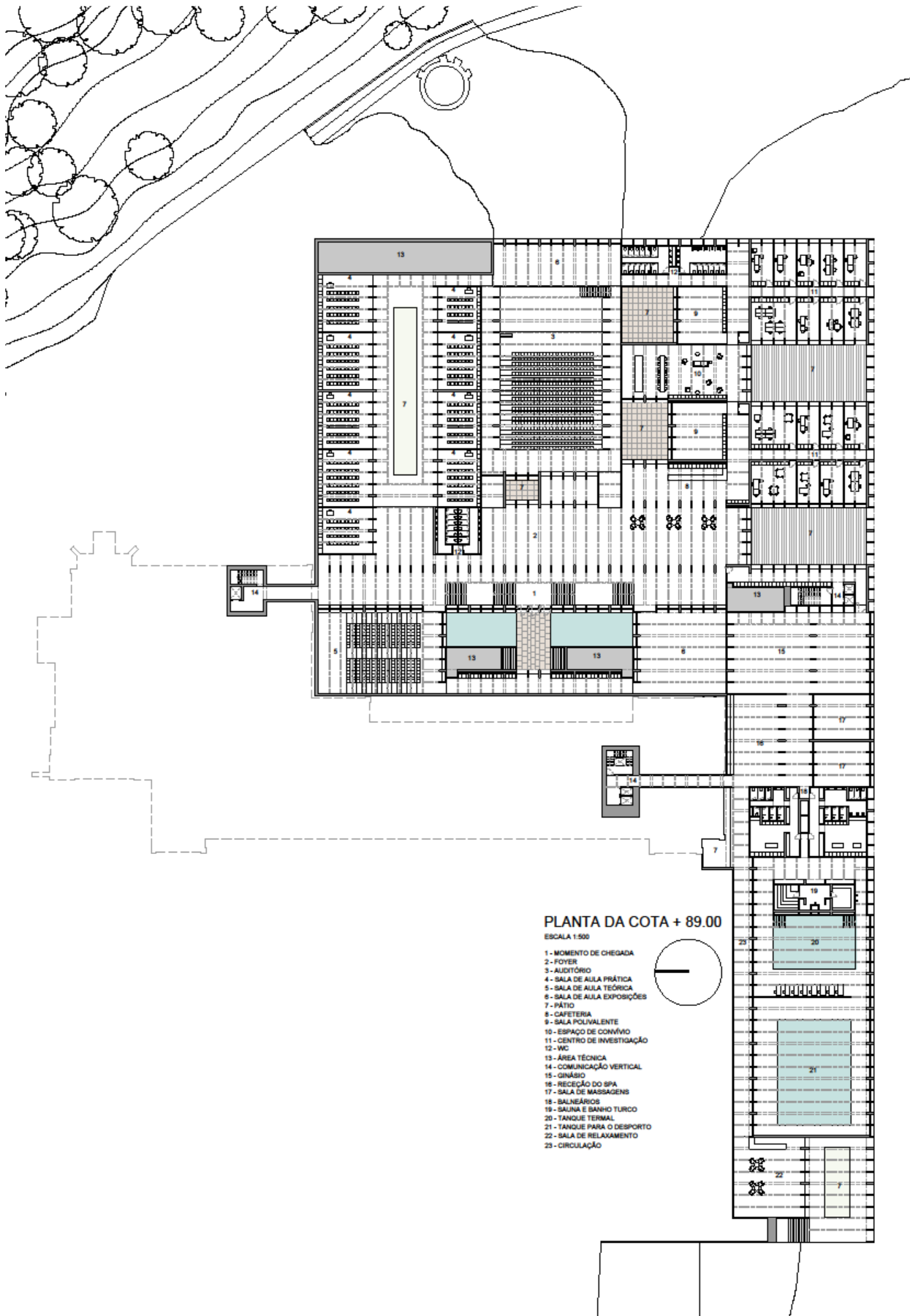


Figura 93 – Planta da cota + 89.00 desenvolvida a escala 1:500

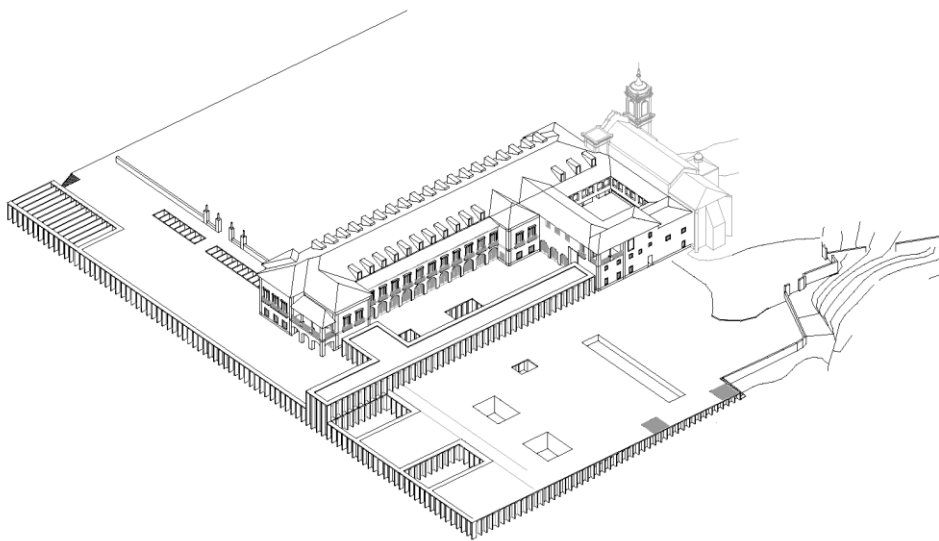
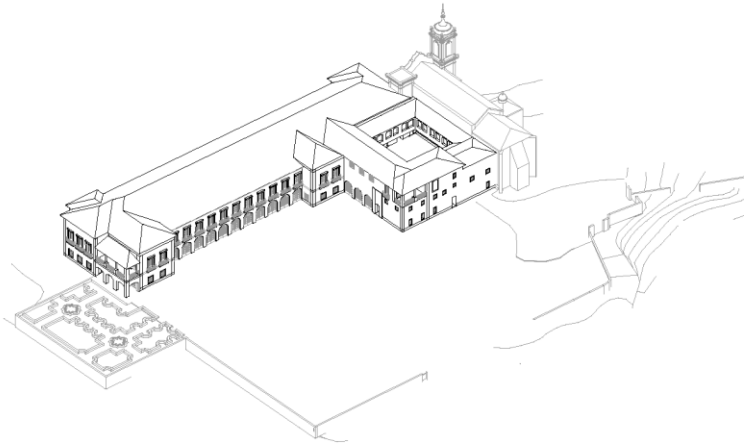


Figura 94 – Axonometria dos novos limites propostos em relação a condição pré-existente.

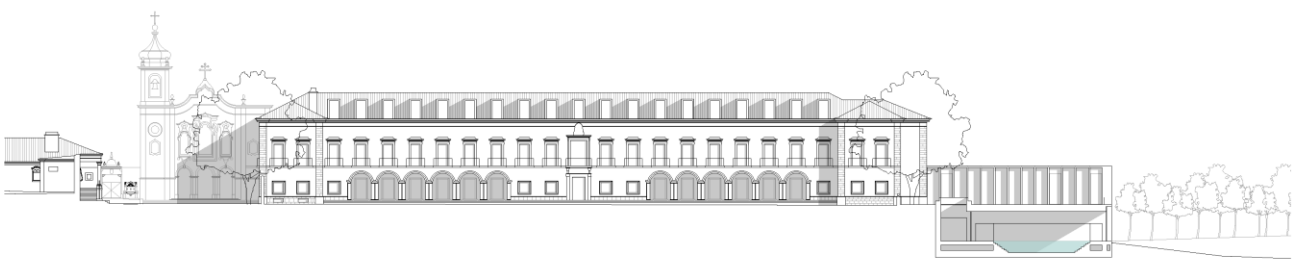


Figura 95 – Alçado poente da proposta desenvolvido a escala 1:500



Figura 96 – Alçado sul da proposta desenvolvido a escala 1:500

3.4_ A condição dos limites e plataformas.

A ampliação do Palácio de São Marcos para o novo centro universitário, desde as primeiras visitas ao sítio, assumiu enquanto mote para o projeto, um critério muito claro. Trata-se da hierarquia entre as partes e da compreensão do protagonismo do edifício central enquanto núcleo rígido de qualquer expansão do metabolismo existente. É da sua condição natural de objeto ímpar na paisagem, assente numa grande plataforma, que a intervenção procura sua condição de “...encosto, tal qual rodapé da preexistência” (GIL, 2024). É a partir da plataforma existente que a intervenção procura um conceito de clarificação de seus limites propondo um edifício que constrói e (re)significa a condição na qual o edifício se suporta (Fig. 94).

É da plataforma nascente que se propõe a nova construção, numa cota cinco metros inferior. A cobertura da ampliação repõe a identidade do verde assim como os níveis pré-existentes, mantendo a relação do palácio com a envolvente próxima inalterada. No entanto, a intervenção não aceita os limites pré-existentes sem um juízo de valor, fazendo deste tema uma oportunidade contemporânea para o redesenhar dos jardins envolventes que fazem a mediação de São Marcos com o exterior (Fig. 95). Para isto, numa relação de tangencialidade às fundações do palácio, busca-se no desalinhamento do jardim da duquesa, saliente a plataforma existente, a definição de um novo limite a sul (Fig. 96). Este, vai permitir a extensão dos jardins através da sua cobertura bem como uma oportunidade de, ao apelar a memória do jardim da duquesa, reconstruí-lo de maneira íntegra e dentro de uma estratégia geral de intervenção coerente, anulando seu carácter excepcional. Assim, o novo jardim da duquesa assumirá a forma de uma extensa varanda para a paisagem bem como um novo limite a plataforma poente do jardim principal (Fig. 92).

A nascente a intervenção procura os limites pré-existentes da plataforma enquanto referencial para a nova construção. Aqui, a nova fachada tem sua escala gradativamente desmaterializada pela elevação do terreno enquanto um remate orgânico à megaestrutura (Fig. 97). esta busca no muro de suporte pré-existente uma relação de continuidade com o lugar.

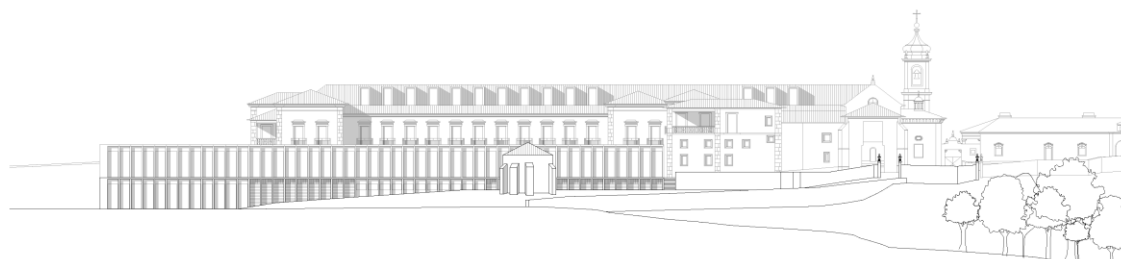


Figura 97 – Alçado nascente da proposta desenvolvido a escala 1:500



Figura 98 – Espaço central do Kingston University Town House



Figura 99 – Sistema estrutural do estudo de caso.

3.5_ O sistema construtivo enquanto princípio de organização espacial.

A fim de responder a programas dissonantes a investigação encontrou o primeiro estudo de caso que influenciou o projeto dentro de uma perspectiva teórica. Esta, relaciona-se com a coexistência de programas antagônicos dentro de uma intervenção sem distinções formais e dentro de uma espacialidade universal atribuída a partir de um elemento compositivo: O sistema estrutural pré-fabricado.

No *Kingston University Town House* – de autoria do coletivo irlandês *Grafton Architects*, situado em Londres, datado do ano de 2020 – programas de naturezas distintas como uma biblioteca e uma escola de dança (Fig. 98) encontram-se em sincronia dentro de um sentido de coesão espacial conferida pelo sistema de pré-fabricação (Fig. 99), concomitantemente a estrutura do edifício. Neste estudo de caso, a estrutura possibilita o transcender programático através da planta livre que encontra na estrutura o elemento referencial de unidade de todo o projeto.

A investigação em torno deste estudo de caso revelou as potencialidades do betão armado pré-fabricado enquanto elemento de uniformização dos diferentes programas dentro de uma mesma racionalidade e rigor compositivo, onde a estrutura transcende a sua função e compõe toda a organização espacial dentro de um sentido de austeridade e equidade inerente a um espaço de fruição e identidade ininterrupta. Desta forma, os espaços foram concebidos através da repetição de um sistema de pórticos pré-fabricados potenciadores de utilizações flexíveis do espaço (Fig. 101). A semelhança do palácio, seja do ponto de vista da composição quanto construtivamente, adota-se a modulação estrutural enquanto princípio de desenho, fazendo da nova construção uma (infra)estrutura homogénea que dentro de uma ambiência sem hierarquias será habitada e caracterizada pelas diferentes formas de apropriação de seus espaços.

É desta maneira que se confere o protagonismo a estrutura que procura, na sua configuração, qualificar o espaço de modo que os elementos estruturais; a iluminação; a acústica; os enfiamentos visuais e os próprios espaços procurem o esfumaçar de seus limites num intercambio de atributos que conferem unidade a todo o projeto (Fig. 100). A linguagem resultante do sistema construtivo procura o afirmar de sua contemporaneidade pelo contraste espacial entre o novo e o pré-existente, diferindo dois tempos distintos de construção.



Figura 100 – Maquete de estudo do espaço interior desenvolvida a escala 1:20

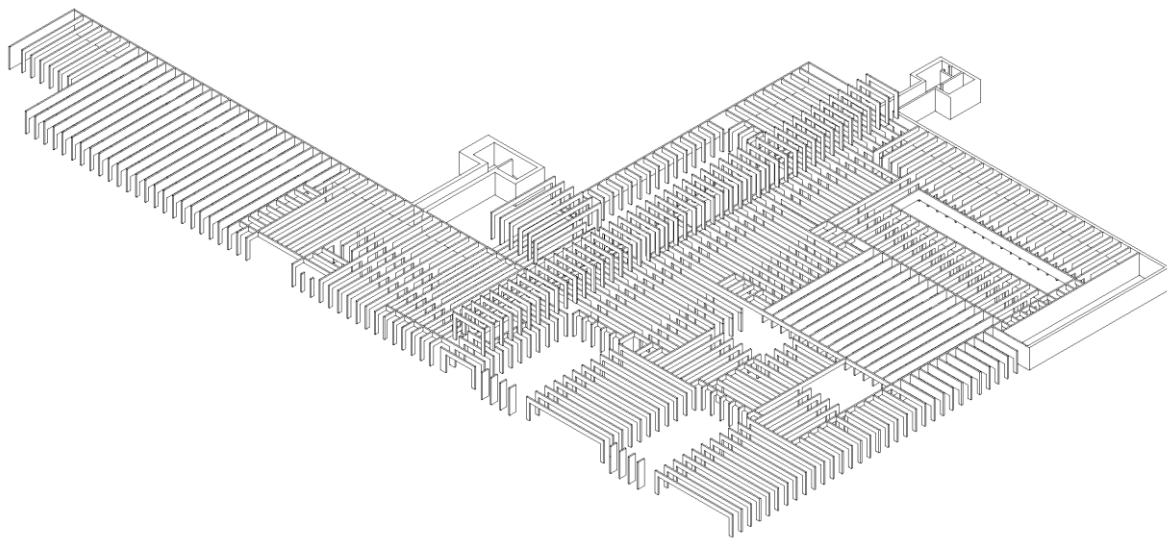


Figura 101 – Axonometria estrutural

A descodificação de uma edifício pré-existente, de acordo com *Claudio Varagnoli*, busca uma relação linguística entre a arquitetura do passado e a contemporânea revisitando elementos referenciais do antigo sobre códigos arquitetônicos novos. Para este efeito, a partir do módulo estrutural do palácio de São Marcos, procurou-se estabelecer uma unidade compositiva de modulação que suportasse toda a nova construção, buscando uma relação de continuidade com a pré-existência bem como uma desejada economia de meios.

Foi a partir da dimensão das cantarias que emolduram os vãos pré-existentes, de 22cm de topo, que se definiu a dimensão a ser repetida em todas as peças de betão pré-fabricado implicadas na materialização da nova construção. Definiu-se assim um vão estrutural entre elementos pré-fabricados de 1,66m que de igual forma, apesar de mais arbitrário, provém de sequenciais derivações do módulo de estrutura entre vãos dos alçados pré-existentes, fazendo assim uma aproximação ao vão pré-existente do Palácio de São Marcos (Fig. 102). O sistema compositivo demonstrou a sua eficiência e flexibilidade durante o exercício de investigação sendo facilmente ampliado dentro dos mesmos princípios compositivos ou, como sucedido, desmontado de forma a reenquadrar as reduções programáticas e mudanças de projeto.



Figura 102 – Alçado parcial nascente

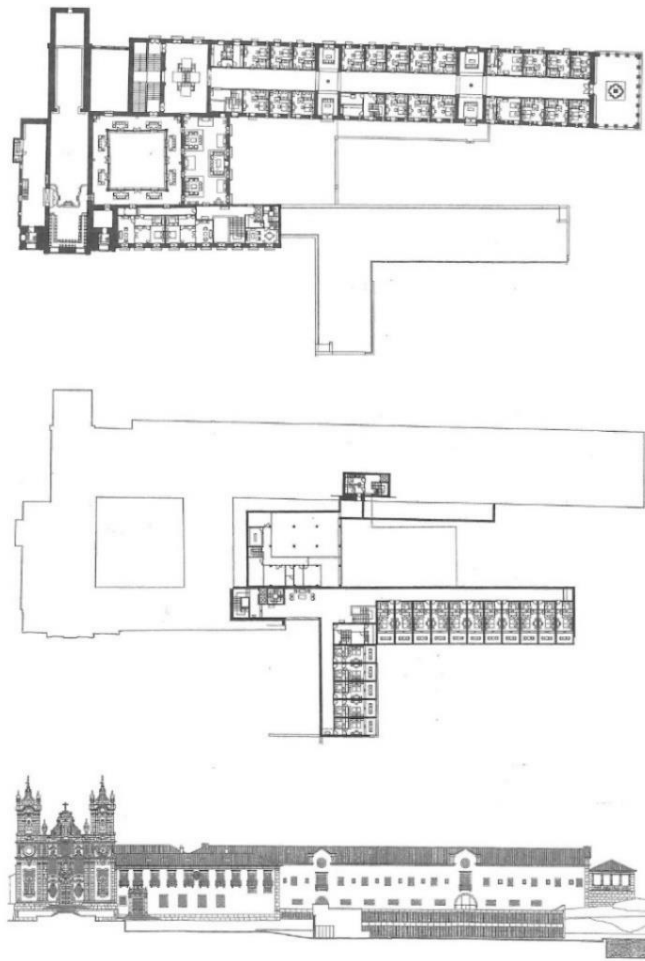


Figura 103 – Plantas da pousada de Santa Marinha da Costa projetada pelo arquiteto Fernando Távora.



Figura 104 – Maquete de estudo da implantação da nova construção desenvolvida a escala 1:200

3.6_ Evidências de um palimpsesto.

Definidos os princípios interventivos e de implantação para a nova construção, tornou-se relevante estabelecer um diálogo com a pré-existência, dentro de um intercâmbio de valores. Para tal, enuncia-se a nova dimensão construtiva através de um longilíneo volume que emerge, com rigor e austeridade, da cota inferior da componente pedagógica, a fim de conectar o que pré-existe e o novo (Fig. 104). A estrutura proposta provém da investigação acerca de um gesto arquitetónico capaz de conglomerar diferentes registos, encontrando no estudo de caso da Pousada de Santa Marinha da Costa – obra de autoria de Fernando Távora, situada em Guimarães, datada do ano de 1985 – matéria para sustentar a presente temática (Fig. 103).

“O estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida” (TÁVORA, 1953)

Com esta afirmação Távora ensina que o diálogo com a pré-existência deve sobretudo utilizar do novo para clarificar o significado do antigo. No caso de estudo, Távora incorpora elementos modernos e austeros, de grande abstração, na relação com o mosteiro pré-existente, dentro de uma *“...severidade chã monástica, em detrimento da estratégia de reprodução/distinção formal”*. (GIL, 2024)

A semelhança de Távora, procura-se a partir da abstração de um extenso volume horizontal uma relação de encosto com a pré-existência. Trata-se de uma composição gerada por uma métrica pré-existente no palácio que vincula ao novo volume de mediação um carácter assumidamente abstrato. Tal como o estudo de caso a verticalidade da silenciosa sucessão de vãos, enquanto linguagem deste volume, contribui para *“um acentuar a sua escala e força arquitetónica”*. (GIL, 2024)

“Em Santa Marinha, o corpo novo é uma espécie de propileus que nos filtra, enquadra e (des)vela a distância para o corpo atrás, entretanto ressuscitado, quase que o substituindo. Noutra sentido, este corpo novo pode invocar o momento em que Jeanneret se coloca de lado do Partenon, o respetivo intercolúnio desaparece na sua verdadeira grandeza e a colunata vira parede texturada, com o intuito de enquadrar e desenhar o horizonte” (GIL, 2024).

Em São Marcos, o corpo novo procura a mesma qualidade de um espaço intersticial que filtra os horizontes e a forma de vivenciar a paisagem. Através do encosto ao edifício pré-existente, delimita-se uma nova centralidade a partir de um pátio que define novas dinâmicas de apropriação de um espaço que, intemporal, conglera todos os registos históricos em diálogo e evidencia de um palimpsesto.

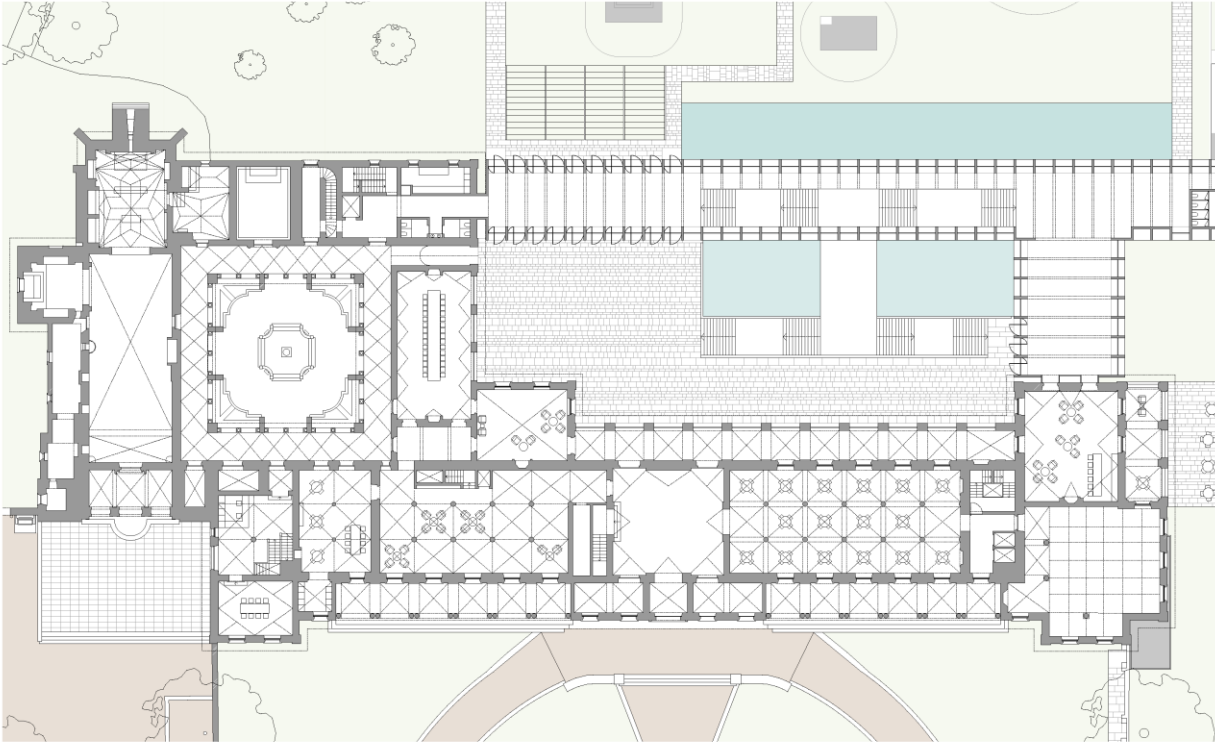


Figura 105 – Planta do novo pátio proposto desenvolvida a escala 1:500

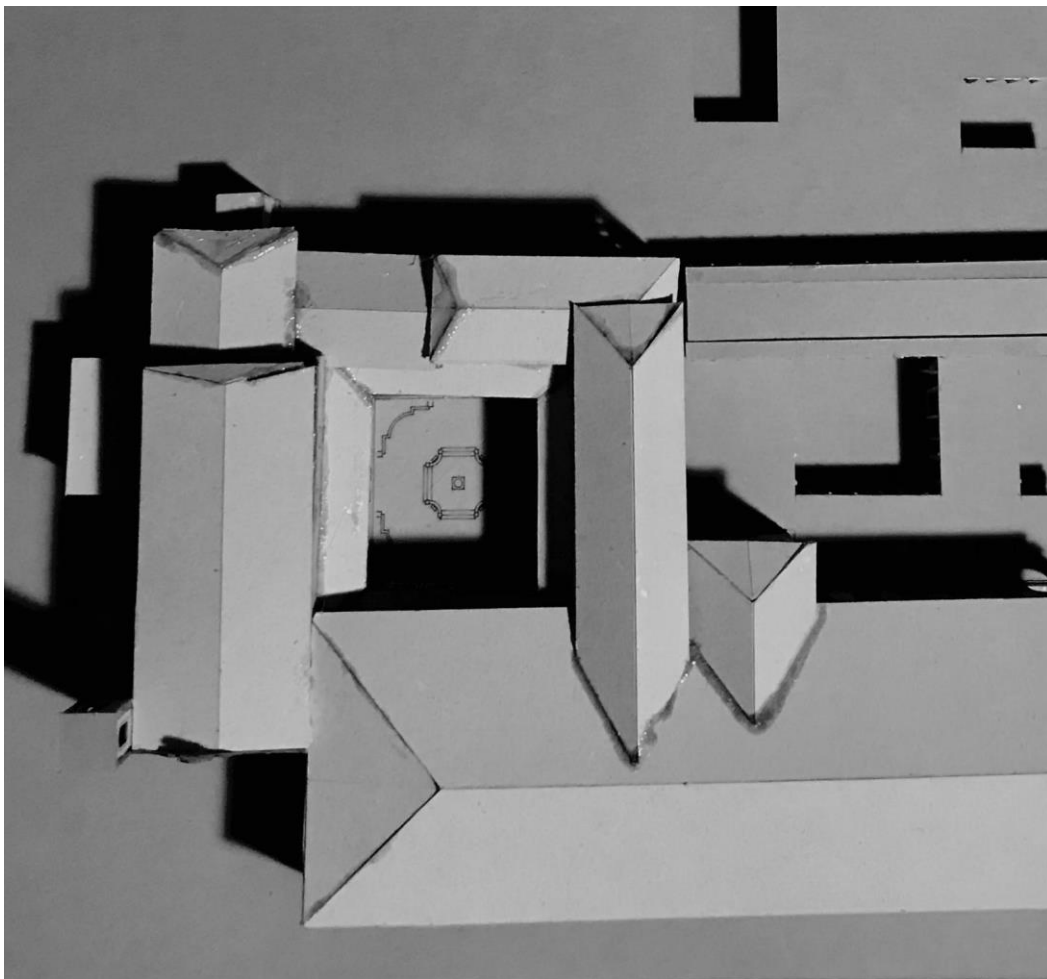


Figura 106 – Maquete de estudo da implantação do pátio proposto desenvolvida a escala 1:200

3.7_ O novo centro universitário.

A definição de uma nova centralidade conglomeradora entre o novo e o pré-existente decorre de um exaustivo processo de investigação acerca da ambiência e fruição do espaço definido pelo gesto de encosto à pré-existência. A resultante deste processo de procura foi a definição de um espaço que pretende alcançar na sua identidade contemporânea um sentido próprio de autonomia e antítese do claustro e silêncio monástico que acarreta (Fig. 105). Neste novo espaço o ruído; a vida; o movimento; as luzes e as interações sociais correspondem a uma materialidade acética que construirá a solenidade deste espaço.

O pátio procura estabilizar uma cota de soleira que permita uma continuidade espacial entre o interior e o exterior, diluindo os seus limites e possibilitando uma circulação e apropriação dos espaços mais fluídas. Concluiu-se que a continuidade deste espaço, seja por motivos funcionais ou simbólicos, deveria ser pontuada por um desnivelamento da cota do pátio que ao iluminar o nível inferior anunciaria também os novos espaços, fortalecendo as relações visuais e as dinâmicas espaciais com a componente pedagógica do novo centro universitário (Fig. 106).

Durante o projeto atribuiu-se ao novo volume, que conecta pontos opostos do palácio, o carácter de acesso formal a nova construção, por meio de escadarias metálicas pré-fabricadas (Fig. 107). Este elemento de comunicação vertical foi disposto numa relação de simetria e frontalidade na sua relação com os pátios propostos (Fig. 108). Nesta configuração intermedia, o nível térreo do palácio desenhava-se consoante as consequências da organização do espaço inferior, que, numa relação com as escadarias, configurava-se por meio de um espaço expositivo entre pátios desnivelados da cota do edifício principal (Fig. 109).

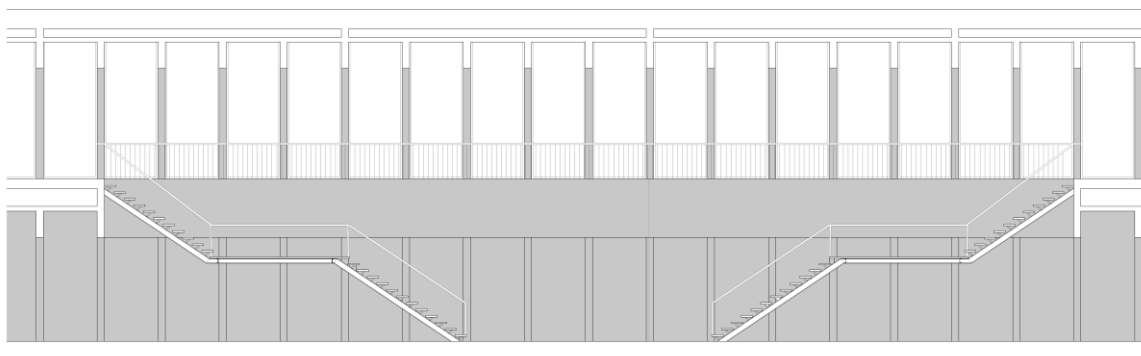


Figura 107 – Escadarias metálicas pré-fabricadas propostas. Desenho desenvolvido a escala 1:200



Figura 108 – Imagem do interior do novo volume de conexão da componente pedagógica com o palácio.

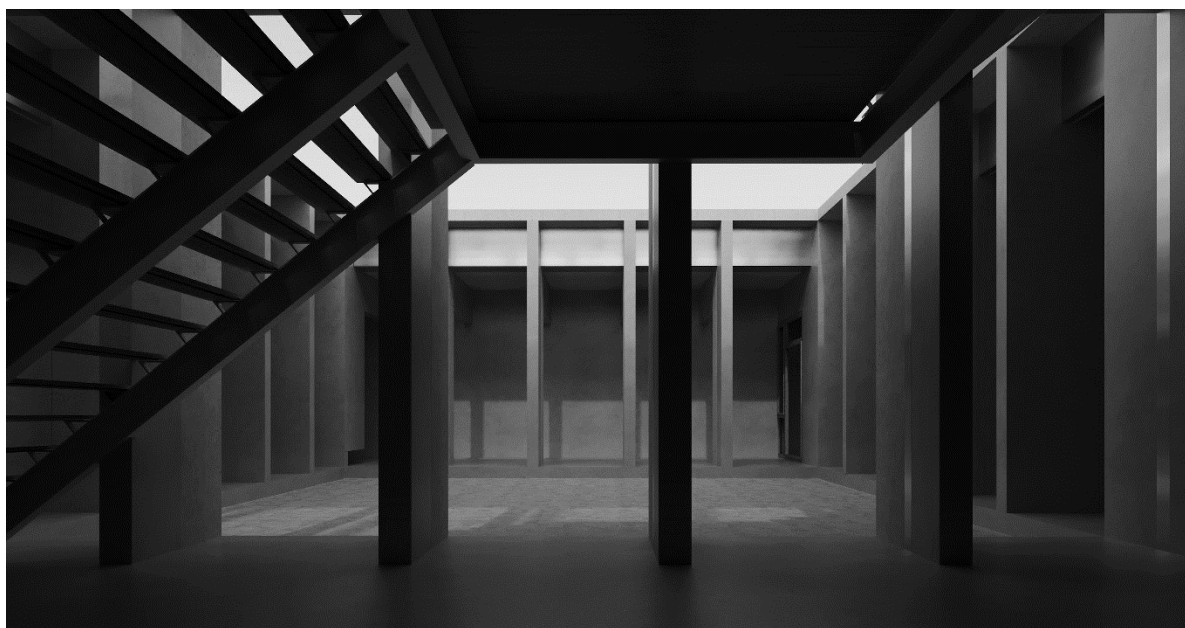


Figura 109 – Estudo de uma solução intermédia do novo pátio proposto.

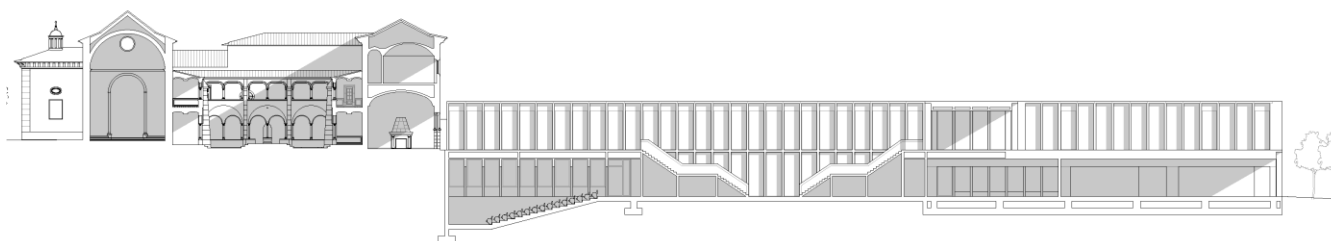


Figura 110 – O momento de entrada exterior da componente pedagógica. Desenho desenvolvido a escala 1:500

Apesar de geometricamente central o novo pátio ainda precedia de vida, funcionalidade e apropriações que lhe atribuíssem identidade enquanto momento central do complexo universitário. A autonomia deste espaço, bem como a centralidade desejada, alcançar-se-ia somente pela potencialização e interseção dos fluxos de circulação do sistema espacial existente. Concluiu-se que seria impossível tornar os pátios inteligíveis desprovidos de funcionalidade e continuidade física com o palácio, estes, não poderiam existir enquanto elementos meramente simbólicos de anúncio da cota inferior. Desta forma foi necessário recuar, retomando a ideia inicial de propor um setor desnivelado no pátio associado, também, a uma dimensão funcional.

Com o objetivo de funcionalizar este espaço e fazer dele um momento importante de ligação entre níveis da proposta, optou-se por replicar as escadarias no exterior, enquanto elemento formal e compositivo (Fig. 110). Estabeleceu-se assim um importante momento de referenciação do espaço exterior que ainda não havia sido devidamente concretizado enquanto um espaço de assumida centralidade no projeto: a marcação de um momento de entrada (Fig. 111). Demarcada a entrada formal do edifício no exterior, tornou-se necessário atribuir um elemento identitário que conferisse um microclima capaz de amenizar a aridez do novo pátio: a água.

Desta forma, este elemento primordial torna-se numa componente de caracterização, mediando a entrada principal do setor pedagógico por meio de dois espelhos de água. Nesta nova cota os utilizadores do edifício são conduzidos ao interior da nova construção através de uma plataforma “flutuante” de pedra que faz com que a água deixe de ornamentar e passe a construir o espaço, atribuindo-lhe identidade e tectónica ao fluir livremente por entre as juntas das pedras.

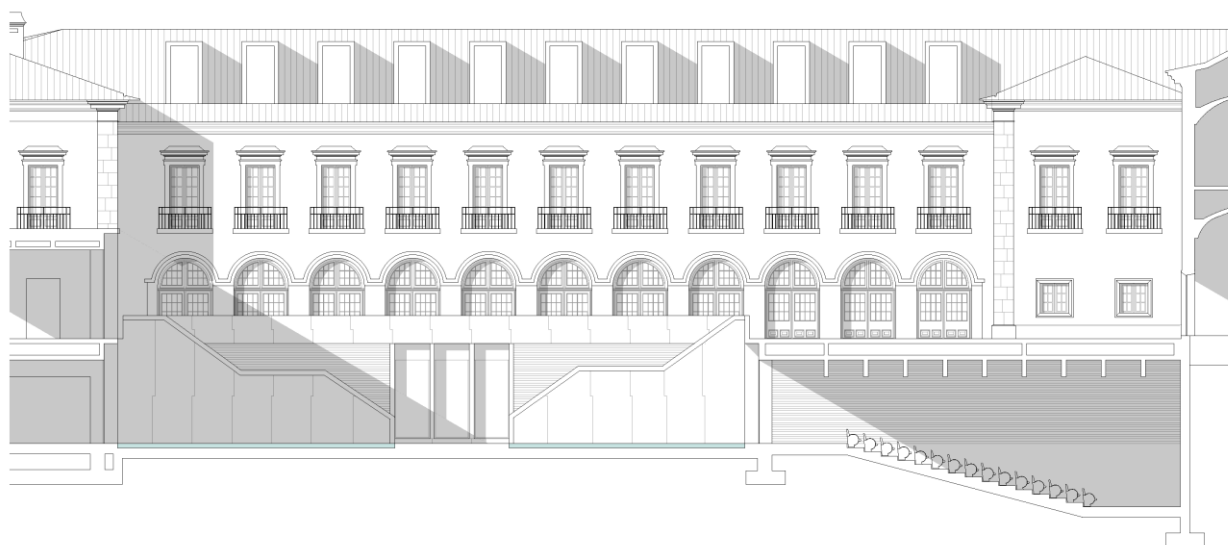


Figura 111 – Alçado da acesso exterior proposto desenvolvido a escala 1:200



Figura 112 – Imagem do foyer proposto.

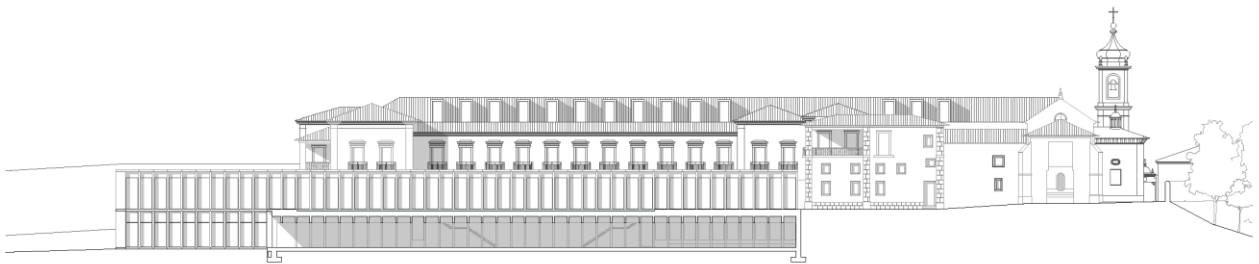


Figura 113 – Corte longitudinal pela nave do foyer proposto desenvolvido a escala 1:500

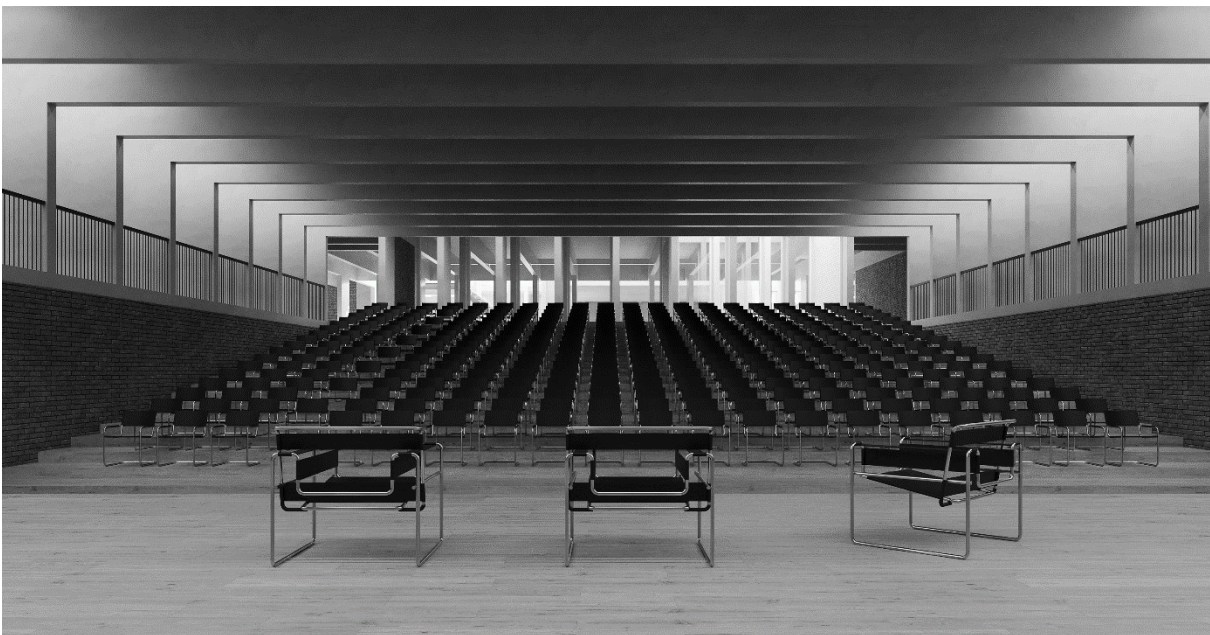


Figura 114 – Imagem do auditório proposto.

3.7.1_ O foyer e o auditório.

Nesta dimensão do centro universitário a repetição da estrutura configura um pré-momento, em que uma cortina de pilares (Fig. 112), receciona a componente pedagógica, configurando um espaço de transição entre a entrada formal e a nave do foyer. Este alinhamento estrutural vive da luz proveniente do pátio e configura espaços de circulação e permanência que antecedem e delimitam os espaços tangentes encerrados, nomeadamente: O pequeno auditório a norte; e a sala de exposições a sul (Fig. 115). Neste piso, desenhado sobre um traçado referencial de ortogonalidade que suporta o princípio compositivo estrutural, o visitante habita a estrutura encontrando na luz, proveniente dos enfiamentos visuais, elementos de referência do espaço (Fig. 113).

O auditório é o momento central desta componente e associa-se a um pátio que configura a profundidade do vestíbulo de entrada e proporciona um referencial luminoso que marca o seu momento de entrada (Fig. 114). Caracterizado pelo domínio da técnica, foi definido a partir de uma ordem rigorosa espacial e compositiva, resultante da repetição de imponentes pórticos de betão pré-fabricados que vencem um vão de 16,42 metros. No lado oposto do auditório, a nascente, situa-se um espaço expositivo que numa cota superior ao palco estabelece uma subtil iluminação proveniente de vãos entre vigas, bem como uma relação visual com a plateia (Fig. 119). O auditório comporta um primeiro momento de distribuição, este é caracterizado pelo sentido das vigas, perpendiculares aos grandes pórticos que estruturam a nave do auditório e que constituem uma exceção a regra estrutural. Devido aos esforços e a um sentido de atribuição de monumentalidade ao espaço, as vigas adquirem o dobro da altura padrão de 80 centímetros dos demais elementos estruturais que constroem o complexo. A partir desta plataforma de chegada o espaço central das bancadas é ladeado, de maneira simétrica, por deambulatórios que conduzem ao espaço expositivo.

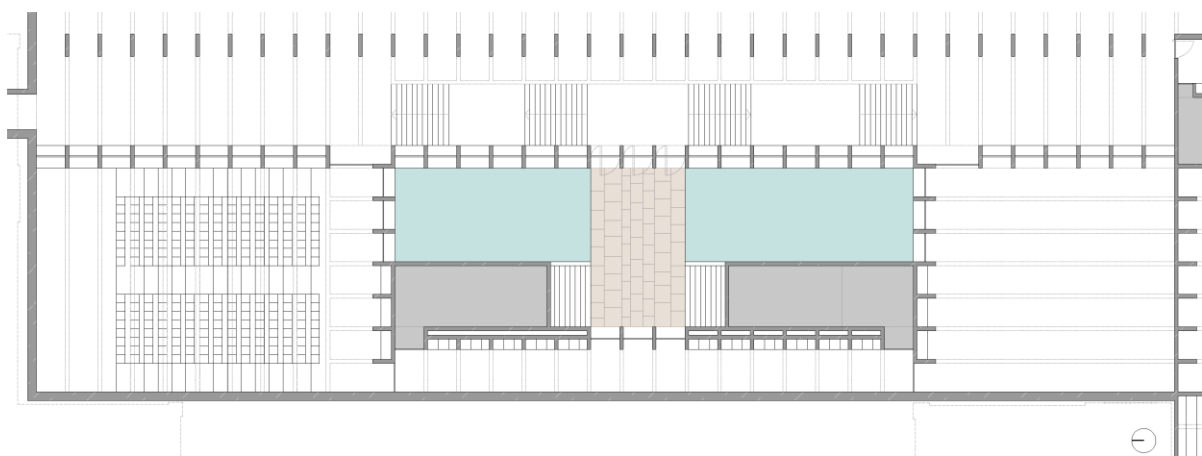


Figura 115 – Planta parcial do auditório a norte e da sala de exposições a sul desenvolvida a escala 1:500



Figura 116 – Perfil da proposta desenvolvido a escala 1:500

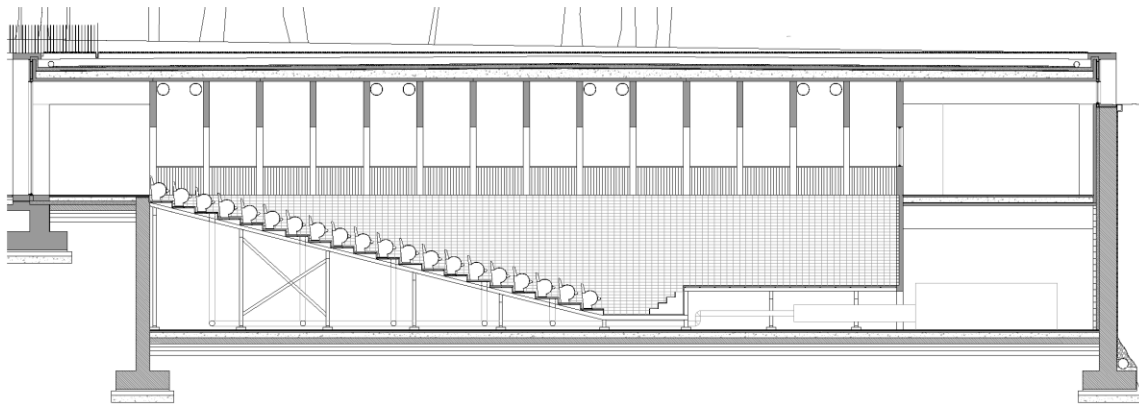


Figura 117 – Corte parcial construtivo longitudinal do auditório desenvolvido a escala 1:10

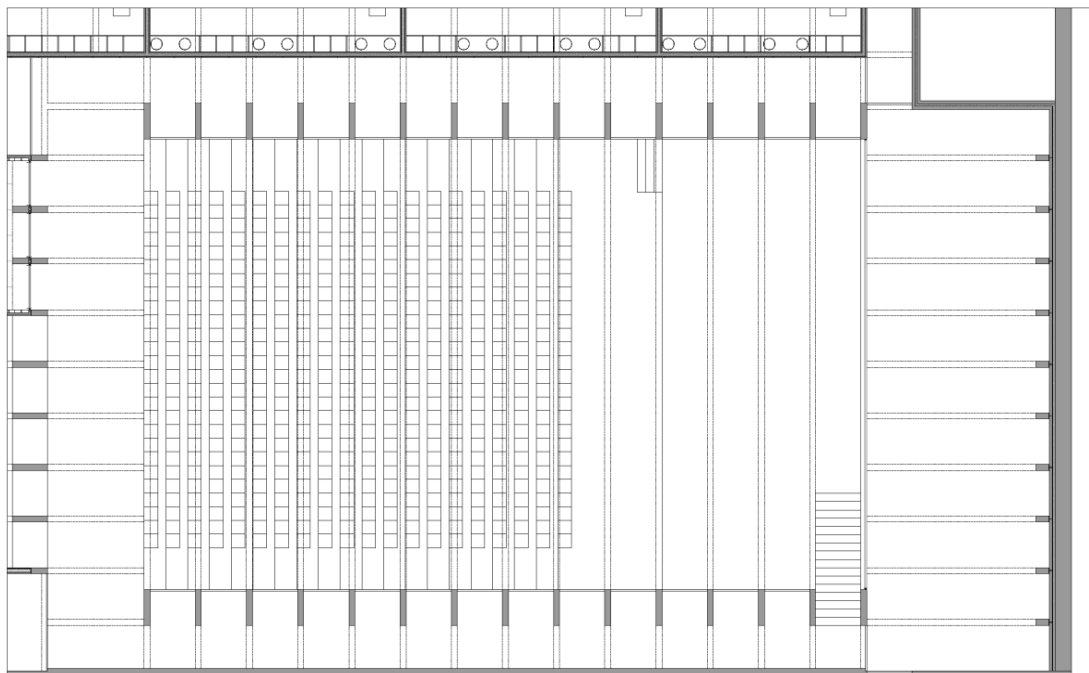


Figura 118 – Planta parcial construtiva do auditório desenvolvida a escala 1:10

As bancadas encontram na sua definição material, caracterizada pela madeira, um contraste com os pavimentos de betonilha dos demais espaços. A opção por este material, mais tátil, confere conforto e o modo como o tijolo maciço é disposto no espaço torna-o mais próximo da escala humana, condição que procura contrabalançar a escala industrial que também lhe vincula identidade. Dentro de uma perspectiva de valorização do sistema compositivo estrutural por meio da distinção material dos elementos que não o integram, as paredes laterais de compartimentação do espaço encontram na cor cerâmica dos blocos uma oposição ao betão e contraste com o sistema compositivo (Fig. 117).

O auditório representa uma possibilidade de apropriação da grande (infra)estrutura pelo seu carácter de leveza estrutural que opera enquanto uma microarquitetura dentro de um espaço mais amplo. A infraestruturização e condicionamento do espaço confere-se a partir da unidade de tratamento ambiental destinada exclusivamente ao auditório. Este equipamento foi localizado num compartimento tardoz ao palco de modo a facilitar a conexão das condutas infraestruturais com o desvão das plateias (Fig. 117). Esta é construída de forma a responder acusticamente a carga funcional e infraestrutural que esta sujeita.

Neste contexto, e numa articulação com o sistema construtivo encontrou-se uma estratégia de posicionamento das condutas de insuflação e iluminação artificial. A forma de disciplinar a definição construtiva com a infraestruturização do espaço abriu caminho para uma ética construtiva em oposição a uma estética ao assumir-se a presença das infraestruturas enquanto elementos que, também, participam na expressão do espaço.

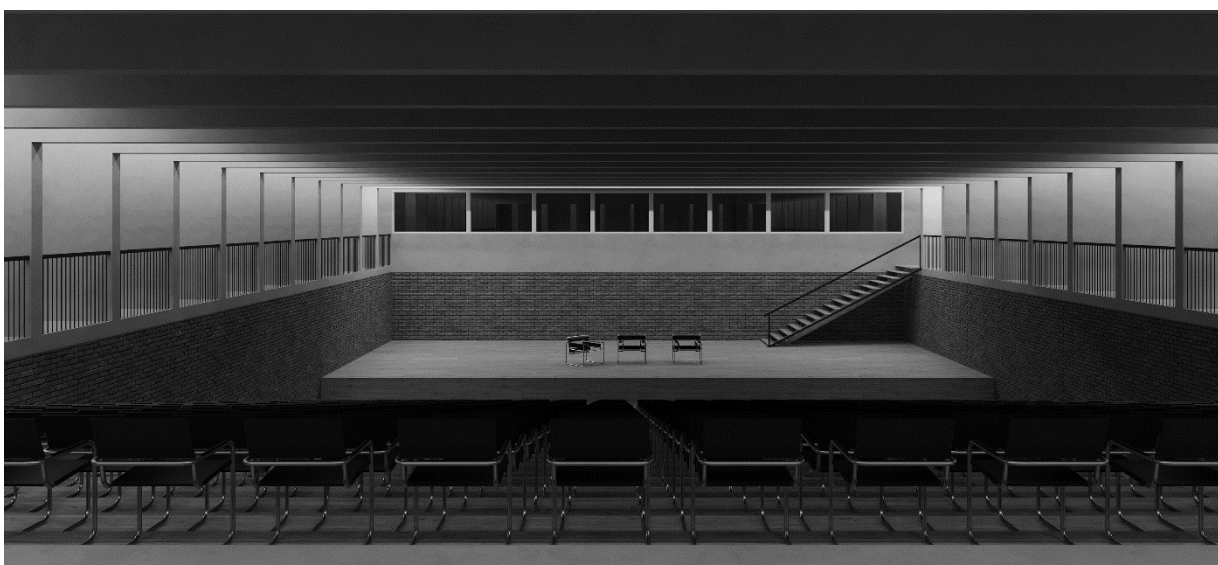


Figura 119 – Imagem do palco.

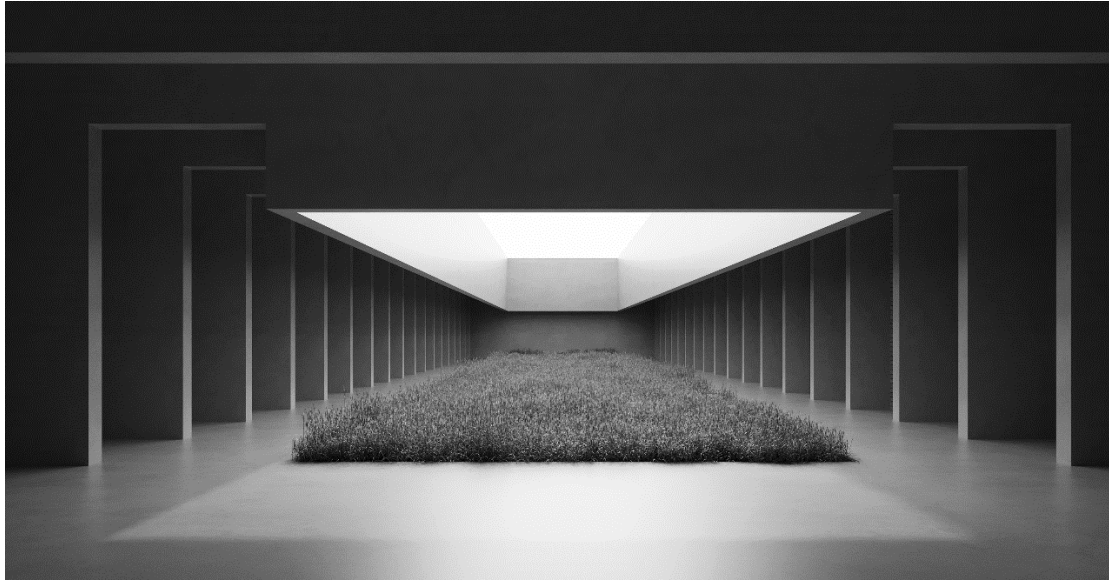


Figura 120 – Imagem do pátio das salas de aulas.



Figura 121 – Imagem das salas de aulas entre pórticos e a relação visual com a cota superior.



Figura 122 – Corte longitudinal do pátio proposto desenvolvido a escala 1:500

3.7.2_ As salas de aulas.

É da compreensão da sala de aula enquanto elemento principal que integra uma instituição de ensino, na qual os utilizadores do edifício habitarão por extensos períodos, que assumem uma configuração relevante no projeto, conformado dentro do mesmo princípio compositivo dos demais espaços da zona pedagógica. As salas de aulas organizam-se ao redor de um pátio longitudinal que tem na sua configuração formal um impulso de controle do espaço da cobertura ajardinada na cota superior. A sua dimensão, como toda a nova construção, provem da escala espacial da plataforma pré-existente. Neste sentido, o pátio procura a organização de ambos os níveis bem como o transpor dos valores espaciais pré-existentes para o espaço de ensino. Ao relacionar-se visualmente com o palácio de São Marcos e a vegetação caducifolia de grande porte que delimita a plataforma a norte, a luz condicionada pelas árvores será capaz de construir atmosferas distintas consoante as estações do ano e as horas do dia.

É desta percepção do espaço envolvente aliada a utilização diária deste vazio pela comunidade académica que é atribuído ao pátio uma nova temática para a sua construção: o tempo. Será através do desenho do jardim e da vegetação (Fig. 120) que este espaço assumirá atmosferas completamente distintas consoante as estações, e que serão perceptíveis a partir da utilização de sua estrutura que, desejavelmente, será fruto de uma metamorfose diária de sua policromia. As salas de aulas, dispostas entre pórticos, caracterizam-se pela nudez de sua estrutura preenchida em seus espaços intersticiais por caixilhos que promovem transparência e continuidade dos espaços interiores e exteriores (Fig. 121). A dimensão exterior coberta e descoberta, têm seu conflito mediado pela pala que delimita o perímetro do jardim e a galeria coberta. Na transição do pátio para o foyer, situa-se um plano envidraçado que fixa-se no inferior da viga e confere a possibilidade de abertura e encerramento do espaço exterior coberto no intuito de permitir a ventilação cruzada do interior do edifício (Fig. 122).

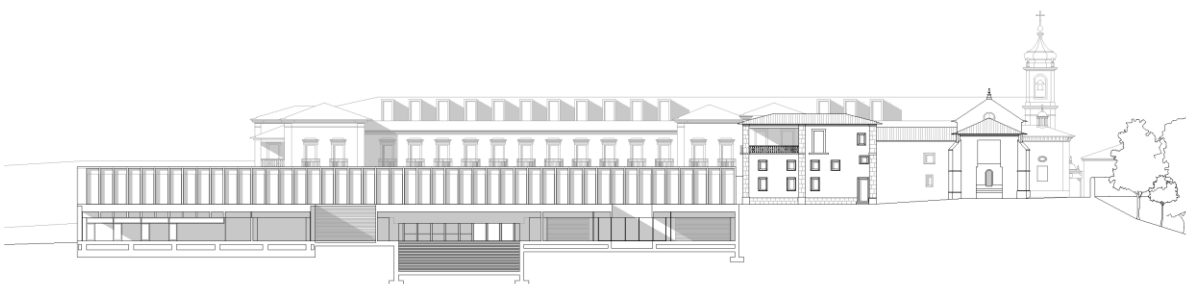
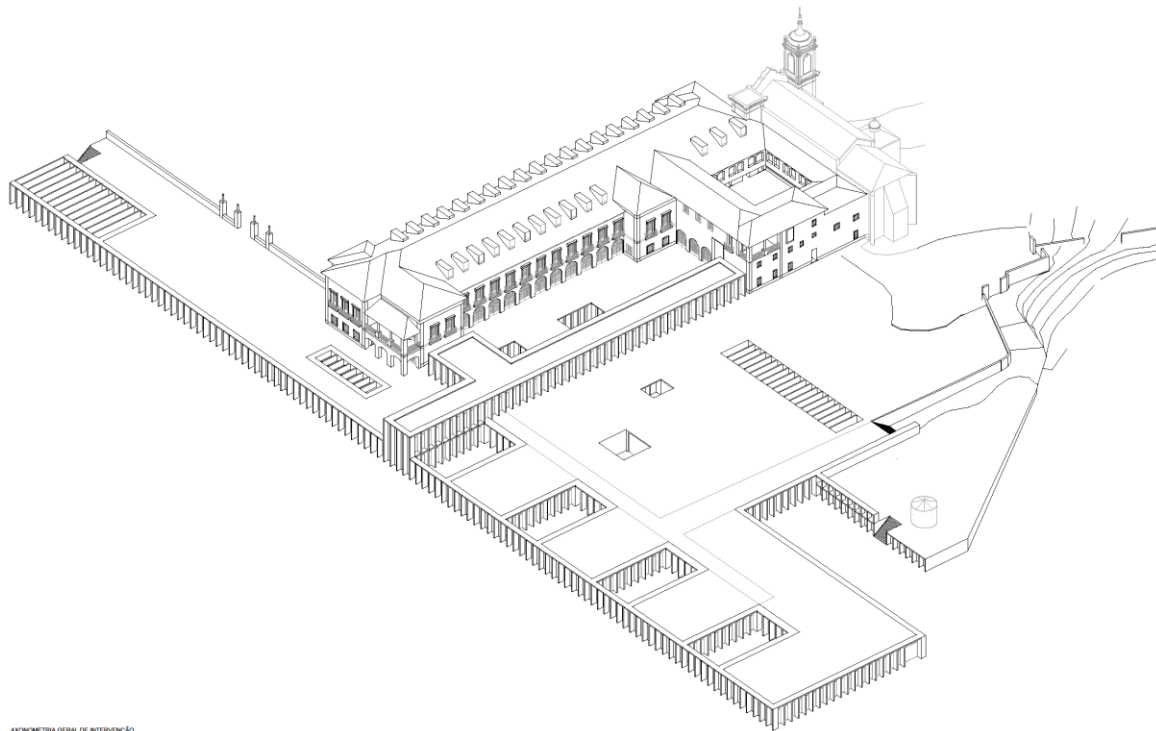


Figura 123 – Corte transversal ao auditório e pátio das salas de aulas desenvolvido a escala 1:500



AXONOMETRIA GERAL DE INTERVENÇÃO

Figura 124 – Estudo axonométrico de uma proposta intermédia desenvolvida a escala 1:500

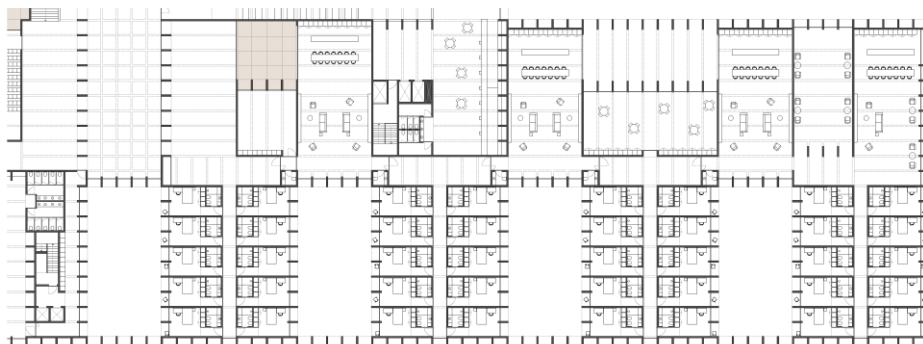


Figura 125 – Planta parcial de uma proposta intermédia desenvolvida a escala 1:500

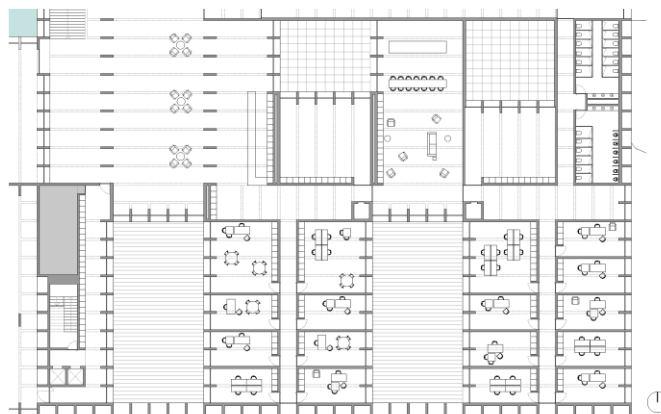


Figura 126 – Planta parcial do centro de investigação proposto desenvolvida a escala 1:500

3.7.3_ O centro de investigação.

Enumerados os espaços institucionais da componente pedagógica, o presente ponto aborda os espaços de recolhimento para a pesquisa e o estudo, provenientes de um escalonamento hierárquico de privacidades que os afastam da escala dos demais espaços da intervenção. Esta componente do edifício relaciona-se com a fachada sul da nova construção e sua espacialidade, consequência da repetição do sistema compositivo em que seus módulos podem ser replicados e desmontados, numa sequência utópica de prolongamento infinito.

Neste processo os pressupostos da racionalidade construtiva e da pré-fabricação foram testados quando a necessidade de um ajuste mais rigoroso, com o terreno e a pré-existência, exigiram, a redução formal e programática do edifício, que outrora possuía dentro desta mesma unidade espacial uma vasta componente residencial, transportada, por fim, para o palácio de São Marcos (Fig. 124). Os módulos vivem da repetição estrutural e de sua relação com a fachada, atribuindo-lhe ritmo e um maior grau de profundidade por meio dos pátios que num segundo plano configuram microclimas introspectivos velados de uma perspectiva *voyeurista* da paisagem na relação com a estrutura (Fig. 127).

Os gabinetes destinados aos investigadores, vivem da tensão visual entre unidades mediada pelos pátios. Dada a necessidade de infraestruturação do espaço interior e a condição de implantação das unidades de tratamento ambiental numa articulação com o exterior, os pátios assumem sua materialidade. Esta, proveniente de uma condicionante técnica, constrói o espaço a partir do tema da infraestruturação, permitindo, através de um gradil em toda a sua extensão, a ocultação das máquinas bem como a definição de um pavimento permeável onde a vegetação possa surgir por entre a malha metálica, conglomerando o natural e o artificial (Fig. 129).



Figura 127 – Corte longitudinal ao rodapé que constrói o limite sul desenvolvido a escala 1:500



Figura 128 – Imagem da relação da nova construção com o exterior

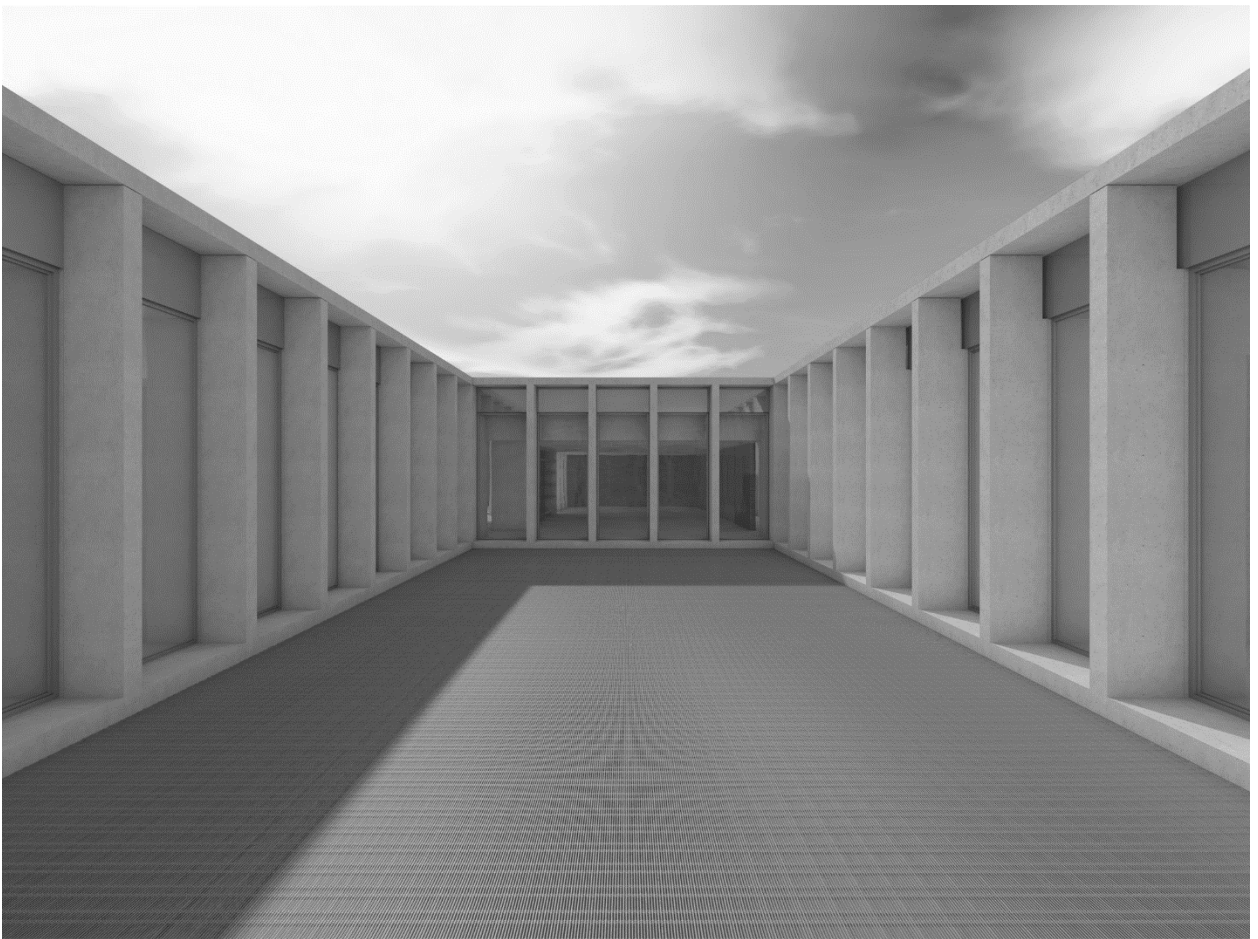


Figura 129 – Imagem da definição material dos pátios exteriores.

A relação com o exterior nos espaços comuns dá-se através de enfiamentos visuais controlados por meio dos pátios que se relacionam com salas de estudo e com um espaço polivalente, entre os dois módulos, axial ao recinto exterior (Fig. 128). Os módulos por sua vez são constituídos por gabinetes individuais e coletivos que se compartimentam a partir de uma lógica construtiva contrastante com a (infra)estrutura. Os espaços interiores e os principais elementos da construção de modo a contemplar a condicionante relativa a dimensão da estrutura, os 22cm de todas as peças pré-fabricadas de betão serviram de bitola para os principais elementos construtivos como paredes divisórias e vigas. Os corredores de acesso aos gabinetes são ritmados pela modulação dos pórticos e pela luz proveniente das bandeiras que encimam as paredes de madeira possuindo como remate um vão vertical, que estabelece uma relação controlada com a paisagem.

3.7.4_ O Spa.

A proposta do Spa consolida-se enquanto programa social de apoio a comunidade estudantil e autónomo, operando com algum grau de independência dos demais programas do novo centro universitário e possuindo dois acessos distintos: um através da residência situada no edifício principal e um segundo independente, pelo jardim situado na plataforma poente. Orienta-se longitudinalmente no sentido nascente e poente, contribuindo para a definição do limite sul da plataforma onde assenta o palácio de São Marcos (Fig. 130). O programa organiza-se a partir de uma sucessão de espaços tangenciados por uma galeria de distribuição secundária que conecta o topo do spa aos balneários. Possui no seu remate, a poente, acesso autónomo associado a um jardim exterior que se relaciona com os pórticos do alçado. Estes, operam como uma pérgula sobre o vazio que constitui uma tentativa de desmaterialização do topo e remate da megaestrutura (Fig. 131)

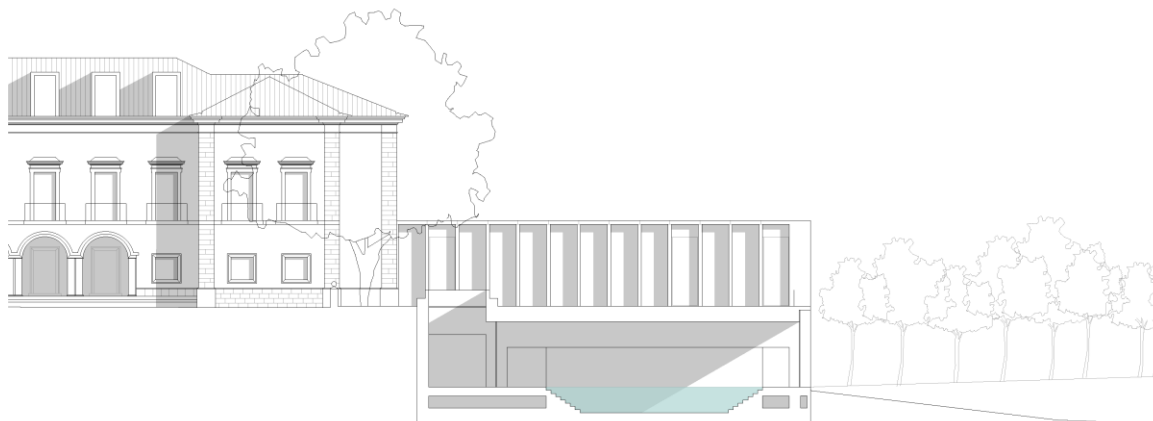


Figura 130 – Corte parcial transversal ao Spa desenvolvido a escala 1:500

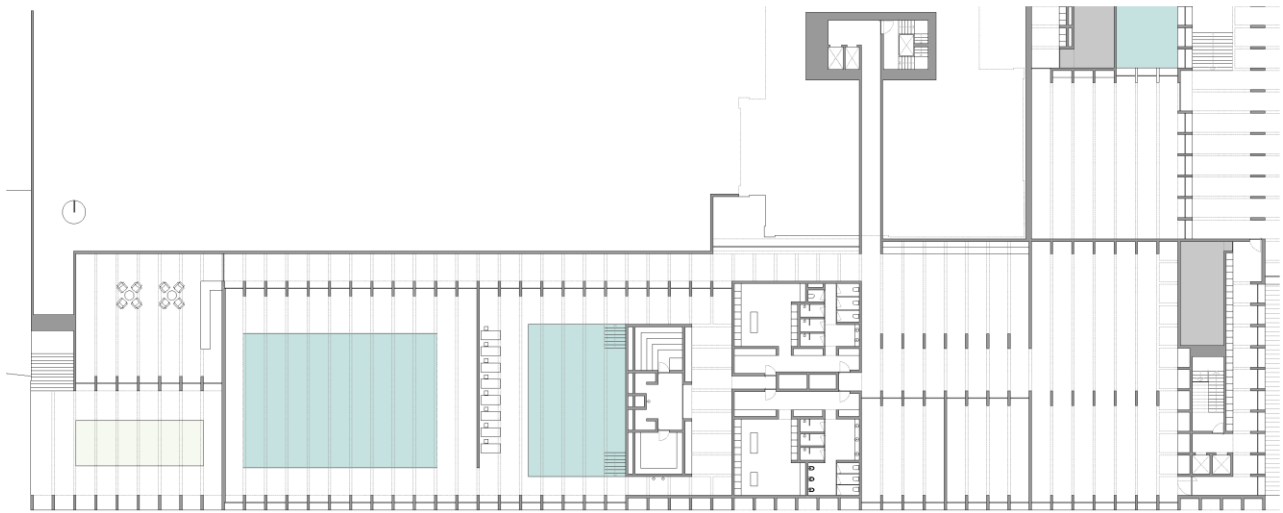


Figura 131 – Planta do Spa desenvolvida a escala 1:500



Figura 132 – Imagem de estudo do tanque destinado ao desporto.

O programa tem sua conexão a componente residencial por meio de um túnel que o liga aos novos acessos verticais inscritos no setor sul do palácio (Fig. 131). A recepção a partir deste elemento é caracterizada por um contraste luminoso do momento de chegada. Este espaço, neutro, é associado as salas de relaxamento e ginásio, a nascente, e aos balneários e piscinas a poente. No spa a poética da penumbra confere um sentido de velamento e laivos de sensualidade para o ambiente que se premeditou, garantido através dos caixilhos de vidro fosco que filtram a luz natural. Estes têm como tema a sedução do não ver anulando a relação visual direta que vidros translúcidos permitiriam ao espaço, despojado e flexível; pintado por luz e sombra.

A sala destinada ao ginásio encerra-se pelo volume que faz a comunicação vertical com o palácio e é definida por meio do alinhamento estrutural intermédio, caracterizando dois espaços distintos que permitem atividades diversas consoantes a incidência de luz na fachada. Os balneários permitem o acesso ao momento central do spa, o banho termal, composto por um tanque de proporções retangulares definido por um volume técnico que abriga o banho turco e a sauna. No espaço seguinte situa-se um segundo tanque destinado ao lazer e desporto aquático (Fig. 132).

A galeria que ladeia aos espaços principais é marcada por meio de lanternins que, entre vigas, derramam luz sobre os tijolos das paredes laterais que revestem os muros de suporte de terras.

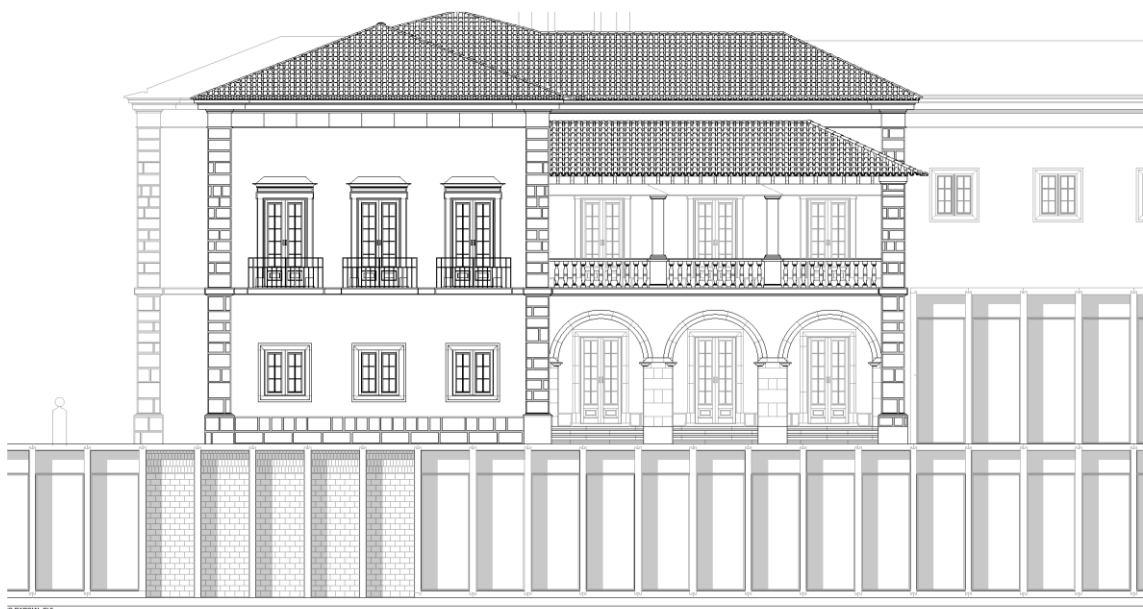


Figura 133 – Alçado parcial do Spa e sua relação com a fachada sul. Desenho desenvolvido a escala 1:10

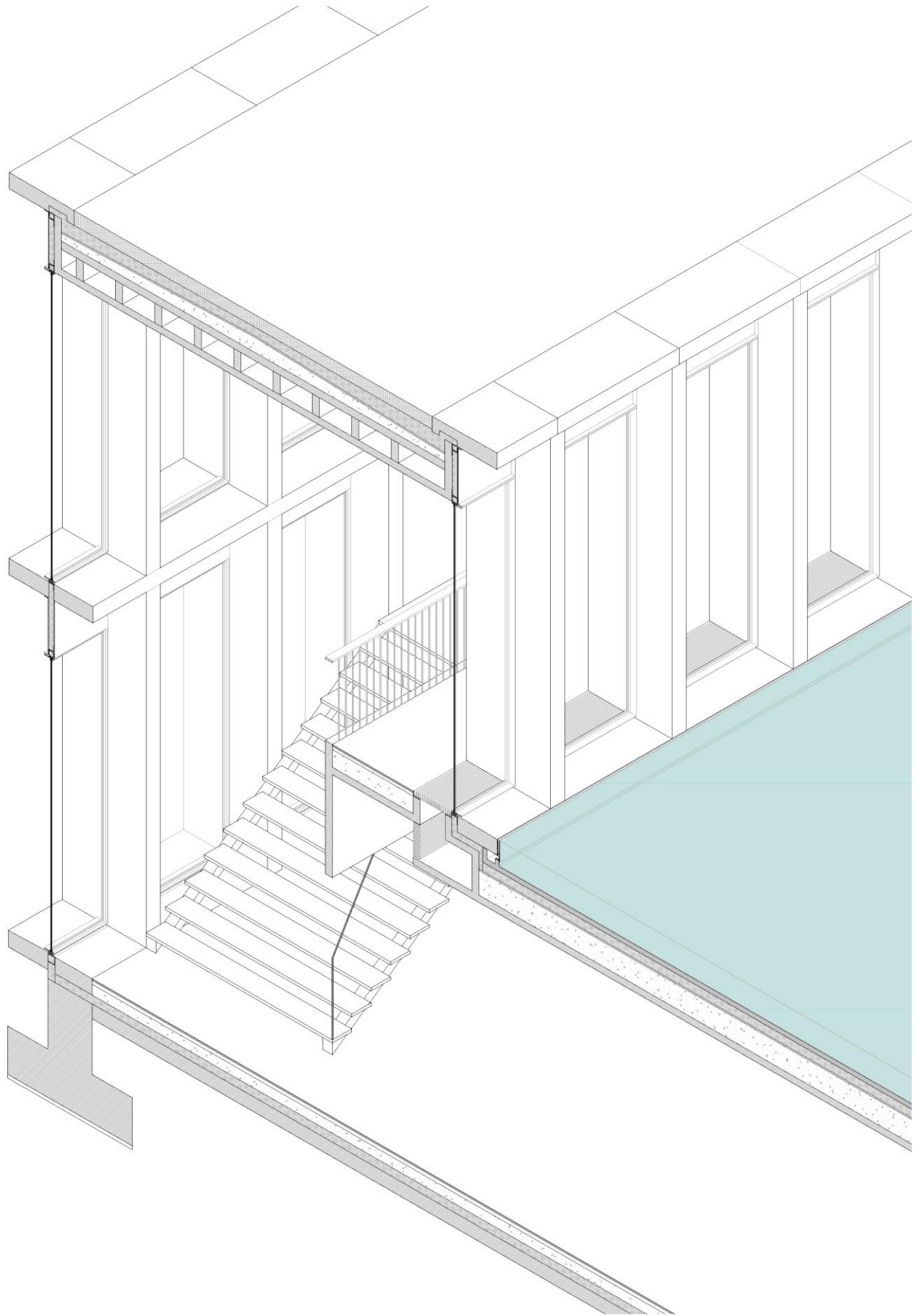


Figura 134 – Axonometria construtiva desenvolvida a escala 1:10

3.7.5_ A dimensão construtiva do novo.

O vínculo da dimensão construtiva é o tema central do exercício de projeto. Conceptualmente a ideia de pré-fabricação total da nova construção assume o carácter de utopia a ser alcançada. O conceito parte de um ideal de flexibilidade inerente a um racionalismo estrutural que em analogia construtiva ao palácio de São Marcos define um pressuposto de sustentabilidade; justiça social e eficiência construtiva. Foi da convicção que o edifício deve ser fabricado que a investigação em torno da correta definição dos elementos de betão pré-fabricado influenciaram todas as escalas do desenho.

Na intervenção as peças possuem características polivalentes de multifuncionalidade, contribuindo para a eficiência bioclimática, acústica, estrutural, construtiva e compositiva, bem como para a preservação de recursos energéticos associados com a fabricação do edifício

As dimensões das peças são provenientes de relações com a pré-existência, procurando o diálogo. O estudo de definição dos elementos estruturais parte da analogia da dimensão das cantarias pré-existentes do palácio, de 22cm. Com o intuito de caracterizar os alçados da nova construção que numa perspetiva plástica, de atribuir sombra enquanto matéria do projeto, e de salvaguardar os planos envidraçados entre estrutura que se definiu a profundidade dos pilares.

Estes operam com 130cm de profundidade num sentido de homogeneização dos pilares e vigas para a construção de um espaço definido pela repetição de pórticos estruturais. Contudo este elemento, para além das valências bioclimáticas e estruturais deveria responder termicamente as exigências impostas. Para tal a profundidade de 130cm foi justificada por meio de uma solução de corte térmico, isto é, de repartição da peça unitária a fim de conferir a rotura térmica para a estrutura interior, que passou a ser configurada por pilares de 22x60cm nos quais apoiam-se as vigas.

No alinhamento das caixilharias, situa-se o isolamento térmico aplicado entre tubulares metálicos que estruturam os caixilhos. Por fim, atribui-se as peças de betão pré-fabricadas, de 62x22cm, do exterior do edifício um sentido de funcionalidade ao servirem enquanto instrumento de ocultação dos tubos de queda das coberturas bem como elementos de sustentação do capeamento de remate do conjunto, também em betão pré-fabricado.

As vigas foram definidas a partir de uma medida padrão de 80x22cm a fim de responder as exigências de estabilidade e de estabelecer proporções dimensionais semelhantes aos pilares. No auditório e nas piscinas, aonde os vãos são mais extensos, as vigas foram dimensionadas com 160x22cm.

Por sua vez as lajes suportam o sistema de cobertura ajardinada e foram definidas a partir do mesmo sistema de pré-fabricação do palácio possuindo as dimensões de um vão estrutural entre pórticos, transpondo a tectónica da pré-existência a nova dimensão do edifício sem ocultações de sua verdade construtiva.

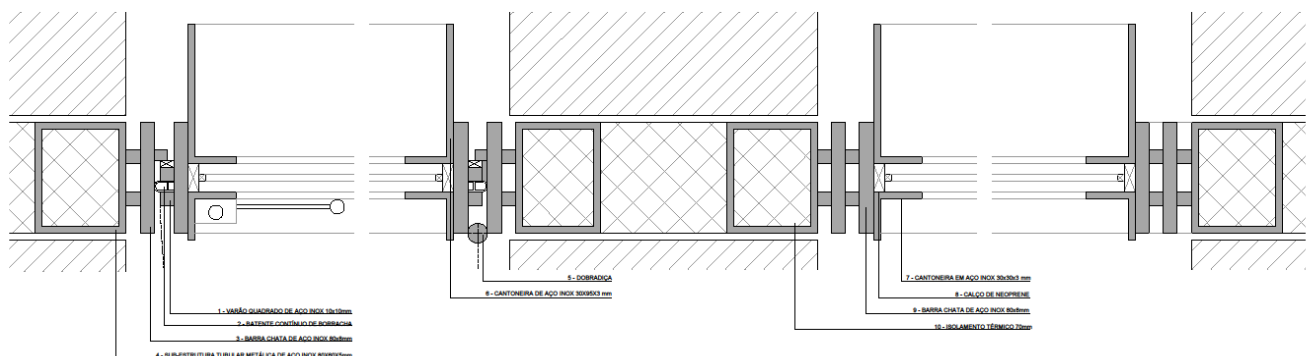


Figura 136 – Pormenor das caixilharias propostas desenvolvido a escala 1:2.

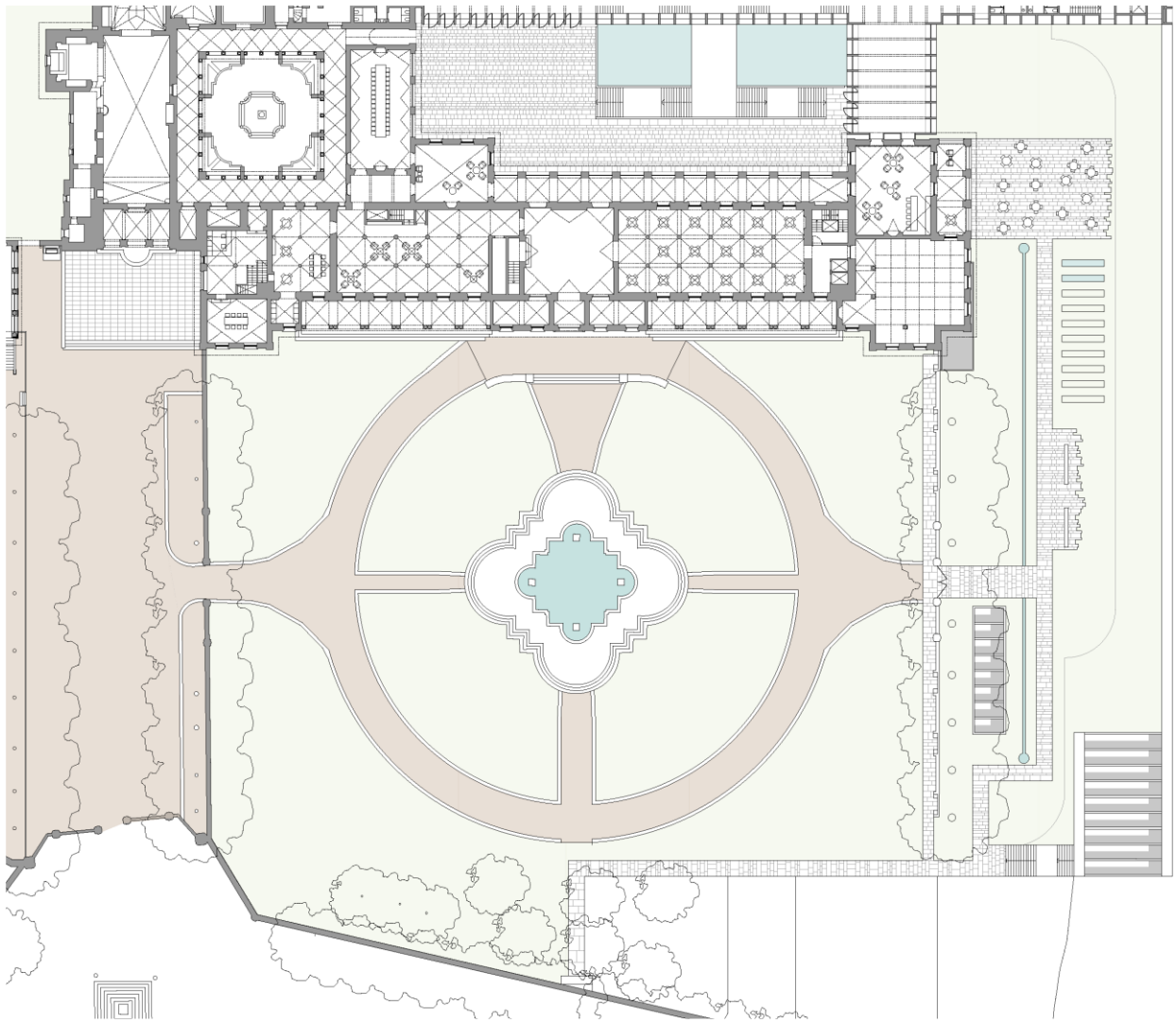


Figura 137 – Planta da plataforma poente desenvolvida a escala 1:500

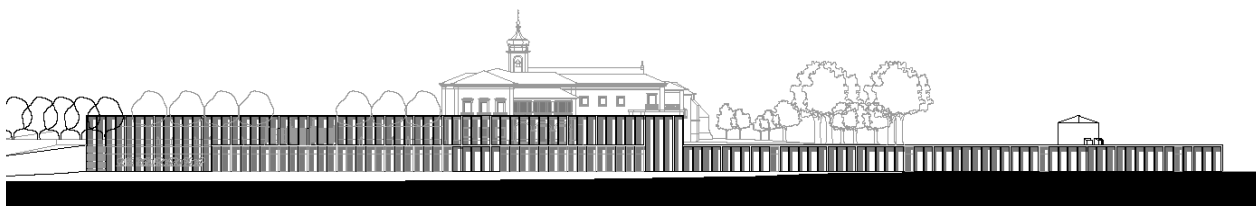


Figura 138 – Estudo de uma proposta intermédia do limite sul



Figura 139 – O limite sul proposto.

3.7.6_ A apropriação da envolvente próxima do palácio.

Um dos desafios da presente dissertação consiste num trabalho de conceptualização de como se habita o extenso espaço aberto envolvente do palácio. Neste sentido, dispositivos arquitetónicos como guardas, estereotomia de pavimentos e a água assumem um papel fundamental no ordenamento das plataformas propostas definido por três momentos distintos por suas características bem como pelas estratégias adotadas: A plataforma frontal a entrada principal, o novo jardim da duquesa e a plataforma tardoz.

A intervenção na plataforma poente conserva os valores do desenho e da organização espacial existente enquanto, por sua vez, o novo jardim da duquesa retifica a geometria do limite sul, clarificando a forma do jardim principal que encontra na nova plataforma uma afirmação de seu limite (Fig. 137). Com o objetivo de definir um remate geométrico a poente a nova construção proposta desmaterializa-se definindo a continuação morfológica do terreno, procurando sua conclusão por meio da valorização da fonte situada junto a cerca no eixo poente e nascente do sistema espacial do jardim. procura-se a marcação de sua simetria através do replicar da massa vegetal da alameda no limite sul enquanto espaço referencial de transição entre plataformas, encerrando o jardim poente através da nova massa vegetal proposta.

O jardim da duquesa, coloca a questão de como apropriar-se de um extenso espaço sem a atribuição de novos programas ou construções de maior porte. Para tal, o primeiro passo deste processo deu-se no intuito de definição de uma extensa varanda sobre a paisagem cujo limite era resultante da duplicação vertical da ordem compositiva da fachada a sul (Fig. 138). A estrutura buscava a construção de um cenário para a paisagem, que, no entanto, teve sua solução questionada uma vez que ao introduzir uma dimensão cenográfica ao projeto era ineficiente na construção de um espaço estável passivo de apropriações.

A solução evoluiu para uma proposta em que se assumiu o topo do novo volume de conexão enquanto único elemento da nova construção que emerge da cota de assentamento da fachada sul. Desta forma, o espaço habitável desta plataforma foi definido num plano recuado e numa relação mais próxima ao edifício principal e das demais pré-existências (Fig. 139).



Figura 140 – O centro universitário em perspectiva a partir da plataforma nascente.

A plataforma tardez define-se pelos limites tangíveis da nova construção e pela vegetação de grande porte que se evidencia a norte. A intervenção busca uma incorporação do natural através de um desenho geométrico e racional. Procura-se romper com a ambiguidade da condição existente do sítio que nunca se evidenciou enquanto elemento natural, tratando-se antes de uma artificialização modelada em contraste com o terreno natural. Com isto, é através do transpor dos preceitos geométricos que estruturam a organização construtiva da intervenção para este nível, que a proposta configura percursos estruturantes, relacionados com os pátios do piso inferior.

O percurso que conecta o limite da plataforma, a nascente, com a nova volumetria proposta, apropria-se da vegetação pré-existente enquanto momento de carácter estático, definido pelas frondosas copas das árvores e por um pousar de lajetas de pedra. Este, enquanto recinto natural promove um enquadramento com o palácio na sua integridade, a natureza e a paisagem a nascente.

No espaço definido pelos pátios é proposto um laranjal que caracteriza a centralidade da plataforma em apelo a memória da condição pré-existente que se evidenciava tangente ao limite sul. Na presente intervenção a vegetação proposta opõe-se às árvores existentes a norte, pela altura de suas copas, definindo um espaço de estar em meio ao percurso funcional do jardim. Mais próxima da escala humana a vegetação define um recinto bem como uma experiência sensorial distinta, pelo aroma de seus frutos e conforto de sua sombra. O momento de permanência que se propõe tem como objetivo a definição de um afastamento visual do edificado que num segundo plano tem a presença de sua imagem diluída pelas copas das laranjeiras enquanto filtro.

O volume de conexão do palácio com a componente pedagógica define um novo limite a poente que associado a um espelho d'água na sua extensão marca os distintos momentos de entrada ao espaço intersticial entre o jardim e o novo pátio proposto. Ao longo das águas, que aparentam embasar o edifício, seu rigor compositivo e gravidade desmaterializam-se no contacto que acarreta com o solo, assente com leveza sobre o sua própria imagem refletida (Fig. 140).

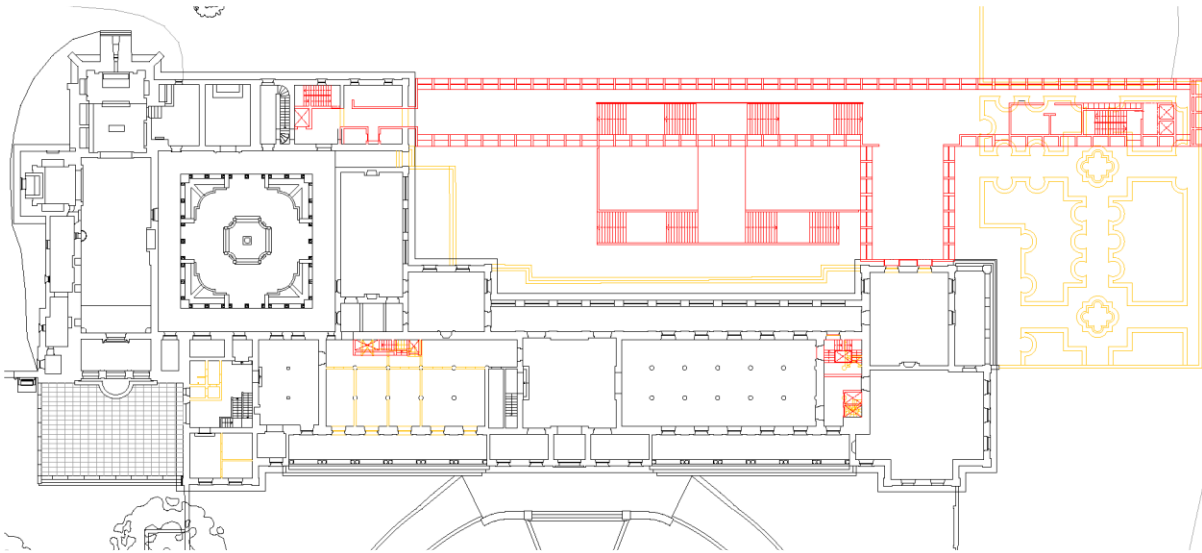


Figura 141 – Planta de vermelhos e amarelos da intervenção no piso térreo do palácio desenvolvida a escala 1:500

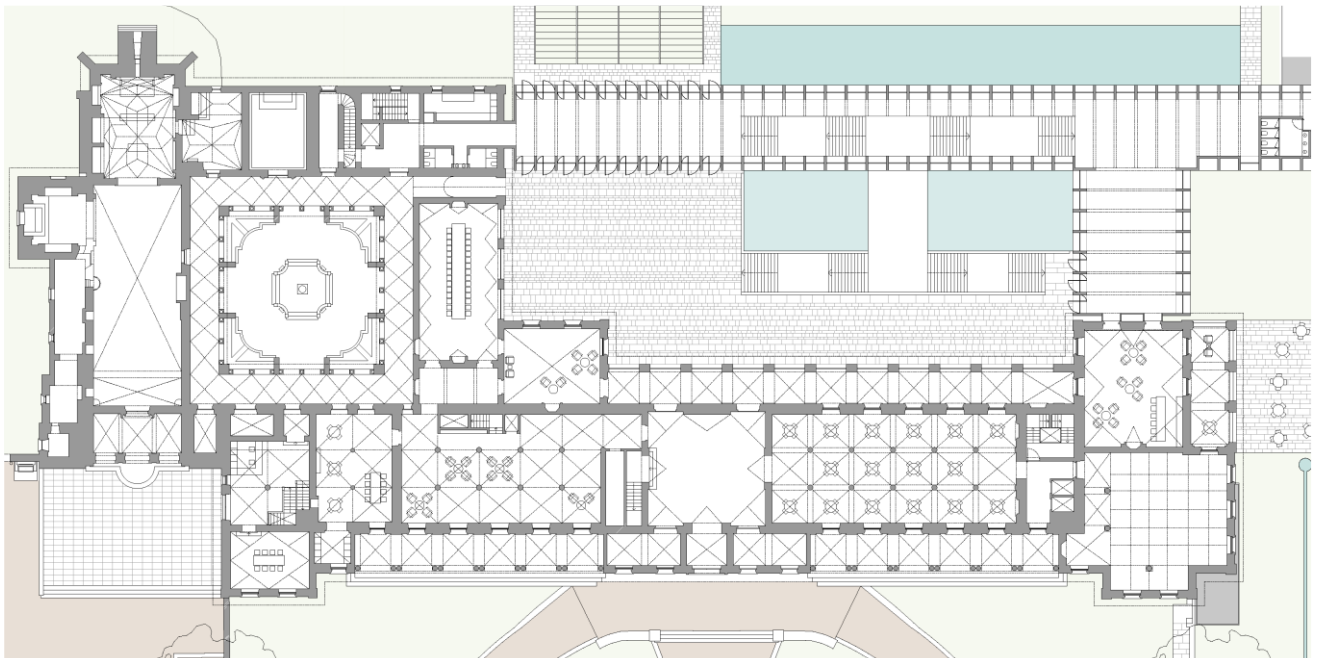


Figura 142 – Planta da proposta no piso térreo do palácio desenvolvida a escala 1:500

3.7.7_ A apropriação do espaço público do palácio de São Marcos.

O exercício de reabilitação do palácio de São Marcos procura a valorização dos espaços pré-existentes pelo potencial das suas características espaciais, formais, compositivas, materiais e construtivas. Numa perspetiva de reafirmação do edifício enquanto agente principal na dicotomia com a nova construção, a intervenção no edifício principal do novo complexo universitário procura a acentuação de sua estrutura espacial, promovendo reinterpretações dos espaços pré-existentes e, da memória que acarretam, bem como uma estratégia de reestruturação dos acessos verticais do edifício (Fig. 141).

A partir de um juízo crítico, suportado pelo conhecimento histórico do edificado, bem como pelos exercícios de caracterização de que foi alvo, em etapa preliminar, procurou-se a eleição do registo temporal monástico a ser preservado, repondo sua imagem. Neste sentido, a intervenção no piso térreo tem como tema principal a reconstituição especial da ala norte, embasada pelos fragmentos do período mais antigo do edifício. Desta forma, será desconstruído seu carácter funcional, de espaço servidor da ala sul, através da demolição das paredes de compartimentação, clarificando o princípio compositivo da estrutura espacial e atribuindo institucionalidade a sequência de espaços (Fig. 142). Da intervenção resultará a possibilidade de uma leitura alternativa que faz da memória longínqua do edifício matéria de projeto para a contemporaneidade, gerando um encadeamento de espaços amplos e polivalentes.

Se a reconstituição de uma imagem simbólica para este novo espaço público é um tema central de sublimação do existente, por outro lado restabelecer sua funcionalidade dentro do novo paradigma programático representa uma parte substancial da construção deste novo espaço público. A não existência de comunicações verticais capazes de conectar todos os pisos do complexo foi tema para intervenções pontuais ao longo de todas as alas do edifício, introduzindo elementos arquitetónicos capazes de suportar as novas dinâmicas propostas.

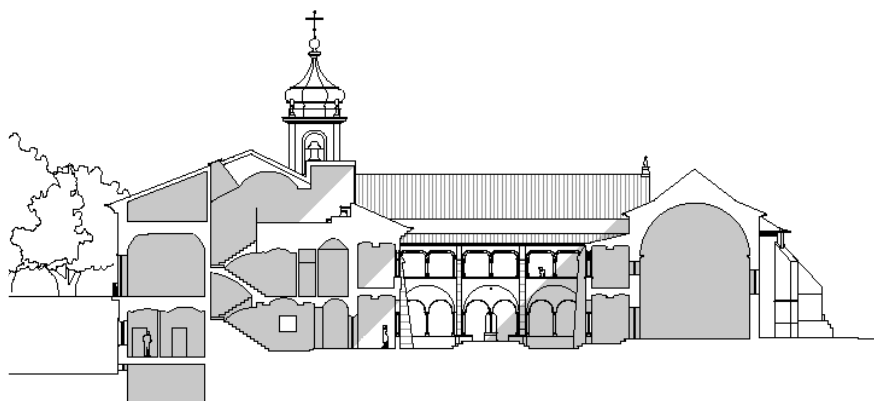


Figura 143 – Corte da comunicação vertical norte desenvolvido a escala 1:200

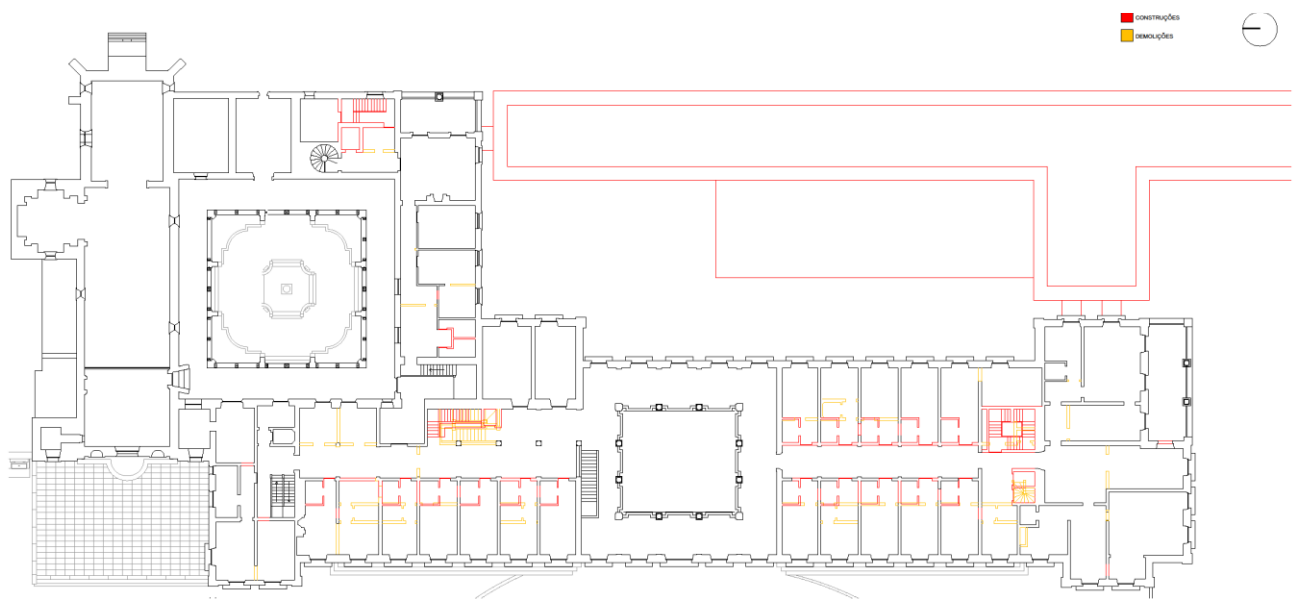


Figura 144 - Planta de vermelhos e amarelos da intervenção no primeiro piso do palácio desenvolvida a escala 1:500

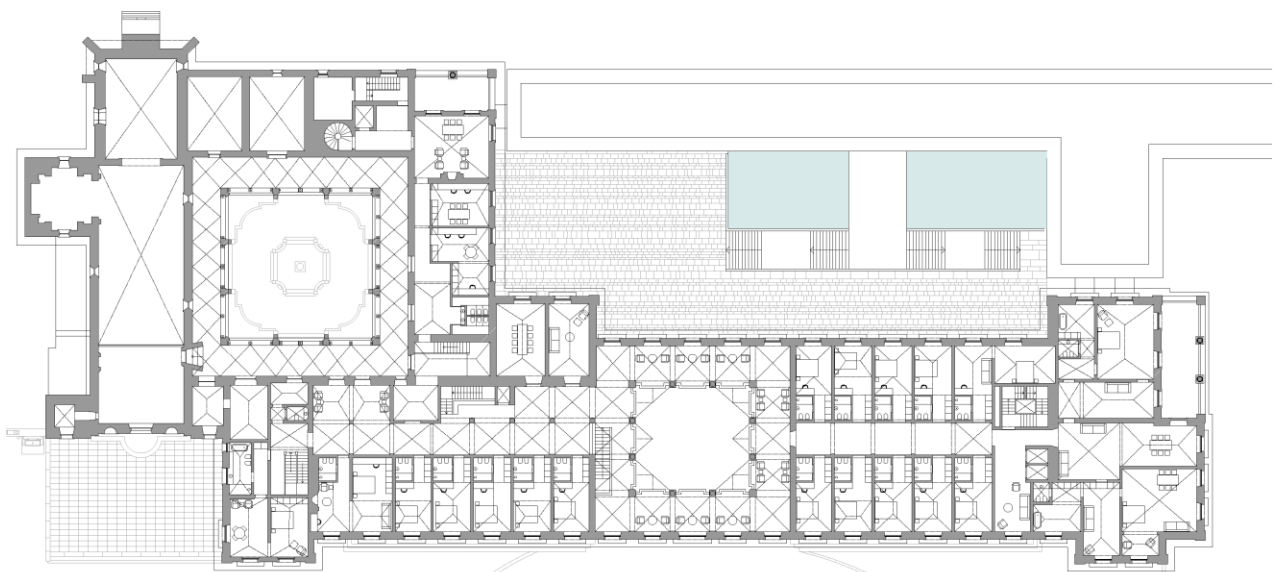


Figura 145 – Planta da proposta no primeiro piso do palácio desenvolvida a escala 1:500

As novas escadarias e elevadores, bem como a carga infraestrutural que acarretam, foram propostas num sentido de ajuste as estruturas físicas e espaciais do edifício. Na ala sul propõe-se uma comunicação que conecta todos os níveis do palácio com a componente do spa, enquanto, a nascente, situa-se um eixo vertical de serviço adequado ao carácter secundário do espaço.

A integridade dos espaços da ala sul, bem como os demais ambientes que constituem o novo pátio, dispensam intervenções intrusivas, sendo alvo apenas de restauro e condicionamento ambiental. Estes, abrigam programas condizentes com a sua estrutura espacial. Na sala de chá, enquanto momento de permanência e conglomeração entre a nova construção e o palácio, é proposto um bar que disfruta de sua relação com o exterior propiciada pela *loggia* e o novo jardim da duquesa. Também na ala sul os espaços da biblioteca e do salão nobre terão seus espaços inalterados, dadas as suas respectivas qualidades espaciais. A norte, a sala de jantar será utilizada para refeições – bem como o novo pátio enquanto extensão de seu domínio – sendo suplementada por uma copa anexa a comunicação vertical de serviço.

3.7.8__ A componente residencial.

Será utilizada a estrutura espacial dos pisos superiores para a componente residencial destinada aos estudantes universitários e investigadores. Para tal, as unidades de alojamento serão equiparadas a patamares de desempenho, pré-estabelecidos, equiparados a uma unidade hoteleira de quatro estrelas. Se o nível térreo é definido por uma sucessão espacial de ambientes amplos e flexíveis, atribuído a uma composição que possibilita uma intervenção ligeira, de reparação e restauro do existente, o primeiro piso, em oposição, apresenta uma modulação estrutural que compartimenta o espaço com alvenarias portantes.

A quantidade de quartos propostos ajusta-se a matriz compositiva do edifício, porém a insuficiência de instalações sanitárias autónomas, em relação a modulação espacial, exige alterações dos espaços existentes (Fig. 144). Desta forma propõe-se unidades de habitação, com instalações independentes, dentro de um equilíbrio mais tangível entre espaços servidos e servidores. Este é propiciado por um processo de descompartimentação dos quartos de banho existentes e de um corredor secundário, paralelo ao principal, que permite uma relação direta entre os quartos e o espaço central de distribuição do espaço (Fig. 145).



Figura 146 – Planta parcial da proposta na primeiro piso da componente residencial desenvolvida a escala 1:10.

O princípio de intervenção adotado para a construção das unidades habitacionais, tema central dentro do exercício de projeto da componente pedagógica, tem como objetivo a continuidade material e da estrutura espacial existente em consonância com a regra compositiva do edifício. Procura-se a autonomia da expressão arquitetónica demarcada pelo desenho do mobiliário com carácter de microarquitecturas que enfatizam o valor do pré-existente por meio do destaque, afirmando o contraste entre o novo e o antigo (Fig. 147).

O processo de alteração e ampliação da estrutura espacial dos quartos teve enquanto condicionante o desenho dos tetos abobadados que acabaram por proporcionar alterações radicais do ponto de vista da espacialidade destes ambientes. Enquanto princípio, cada unidade tem seu espaço de permanência determinado por uma abóbada. O pré-momento que as antecede define-se pela compressão do pé direito, resultante da ocultação dos tetos das antigas instalações sanitárias, por meio da expressão do gesso cartonado rebaixado.

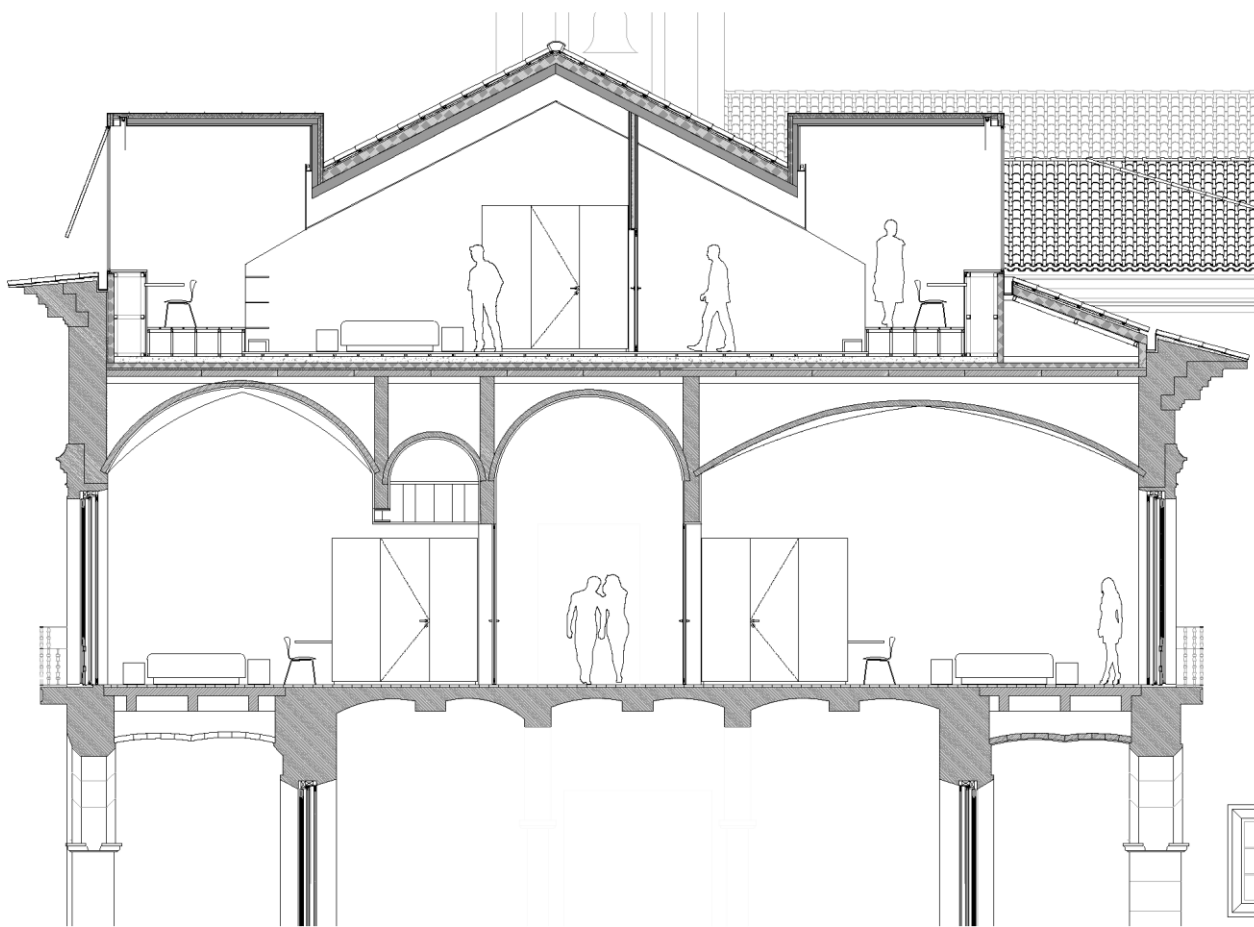


Figura 147 – Corte parcial construtivo da proposta na componente residencial desenvolvido a escala 1:10.

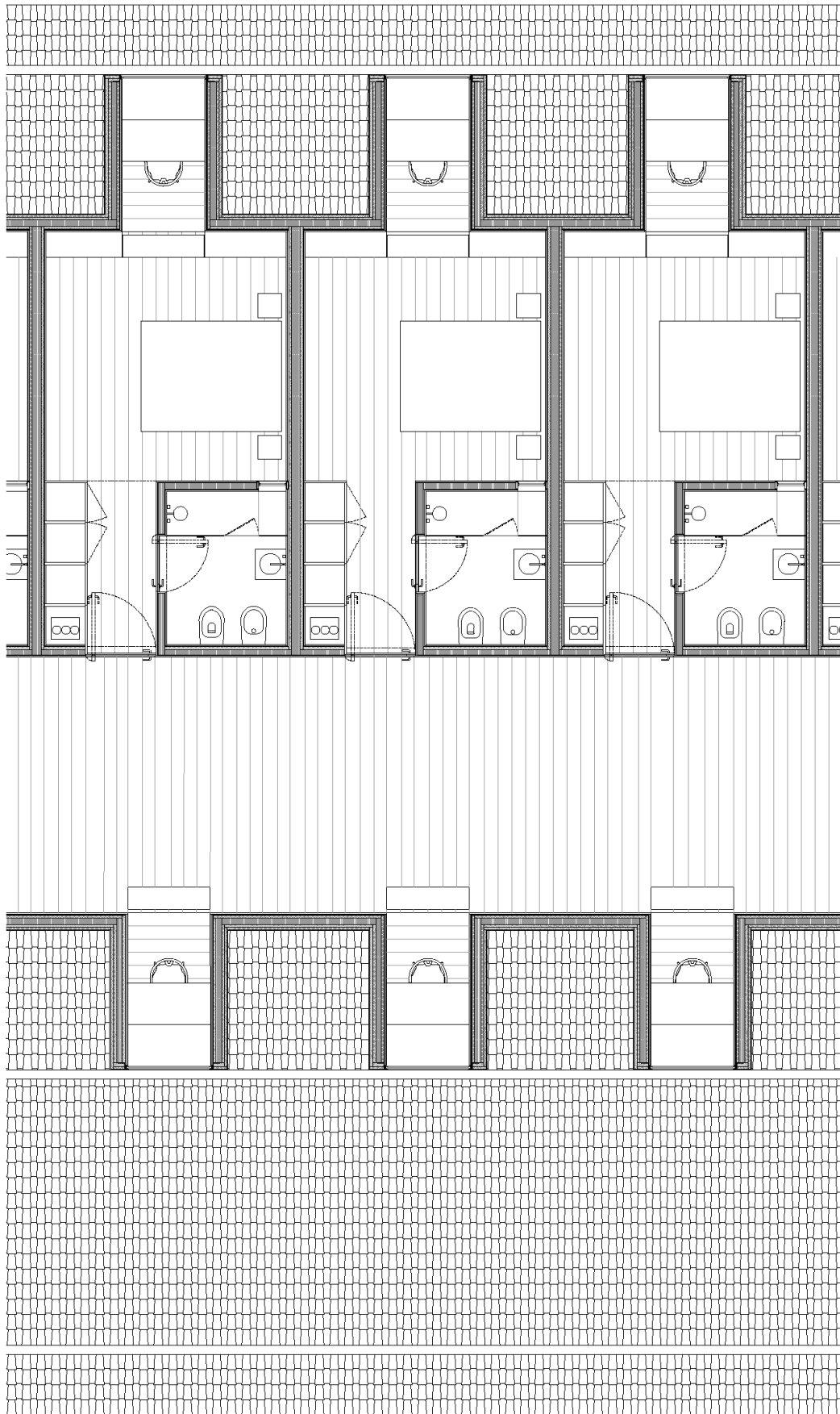


Figura 148 – Planta parcial da proposta no piso do desvão da cobertura na componente residencial desenvolvida a escala 1:10

Com a demarcação do pré-momento define-se a posição dos quartos de banho propostos. Estes, que, em desalinhamento com a delimitação da abóbada oculta, afirmam-se enquanto elementos arquitetónicos autónomos. Assumidamente contemporâneos buscam a afirmação de sua autonomia por meio da abstração formal de seu desenho, análogo a uma “caixa”. Esta, utiliza de um vão envidraçado que a distingue do plano branco da parede buscando um sentido de continuidade bem como um contraste entre o mobiliário proposto e o existente através do seu destaque (Fig. 146).

O piso do desvão da cobertura pré-existente é o ponto mais intrusivo do exercício de reabilitação. Com isto, propõe-se a demolição completa da degradada estrutura pré-existente a fim de reconstruí-la na sua integridade em continuidade com o edifício. Mantêm-se inalterados seus aspetos formais do ponto de vista da volumetria e identitários relacionados com a imagem do telhado que reveste a cobertura. A fim de preservar a estrutura espacial existente propõe-se a substituição das paredes portantes de alvenaria por placas de CLT, revestidas a branco, com o objetivo de garantir a continuidade da construção deste setor com coerência e uniformidade.

Como estratégia geral de intervenção estabelece-se uma tríade espacial entre estar, estudo e função. O estar é caracterizado pelos quartos que organizam-se sequencialmente junto a fachada nascente e ao redor do espaço central, encerrado, que é definido pela abóbada que remata o átrio no eixo vertical (Fig. 149). A dimensão do estudo define-se pelo amplo espaço tangente aos quartos em oposição a uma circulação convencional. Nesta dimensão, procurou-se a valorização do espaço público de livre apropriação em detrimento de uma solução de corredor central com quartos em ambas as fachadas (Fig 148).

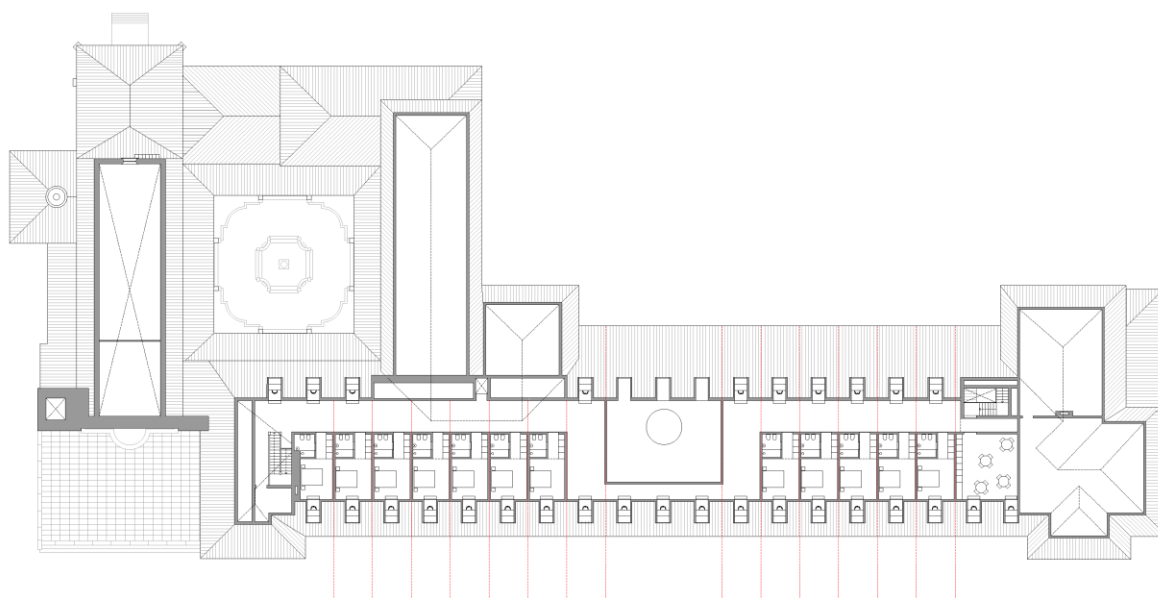


Figura 149 – Planta da proposta no piso do desvão da cobertura na componente residencial desenvolvida a escala 1:500

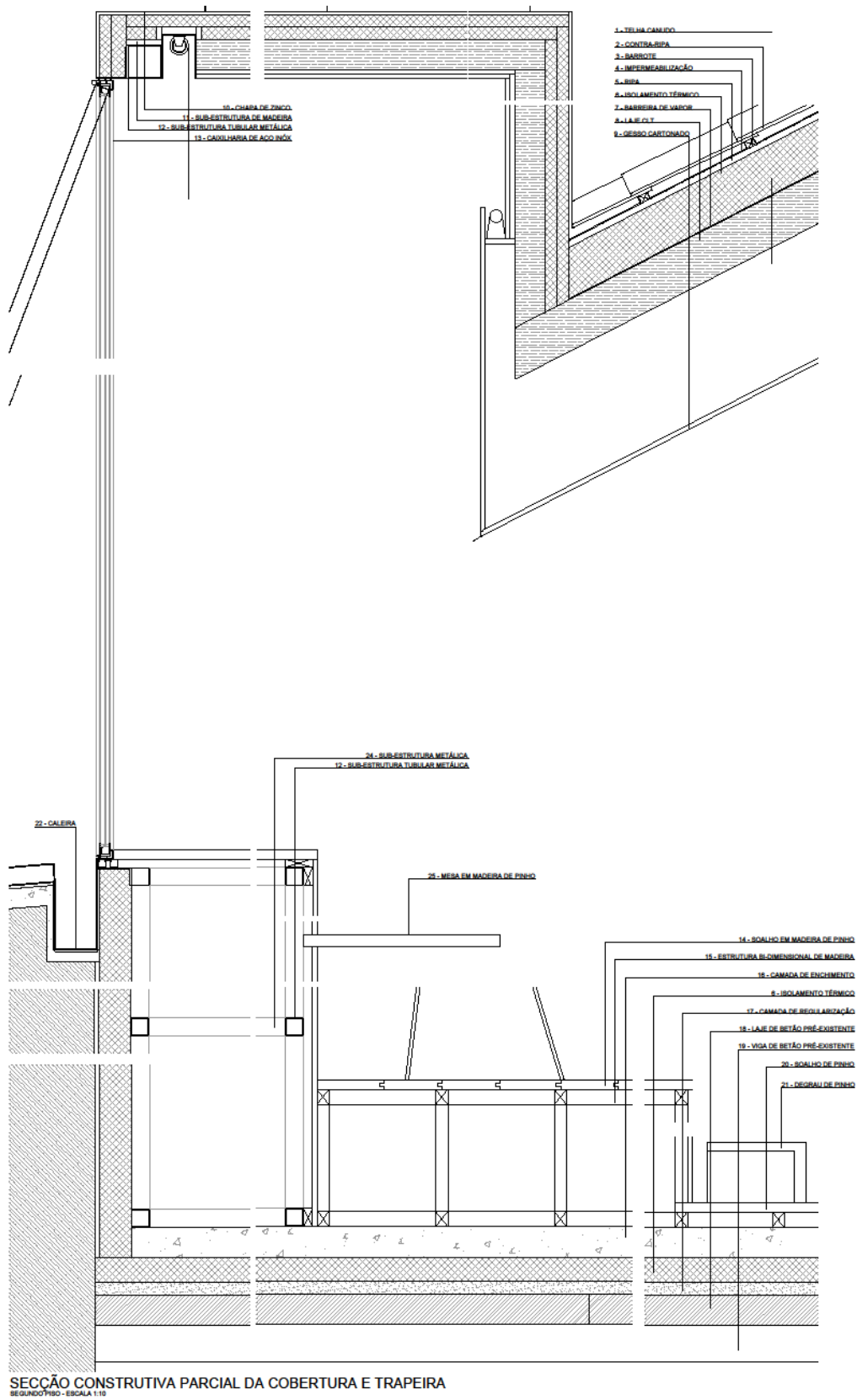


Figura 150 – Corte parcial construtivo de uma mansarda proposta. Desenvolvido a escala 1:10

Com isto, é proposta uma diferente tipologia de quarto dentro do mesmo princípio de modulação estrutural das unidades previamente abordadas. Com o maior volume de construção este registo oferece a oportunidade de uma intervenção capaz de acrescentar uma nova estrutura espacial ao palácio de são marcos, bem como uma nova dimensão material introduzida pelo soalho que reveste as lajetas pré-fabricadas do existente. Dentro dos princípios compositivos pré-existentes, e suas condicionantes, opta-se nesta situação pela autonomia da expressão arquitetónica dos materiais e elementos compositivos que este novo espaço denota (Fig. 150).

A continuidade do teto neste registo distingue o espaço de circulação, com um pé direito mais alto, dos sequenciais espaços de estudo definidos pelas mansardas propostas. Por fim, o piso do desvão da cobertura encontra uma última dimensão funcional que é definida pelas áreas técnicas situadas neste piso a norte e a sul, associadas as comunicações verticais. As mansardas marcam uma expressão identitária autónoma que, no entanto, encontra na sua composição princípios conferentes de continuidade com as fachadas do edifício, fazendo analogia a dimensão das cantarias que emolduram os vãos existentes. Construtivamente encontra na materialização de sua estrutura o mesmo princípio construtivo da nova cobertura proposta.

Refletir sobre o nível de desempenho dos elementos de construção relativamente a padrões de exigência atuais no que concerne a segurança e ao conforto constitui sempre um tema central na reabilitação. No presente trabalho esta preocupação materializa-se pela tentativa de preservação da inércia térmica das paredes exteriores em pedra.

A investigação procurou uma resposta térmica alternativa ao isolamento convencional a fim de preservar os frisos, cornijas e cantarias do exterior bem como a relação das paredes interiores com as abóbadas. Optou-se assim pela substituição do degradado revestimento pré-existente do exterior por um reboco com propriedades térmicas. Com isto o foco da intervenção situa-se na proposta de condicionamento térmico dos vãos. Propõe-se a incorporação de novos caixilhos interiores de latão de modo a preservar os caixilhos existentes como parte integrante da identidade do edifício (Fig. 151). Neste contexto, propõe-se ainda novas portadas interiores com isolamento térmico construídas a partir do reaproveitamento das carpintarias pré-existentes provenientes de compartimentos demolidos pela intervenção no primeiro piso.

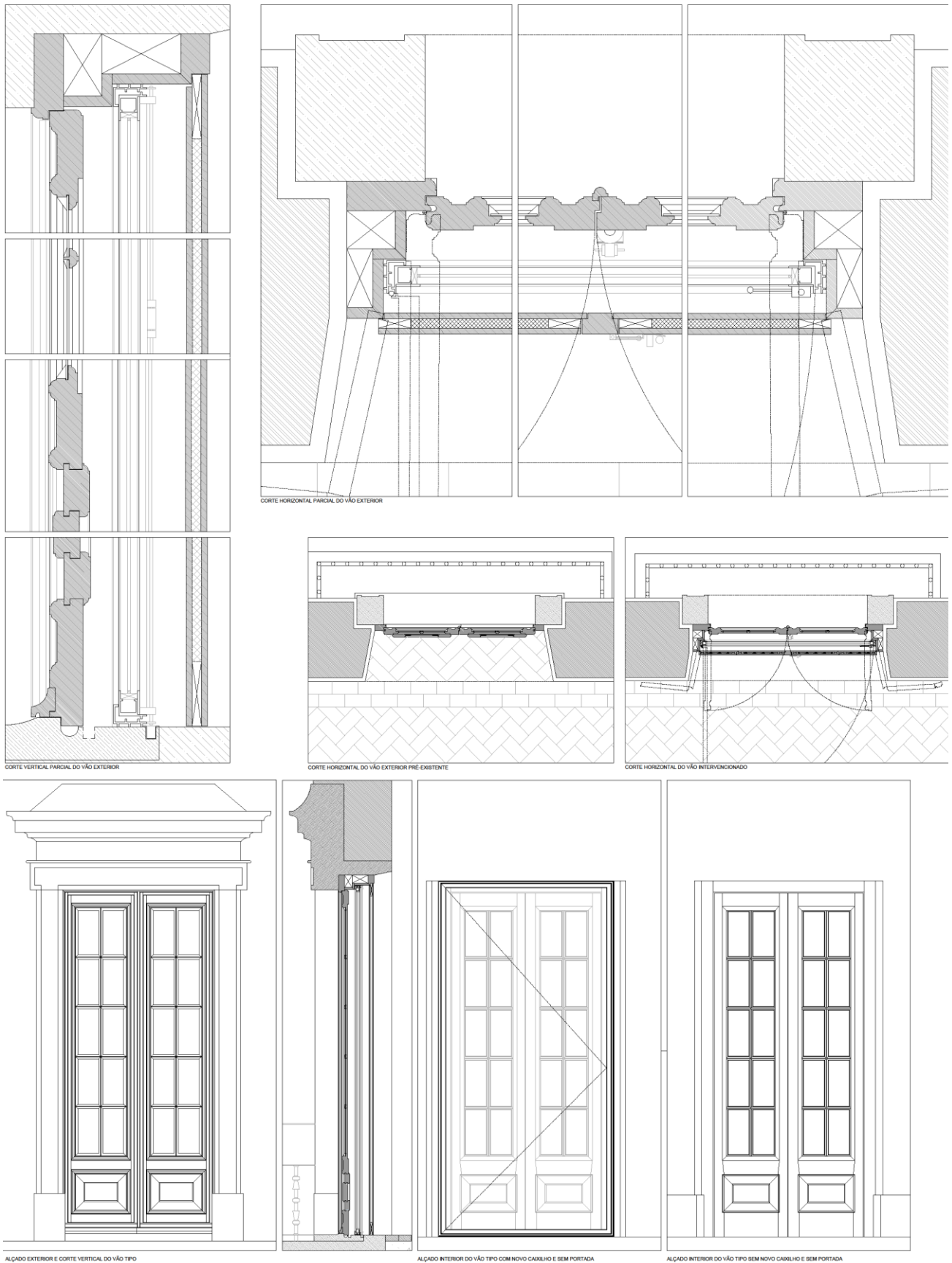


Figura 151 – Nova caixilharia proposta nos vãos do palácio. Desenhos desenvolvidos a escala 1:2

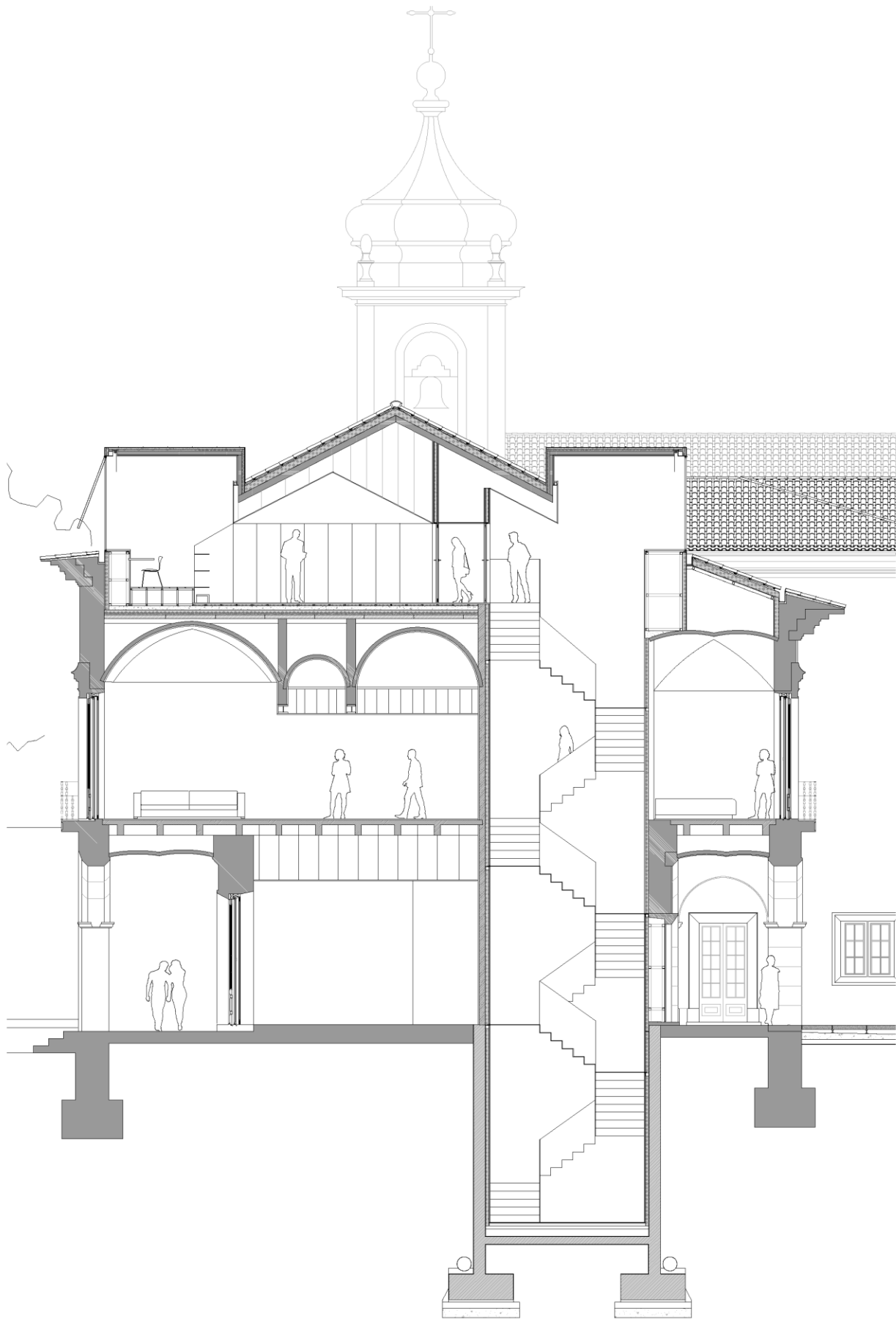


Figura 152– Corte construtivo do Palácio de São Marcos desenvolvido a escala 1:10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de reabilitação possibilita o continuar de uma história e obriga o estratificar de uma nova camada temporal no edifício edificado, a partir do estudo de suas sucessivas intencionalidades. Reabilitar significa atribuir uma oportunidade contemporânea ao edificado que, enquanto recurso disponível, pode através de um exercício de mediação cultural ser mais uma vez permeável a sociedade.

Independente ao valor histórico é a qualidade que a estrutura física de São Marcos possui de catalisar e propagar dinâmicas sociais a nível das comunidades circundantes por meio do exercício de apelo a sua memória. Através de novas construções que suplementam a condição física do edificado, para acolher vida contemporânea, o presente exercício ensina como o mais ambíguo caso de estudo é passível de ser (re)significado. Não necessariamente pela atribuição de novas formas arquitetônicas, mas, sim, pela curadoria, reparação e adequação ao contexto, que a reabilitação deve aspirar a um exercício capaz de propiciar leituras alternativas a condição romântica de estaticidade temporal do património.

A esfera do ensino superior é capaz de atribuir contemporaneidade e valor a um contexto esquecido, fazendo de seus valores de justiça social um instrumento para significar a monumentalidade do edifício pré-existente, transpondo seus valores a nova construção de maneira não meramente formal. A fim de responder ao extenso programa o valor homologa a dimensão social da educação encontrou na pré-fabricação de uma megaestrutura a materialização justa para o centro universitário. Enquanto obra pública este deve obrigatoriamente, dentro de um ideal filosófico e conceptual, ser desenhado dentro de um princípio íntegro de economia de meios; sustentabilidade e capacidade de propagação no tempo, encontrando na expressão do betão pré-fabricado o princípio mais coerente de construção de uma nova realidade.

Sustentabilidade e megaestrutura podem coexistir enquanto conceitos não antagónicos. Com este aforismo o presente exercício exprime a conclusão de que, enquanto obra não acabada, o que hoje abriga um centro universitário amanhã, ou depois, poderá responder a novos paradigmas dentro do mesmo princípio compositivo, podendo, inclusive, ter sua estrutura desconstruída e reutilizada num diferente contexto.

“It was looking at prefabrication and saying: come on, this doesn’t have to be boring. It can be quite romantic and quite exciting.” (Cook, 2020)

Referencias Bibliográficas

- ALBERTI, L. B. (2011). *Da Arte Edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ANTROP, M. (2000). Background concepts for integrated landscape analysis. *Agriculture Ecosystems & Environment*, 77(1–2), 17–28
- BRANDI, C. (2004). *Teoria da restauração* (B. Kuhl, Trad.). São Paulo, SP: Atelier Editorial.
- CARBONARA, G. (1997). *Avvicinamento al restauro: teoria, storia e monumenti*. Napoli: Liguori Editore.
- CARBONARA, G. (2013). *Architettura d’oggi e restauro. Un confronto antico-nuovo*. Torino: UTET
- CARDIELOS, J. (2016). *Mondego: O surdo murmúrio do rio*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CHOAY, F. (1992). *L’allégorie du Patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
- COELHO, M. (1983). *O baixo mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ESTEVES, J. P. A. (1979). *Convento de San Marcos*. In O instituto (pp. 215 – 242). (SI) : (s.n)
- GIL, B. (2024). O fluir da experiência e a recorrência da arquitetura. in *Fernando Távora: pensamento livre* (pp. 90-106). Porto: Fundação Marques da Silva.
- Grassi, G. (2015). *Leon Battista Alberti e a Architectura Romana*. Porto: Afrontamento
- MAGALHÃES, C. (2022). *Identidade, Intemporalidade, Efemeridade. Projeto de Reabilitação e Revitalização do Mosteiro de Santa Cruz e Área envolvente* (Dissertação de mestrado). Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, A. (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego*. (Tese de licenciatura em Ciências Geográficas). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

PEREIRA, P. M. S. (2013). *Arquitectura do Território – Mapear Paisagens do Baixo Mondego* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

RIEGL, A. (2013). *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70

VETRONE, M. (1997). *Diálogos com a Preexistência: Leitura crítica de projetos de intervenção no património cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas*. Coimbra: Universidade de Coimbra

RIBEIRO, O. (1995). *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

RIBEIRO, O. (1998). *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

RUSKIN, J. (1849). *The seven lamps of architecture*. Londres: Smith, Elder and Co.

SOARES, G. (2023). *Um novo complexo judicial para Coimbra o processo de projeto como ferramenta de experimentação, de síntese, e de controlo da organização do espaço* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SOBRAL, M. (2002). O ordenamento de recursos nas áreas litorâneas e fluviais: a problemática do regime de propriedade – O litoral em perspectiva histórica (Séc. XVI a XVIII) (p. 177-184). Porto: Instituto de História Moderna.

TRIGUEIROS, L. (1993). *Fernando Távora* (p. 116). Lisboa: Editora Blau

TAVORA, F. (1993). A Lição das Constantes, in *Teoria Geral da Organização do Espaço* (p.3). Porto: Editorial FAUP.

KOOLHAAS, R., Otero-Pailos, J. (2014). *Preservation is Overtaking Us*. Nova Iorque: GSAPP Books.

KOOLHAAS, R. (2020). *Countryside the Future*. Nova Iorque: Solomon R. Guggenheim Museum.

VIVIO, B. (2007). Il Moderno Sull'antico. Lettura Dell'intervento Contemporaneo. In *Trattato Di Restauro Architettonico*. Torino: UTET

Fontes de Imagem

Figura 1 – Esquisso da fachada principal do palácio de São Marcos.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 2 – Fachada poente do palácio de São Marcos.

Disponível em: <https://modernlov.com/wedding-palacio-sao-marcos-coimbra-sara-pedro>

Figura 3 - Fotografia aérea do Palácio de São Marcos.

Disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2017/07/mosteiro-de-sao-marcos-de-coimbra.html>

Figura 4 – A topografia do Baixo Mondego.

Elemento produzido pelo grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC.

Figura 5 – Os aglomerados urbanos e campos agrícolas do Baixo Mondego.

Elemento produzido pelo grupo I no âmbito de Atelier de Projeto IC.

Figura 6 – Imagem aérea do rio Mondego na Figueira da Foz.

Disponível em: https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2012/04/figueira-da-foz.html#google_vignette

Figura 7 – Imagem aérea de Montemor-O-Velho.

Disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Montemor-o-Velho>

Figura 8 – Imagem aérea dos campos do Baixo Mondego.

Disponível em:

Figura 9 – Imagem aérea do rio Mondego em Coimbra.

Disponível em: <https://depositphotos.com/br/photo/aerial-view-of-university-of-coimbra-at-sunset-portugal-328129698.html>

Figura 10 – Campos rurais do Baixo Mondego.

Disponível em: <https://vislumbresnatura.blogspot.com/2017/06/campos-do-baixo-mondego.html>

Figura 11 – Encostas do Baixo Mondego.

Disponível em: <https://www.evasoes.pt/o-que-fazer/montemor-o-velho-o-castelo-a-docaria-conventual-e-outras-surpresas/1018759/>

Figura 12 – Registo histórico de inundação do Rio Mondego.

Disponível em: <https://ie.pinterest.com/pin/107312403593264300/>

Figura 13 – Ilustração medieval do Rio Mondego com destaque para a zona de Santa Clara e a intensa navegação.

Disponível em: <https://meioseculodeaprendizagens.blogspot.com/2012/08/portos-do-mondego.html>

Figura 14 – Ordenamento territorial dos campos agrícolas na zona de influência do Palácio de São Marcos.

Elemento produzido pelo grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 15 – Formação de núcleos urbanos a partir dos processos de retalhação agrícola.

Elemento produzido pelo grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 16 – Fotografia de autoria do grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 17 – Fotografia de autoria do grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 18 – Fotografia de autoria do grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 19 – Fotografia de autoria do grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 20 – Fotografia retirada da Dissertação de Mestrado de Pedro Miguel Sampaio Pereira. (junho de 2013). P. 30

Figura 21 – Fotografia retirada da Dissertação de Mestrado de Pedro Miguel Sampaio Pereira. (junho de 2013). P. 70

Figura 22 – Fotografia retirada da Dissertação de Mestrado de Pedro Miguel Sampaio Pereira. (junho de 2013). P. 74

Figura 23 – Fotografia retirada da Dissertação de Mestrado de Pedro Miguel Sampaio Pereira. (junho de 2013). P. 76

Figura 24 – Edifício de São Silvestre.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 25 – Aglomerados urbanos da envolvente do objeto de estudo.

Elemento produzido por Eva Castro.

Figura 26 – Caracterização do edifício de São Silvestre.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 27 – Caracterização do estado de conservação.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 28 – Rua 25 de abril.

Fotografia do Autor.

Figura 29 – Evolução do edifício de São Silvestre.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 30 – Planta de implantação do objeto de estudo desenvolvida a escala 1:5000.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 31 – Fotografia aérea do palácio de São Marcos.

Retirada em: <https://www.vitorgordo.pt/pt-pt/fotografo-de-casamento-em-coimbra-palacio-de-sao-marco/>

Figura 32 – Planta geral do palácio de São Marcos a escala 1:1000; alçado poente; alçado sul; alçado nascente e corte transversal pelo claustro desenvolvidos a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 33 – O cruzeiro de São Marcos.

Disponível em: <https://blushmuch.com/2018/02/19/bride-business-palacio-de-sao-marcos/>

Figura 34 – O adro da igreja que remata a alameda a nascente.

Disponível em: <https://www.allaboutportugal.pt/pt/coimbra/monumentos/palacio-de-sao-marcos>

Figura 35 – Entrada formal do jardim principal.

Disponível em: <https://www.vitorgordo.pt/pt-pt/fotografo-de-casamento-em-coimbra-palacio-de-sao-marco/>

Figura 36 – Imagem aérea da plataforma poente.

Disponível em: <https://www.vitorgordo.pt/pt-pt/fotografo-de-casamento-em-coimbra-palacio-de-sao-marco/>

Figura 37 – A relação do palácio de São Marcos com as suas plataformas.

Disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2017/07/mosteiro-de-sao-marcos-de-coimbra.html>

Figura 38 – Perspetiva aérea do jardim da duquesa.

Fotografia de autoria do Professor Doutor António Bettencourt.

Figura 39 – O pombal.

Fotografia do autor.

Figura 40 – O muro de suporte do limite nascente da plataforma tardoz e o tanque.

Fotografia do autor.

Figura 41 – Demarcação estrutural do piso térreo e acessos.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 42 – Demarcação estrutural do primeiro piso.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 43 – Demarcação estrutural do alçado poente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 44 – Composição parcial do alçado poente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 45 – Fachada principal (poente) do palácio de São Marcos.
Fotografia de autoria do Professor Doutor António Bettencourt.

Figura 46 – Alçado poente.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 47 – Fachada tardoz (nascente) do palácio de São Marcos.
Fotografia do autor.

Figura 48 – Alçado nascente.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 49 – Ventilação cruzada no piso térreo do objeto de estudo.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 50 – Relação entre galerias.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 51 – O alçado sul do palácio de São Marcos.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 52 – A fachada sul a partir do jardim da duquesa.
Fotografia do autor.

Figura 53 – A condição contemporânea do limite sul.
Fotografia do autor.

Figura 54 – O átrio central.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 55 – A esquerda do átrio está situada a Ala norte do palácio de São Marcos, antigo celeiro conventual.
Elemento produzido pelo autor.

Figura 56 – Corte transversal da ala norte.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 57 – Planta do primeiro piso do palácio de São Marcos.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 58 – A ala norte no seu primeiro piso e a paisagem a partir do primeiro piso.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 59 – Corte transversal da ala norte e claustro.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 60 – O claustro.

Fotografia do autor.

Figura 61 – Planta do claustro.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 62 – Salão de atos públicos.

Fotografia do autor.

Figura 63 – Planta da ala sul.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 64 – Caracterização material do pavimento do salão de atos públicos.

Fotografia do autor.

Figura 65 – A biblioteca.

Fotografia do autor.

Figura 66 – Planta de pavimentos da biblioteca.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 67 – Planta parcial da ala sul no seu primeiro piso.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 68 – Vestíbulo da ala real e alpendre.

Fotografia do autor.

Figura 69 – Corredor principal e secundário, paralelo.

Fotografia do autor.

Figura 70 – Os aposentos da rainha.

Fotografia do autor.

Figura 71 – Os aposentos do rei.

Fotografia do autor.

Figura 72 – Corte parcial construtivo do alpendre e quarto do rei. Desenvolvido a escala 1:10

Elemento produzido pelo autor.

Figura 73 – Diagrama explicativo do sistema construtivo do palácio.

Elemento produzido pelo grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 74 – Corte parcial construtivo da ala nascente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 75 – Planta do desvão da cobertura.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 76 – Alçado parcial nascente e corte construtivo do átrio desenvolvidos a escala 1:10.

Elemento produzido pelo grupo II no âmbito de Atelier de Projeto IC

Figura 77 – Estrutura metálica de suporte da cobertura.

Fotografia do autor.

Figura 78 – Estado de conservação da cobertura.

Fotografia do autor.

Figura 79 – Caracterização espacial do piso de desvão da cobertura.

Fotografias do autor.

Figura 80 – 1. Pinázio 2. Ferragem 3. Almofada 4. Travessa superior 5. Vidro simples 6. Massa de vidraceiro 7. Travessa inferior 8. Borracha.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 81 – Planta do caixilho existente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 82 – Diferentes tipologias de caixilho na dimensão do objeto de estudo.

Fotografias de autor.

Figura 83 – Cronologia de intervenções.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 84 – A igreja de São Marcos no começo do século XX.

Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910c-f-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001624

Figura 85 – Fragmentos da ala norte devastada pelo incêndio do século XIX.

Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910c-f-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001624

Figura 86 – O claustro em ruínas.

Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910c-f-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001624

Figura 87 – A clarificação do limite sul.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 88 – Visão geral da intervenção.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 89 – Esquisso da estratégia geral de intervenção.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 90 – Axonometria programática.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 91 – Planta geral de cobertura desenvolvida a escala 1:1000.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 92 – Planta da cota + 94.00 desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 93 – Planta da cota + 89.00 desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 94 – Axonometria dos novos limites propostos em relação a condição pré-existente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 95 – Alçado poente da proposta desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 96 – Alçado sul da proposta desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 97 – Alçado nascente da proposta desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 98 – Espaço central do Kingston University Town House.

Disponível em <https://www.theguardian.com/artanddesign/2020/jan/25/town-house-kingston-university-grafton-architects-review>

Figura 99 – Sistema estrutural do estudo de caso.

Disponível em <https://www.theguardian.com/artanddesign/2020/jan/25/town-house-kingston-university-grafton-architects-review>

Figura 100 – Maquete de estudo do espaço interior desenvolvida a escala 1:20.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 101 – Axonometria estrutural.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 102 – Alçado parcial nascente.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 103 – Desenhos da pousada de Santa Marinha da Costa projetada pelo arquiteto Fernando Távora.

Disponível em <https://elarafrizenwalden.tumblr.com/post/91657574875/pousada-of-guimar%C3%A3es-hotel-santa-marinha-da>

Figura 104 – Maquete de estudo da implantação da nova construção desenvolvida a escala 1:200.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 105 – Planta do novo pátio proposto desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 106 – Maquete de estudo da implantação do pátio proposto desenvolvida a escala 1:200.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 107 – Escadarias metálicas pré-fabricadas propostas. Desenho desenvolvido a escala 1:200.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 108 – Imagem do interior do novo volume de conexão da componente pedagógica com o palácio.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 109 – Estudo de uma solução intermédia do novo pátio proposto.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 110 – O momento de entrada exterior da componente pedagógica. Desenho desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 111 – Alçado do acesso exterior proposto desenvolvido a escala 1:200.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 112 – Imagem do foyer proposto.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 113 – Corte longitudinal pela nave do foyer proposto desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 114 – Imagem do auditório proposto.

Figura 115 – Planta parcial do auditório a norte e da sala de exposições a sul desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 116 – Perfis da proposta desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 117 – Corte parcial construtivo longitudinal do auditório desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 118 – Planta parcial construtiva do auditório desenvolvida a escala 1:10

Elemento produzido pelo autor.

Figura 119 – Imagem do palco.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 120 – Imagem do pátio das salas de aulas.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 121 – Imagem das salas de aulas entre pórticos e a relação visual com a cota superior.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 122 – Corte longitudinal do pátio proposto desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 123 – Corte transversal do auditório e pátio das salas de aulas desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 124 – Estudo axonométrico de uma proposta intermédia desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 125 – Planta parcial de uma proposta intermédia desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 126 – Planta parcial do centro de investigação proposto desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 127 – Corte longitudinal ao rodapé que constrói o limite sul desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 128 – Imagem da relação da nova construção com o exterior.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 129 – Imagem da definição material dos pátios exteriores.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 130 – Corte parcial transversal do Spa desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 131 – Planta do Spa desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 132 – Imagem de estudo do tanque destinado ao desporto.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 133 – Alçado parcial do Spa e a sua relação com a fachada sul. Desenho desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 134 – Axonometria construtiva desenvolvida a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 135 – Corte parcial construtivo da nova construção desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 136 – Pormenor das caixilharias propostas desenvolvido a escala 1:2.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 137 – Planta da plataforma poente desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 138 – Estudo de uma proposta intermédia do limite sul desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 139 – O limite sul proposto desenvolvido a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 140 – O centro universitário em perspetiva a partir da plataforma nascente

Elemento produzido pelo autor.

Figura 141 – Planta de vermelhos e amarelos da intervenção no piso térreo do palácio desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 142 – Planta da proposta no piso térreo do palácio desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 143 – Corte da comunicação vertical norte proposta desenvolvido a escala 1:200

Elemento produzido pelo autor

Figura 144 – Planta de vermelhos e amarelos da intervenção no primeiro piso do palácio desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 145 – Planta da proposta no primeiro piso do palácio desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 146 – Planta parcial da proposta no primeiro piso da componente residencial desenvolvida a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 147 – Corte parcial construtivo da proposta na componente residencial desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 148 – Planta parcial da proposta no piso do desvão da cobertura na componente residencial desenvolvida a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 149 – Planta da proposta no piso do desvão da cobertura na componente residencial desenvolvida a escala 1:500.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 150 – Corte parcial construtivo de uma mansarda proposta desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 151 – Nova caixilharia proposta nos vãos do palácio. Desenhos desenvolvidos a escala 1:2.

Elemento produzido pelo autor.

Figura 152 – Corte construtivo do palácio de São Marcos desenvolvido a escala 1:10.

Elemento produzido pelo autor.

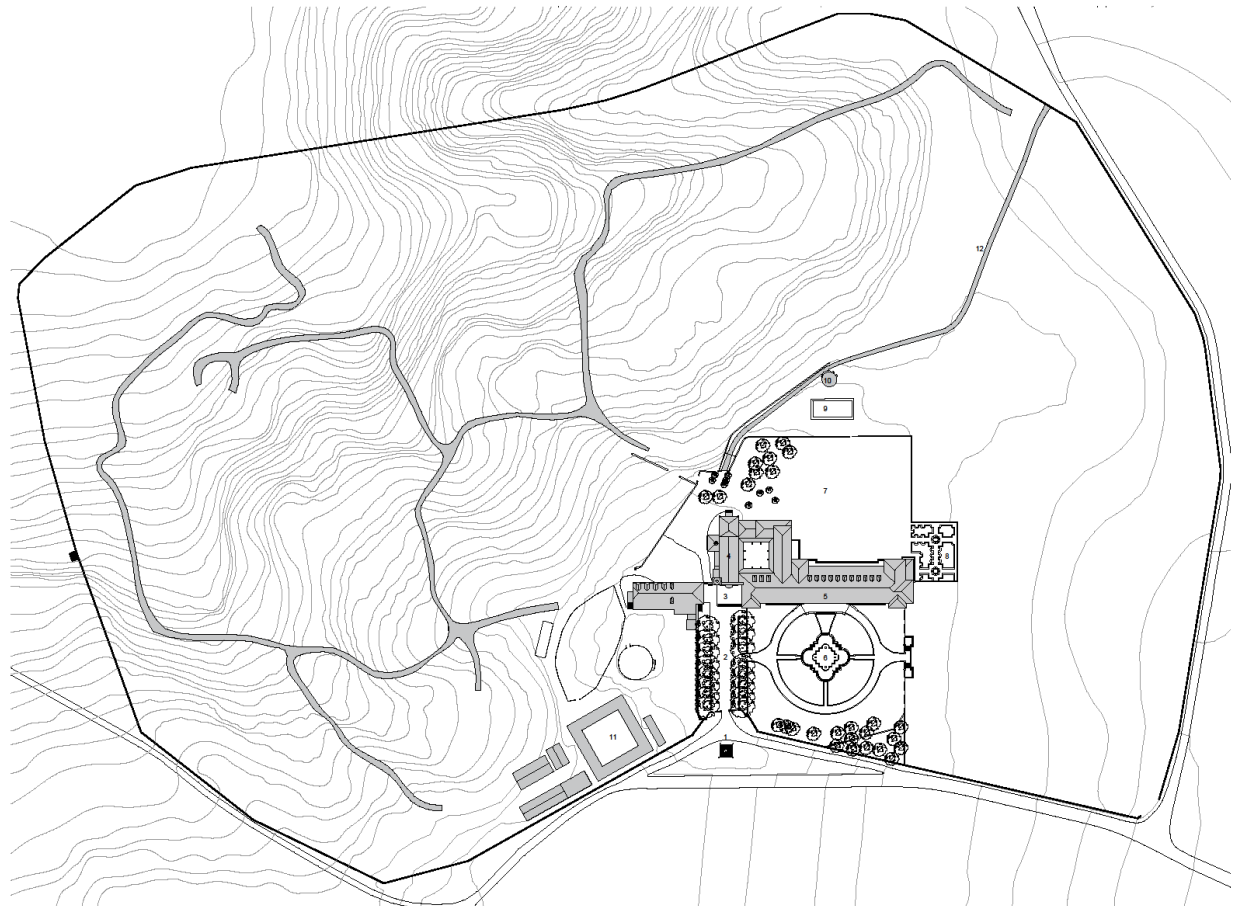
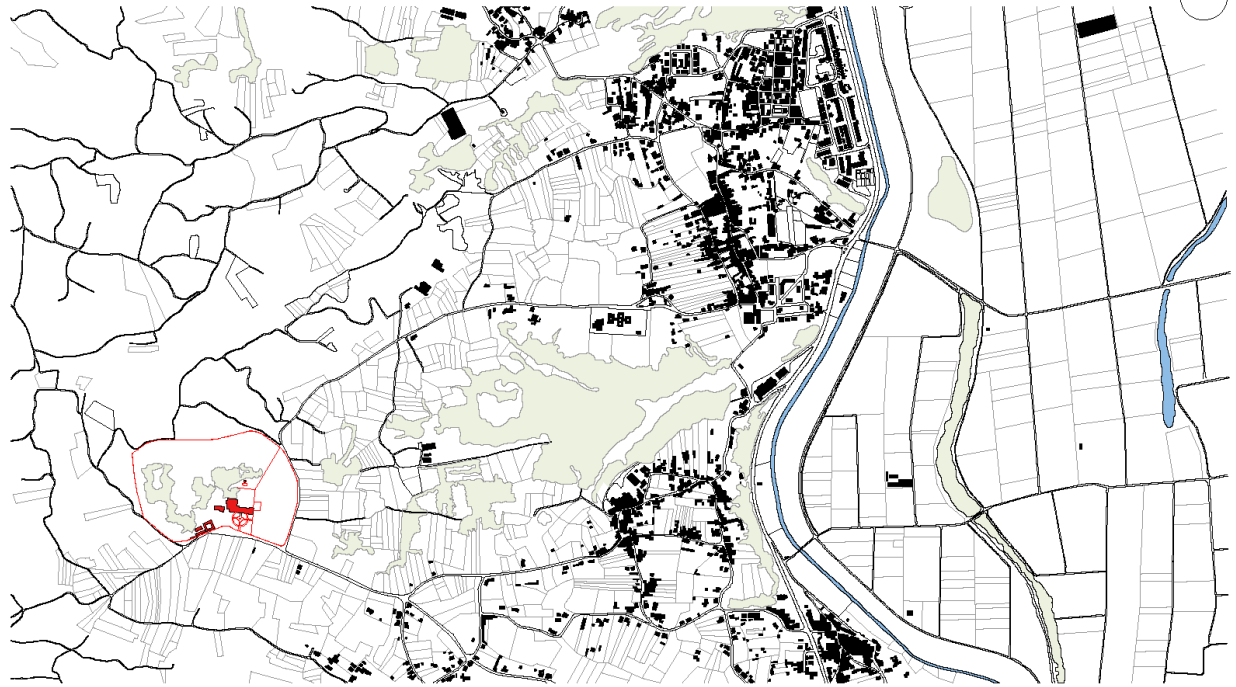
ANEXOS

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Julho de 2024
Marcelo Chiamúera | Professor Doutor António Bettencourt

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

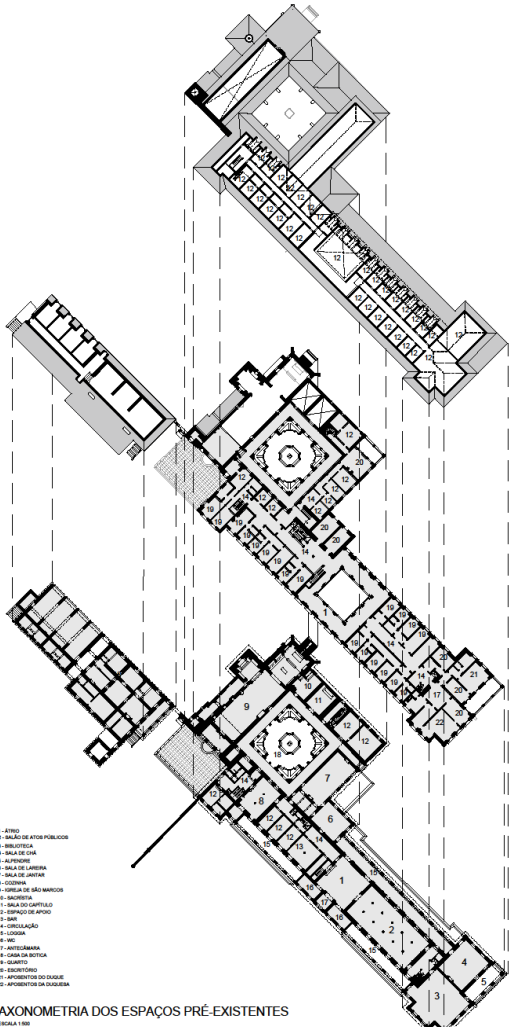
PAINÉL 1 DE 11



DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

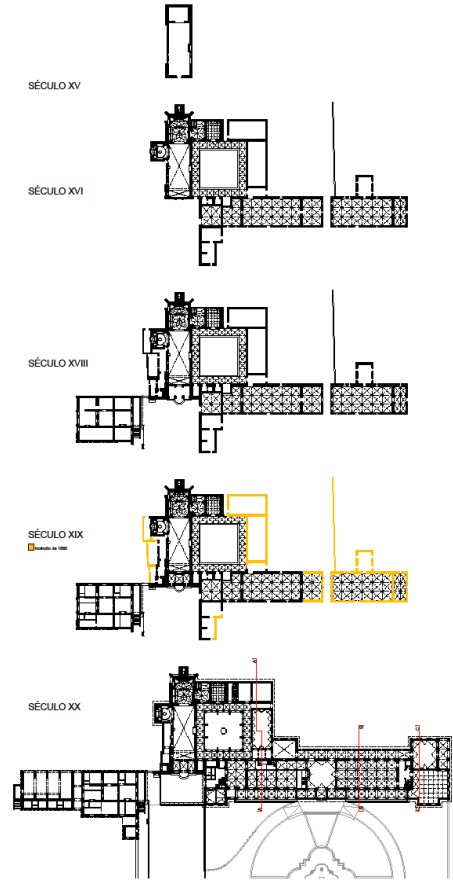
O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

PAINÉL 2 DE 11



- 1 - ALTO
- 2 - SALÃO DE ATOS PÚBLICOS
- 3 - BIBLIOTECA
- 4 - SALÃO DE DIA
- 5 - ARCADES
- 6 - SALÃO DE LARANJA
- 7 - SALÃO DE JANTAR
- 8 - COZINHA
- 9 - VESTIBULO DE SÃO MARCOS
- 10 - SACRISTIA
- 11 - SALÃO DO SANTIAGO
- 12 - SANTIAGO DE APOLO
- 13 - SANI
- 14 - CIRCULADÃO
- 15 - LOGGIA
- 16 - PÓRTO
- 17 - ANTICAMARA
- 18 - SALÃO DA REYCA
- 19 - QUARTO
- 20 - SANTIAGO
- 21 - ANEXOS DO DOUGUE
- 22 - ANEXOS DO DOUGUE

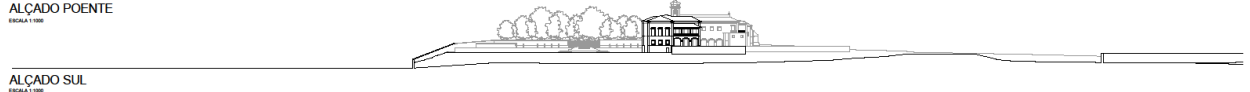
AXONOMETRIA DOS ESPAÇOS PRÉ-EXISTENTES
 ESCALA 1:100



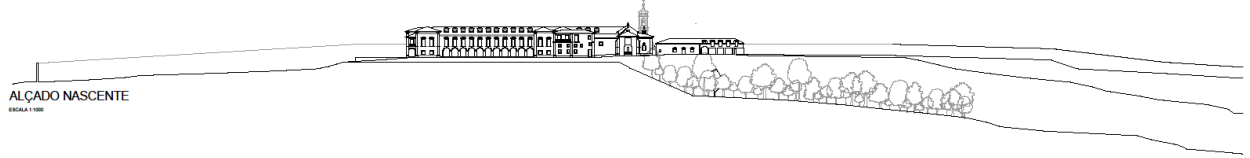
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO OBJETO DE ESTUDO
 ESCALA 1:100



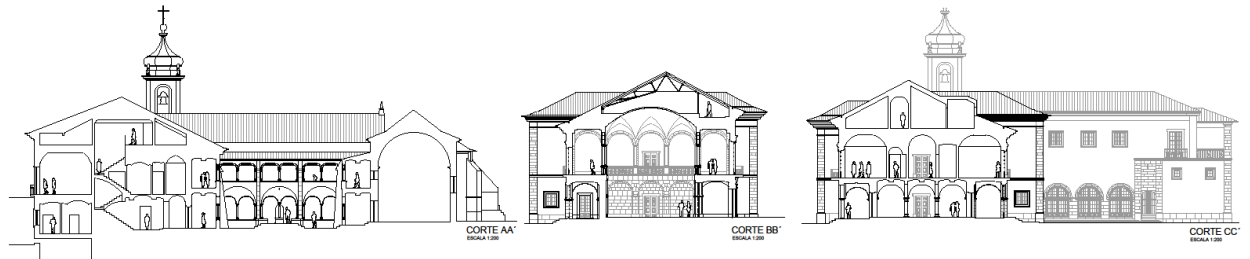
ALÇADO POENTE
 ESCALA 1:100



ALÇADO SUL
 ESCALA 1:100



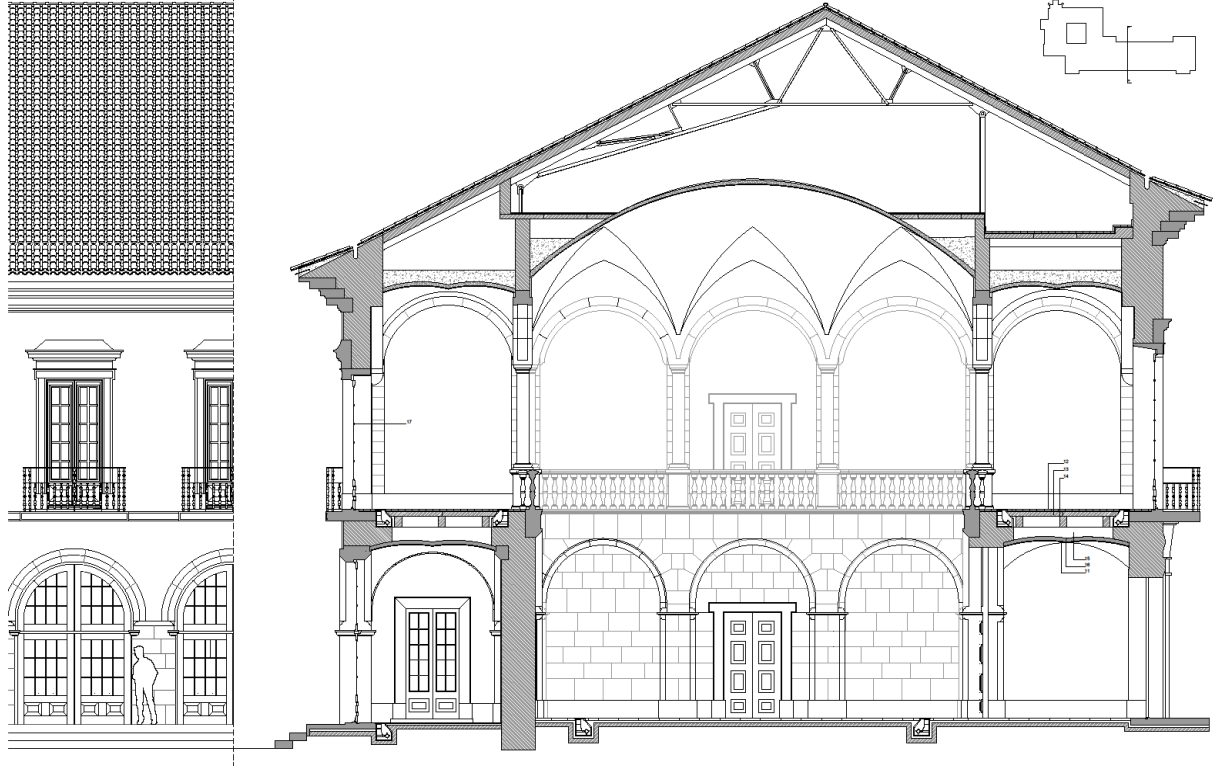
ALÇADO NASCENTE
 ESCALA 1:100



DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

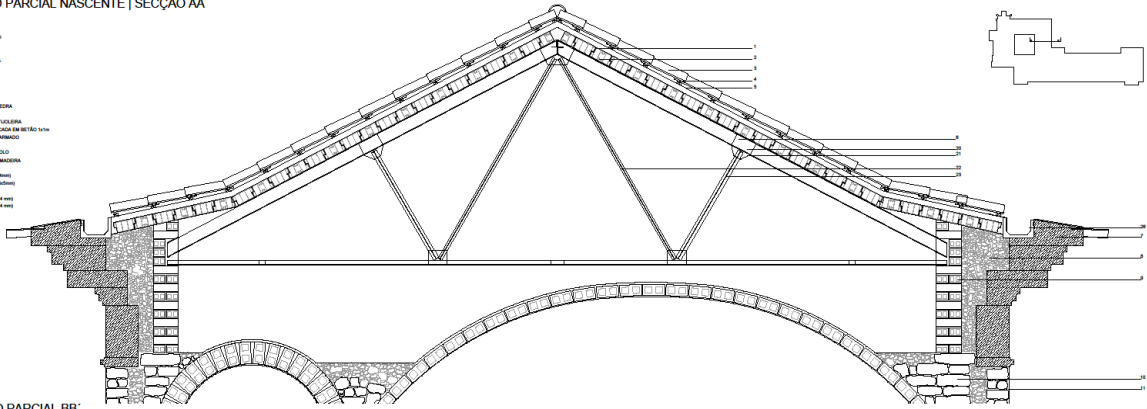
PAINÉL 3 DE 11



ALÇADO PARCIAL NASCENTE | SECÇÃO AA'

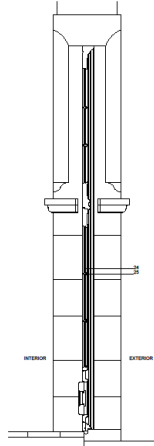
ESCALA 1:20

- 1- BLOCO GERÁDICO
- 2- BETÃO ARMADO
- 3- TELA GERÁDICO
- 4- BPA EM MADEIRA
- 5- BREVETADO
- 6- JANTA METÁLICA
- 7- CANTARIA
- 8- BREVETADO
- 9- CANTARIA
- 10- ALUMÍNIO DE FERRA
- 11- BREVETADO - 15 FOLHAS
- 12- BREVETADO DE FERRA
- 13- LAJE PRE-ARMADA EM BETÃO 15cm
- 14- VELA EM BETÃO ARMADO
- 15- BLOCO TÊRICO
- 16- MADEIRA DE TAVOLA
- 17- CANTARIA DE MADEIRA
- 18- BREVETADO
- 19- PEDELA 1 (INDICADO)
- 20- PEDELA 2 (INDICADO)
- 21- CHARRA 15 mm
- 22- PEDELA 1 (INDICAR 150)
- 23- PEDELA 2 (INDICAR 150)
- 24- VEDA-VENTOS
- 25- PAVISO
- 26- CANTARIA



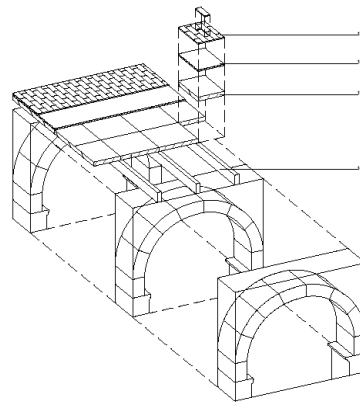
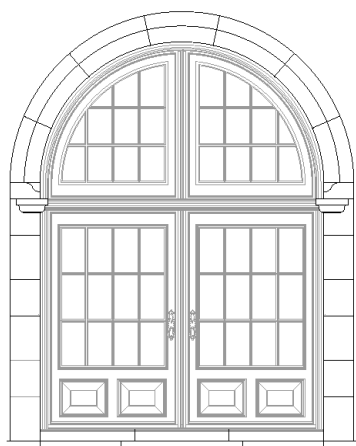
SECÇÃO PARCIAL BB'

ESCALA 1:20

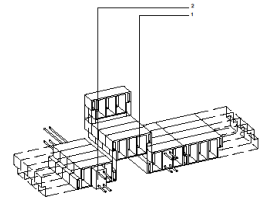


PORMENORES DA CAIXILHARIA

ESCALA 1:20



PORMENORES DO SISTEMA ESTRUTURAL

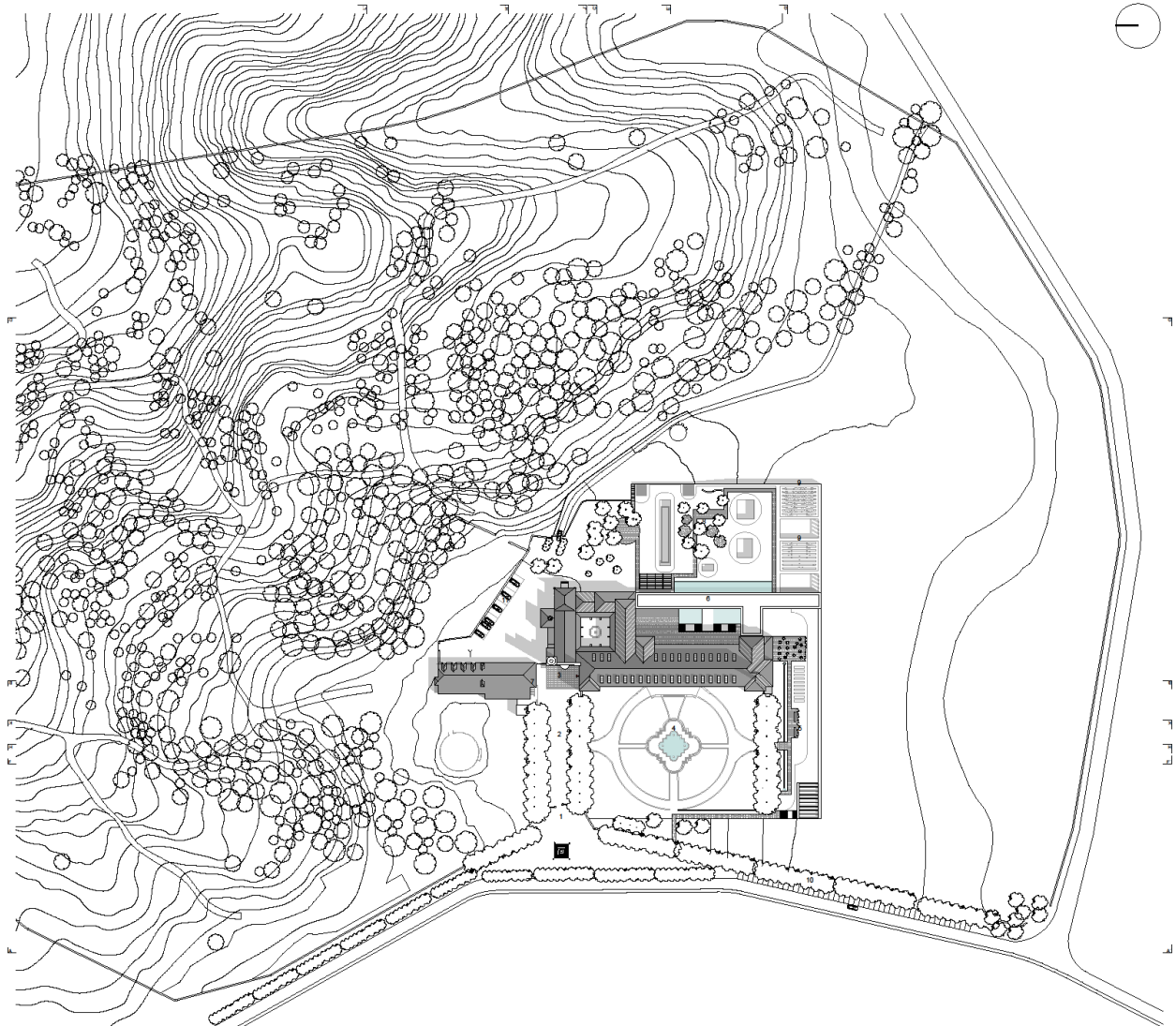


DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
Marcelo Chiamulera | Professor Doutor António Bettencourt

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

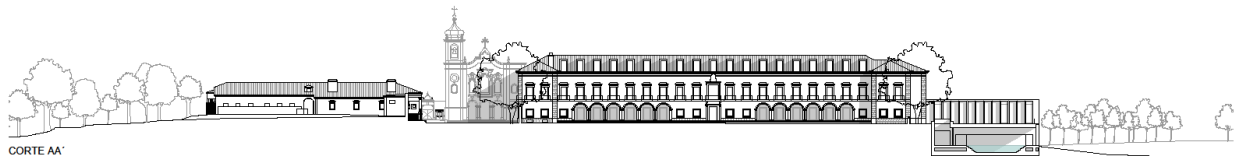
PAINÉL 4 DE 11



PLANTA GERAL DE INTERVENÇÃO

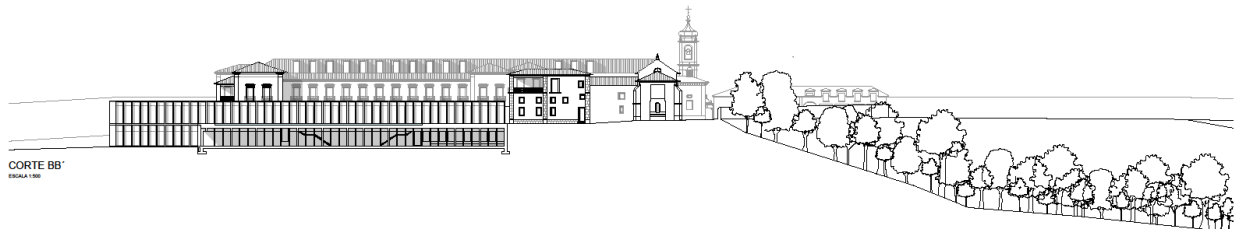
ESCALA 1:500

1 - CRUIZEIRO DE SÃO MARCOS 2 - ALAMEDA DE CHEGADA 3 - ADRO 4 - PLATAFORMA POENTE 5 - JARDIM DA DUQUESSA 6 - CLAUSTRO NOVO 7 - RESTAURANTE 8 - PLATAFORMA NASCENTE 9 - HORTA 10 - ESTACIONAMENTO PÚBLICO 11 - ESTACIONAMENTO DE SERVIÇO



CORTE AA'

ESCALA 1:500



CORTE BB'

ESCALA 1:500



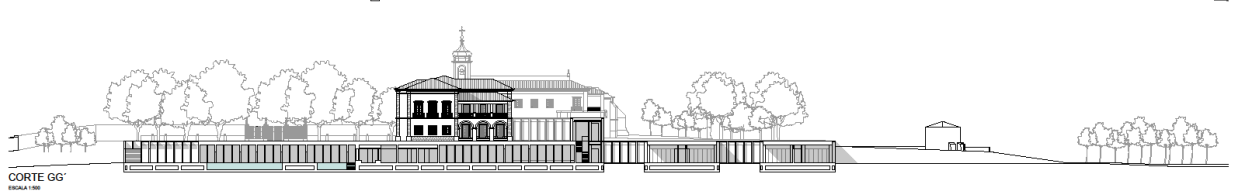
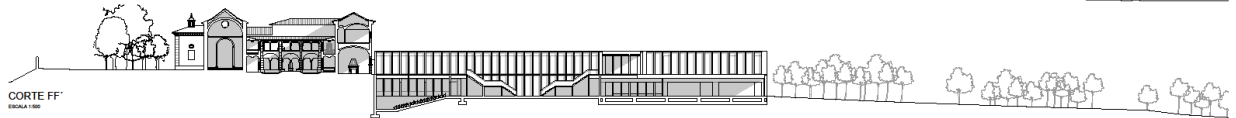
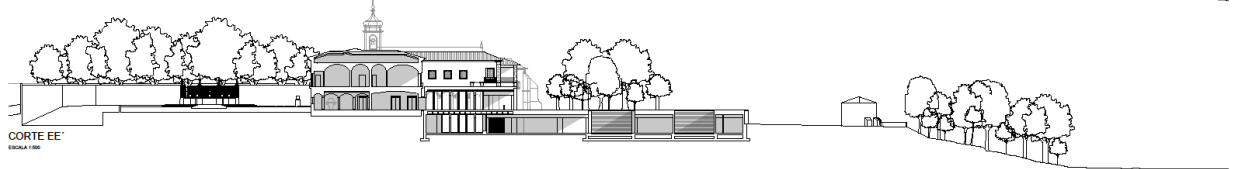
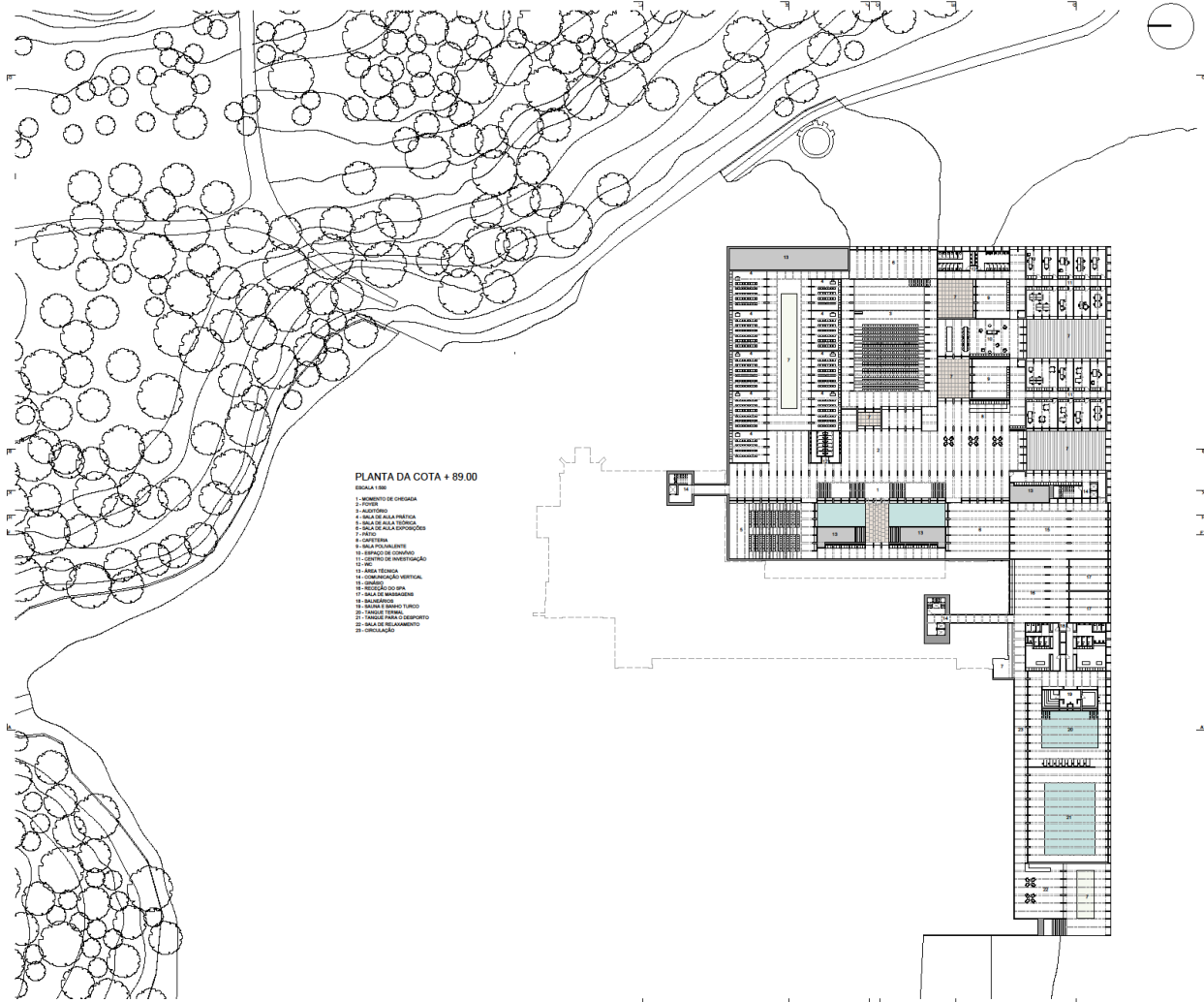
CORTE CC'

ESCALA 1:500

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

PAINÉL 5 DE 11

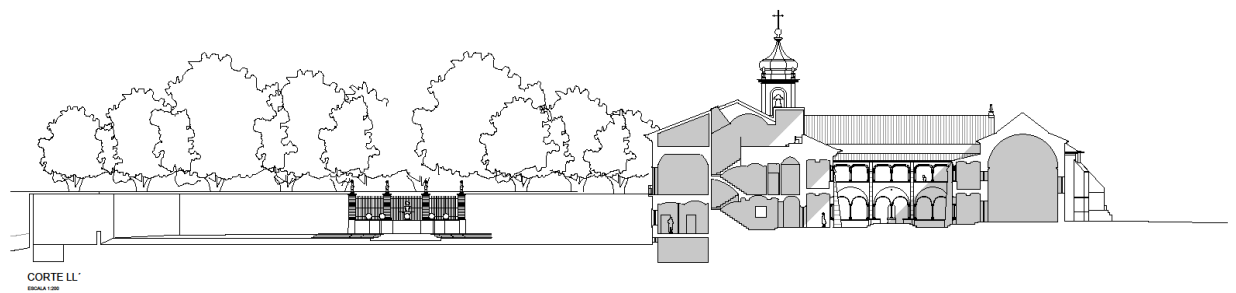
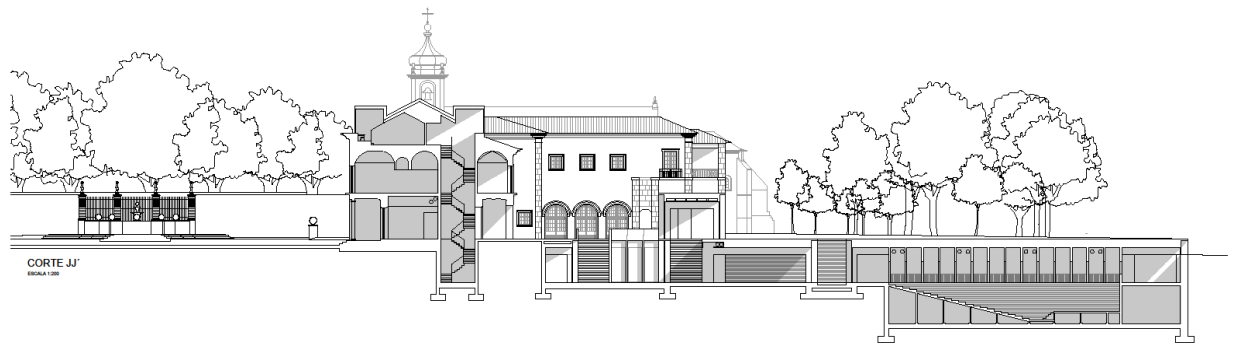
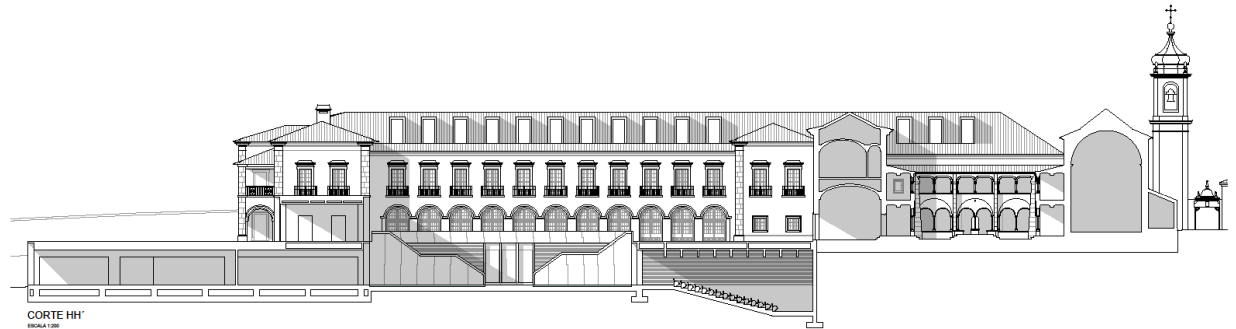


DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
Marcelo Chiamuleira | Professor Doutor António Bettencourt

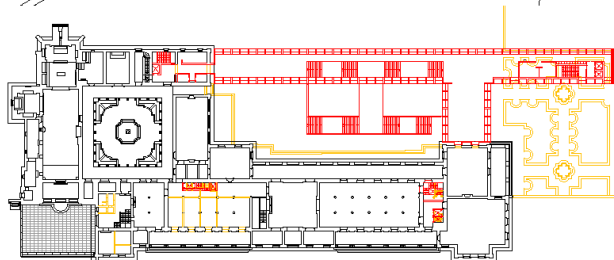
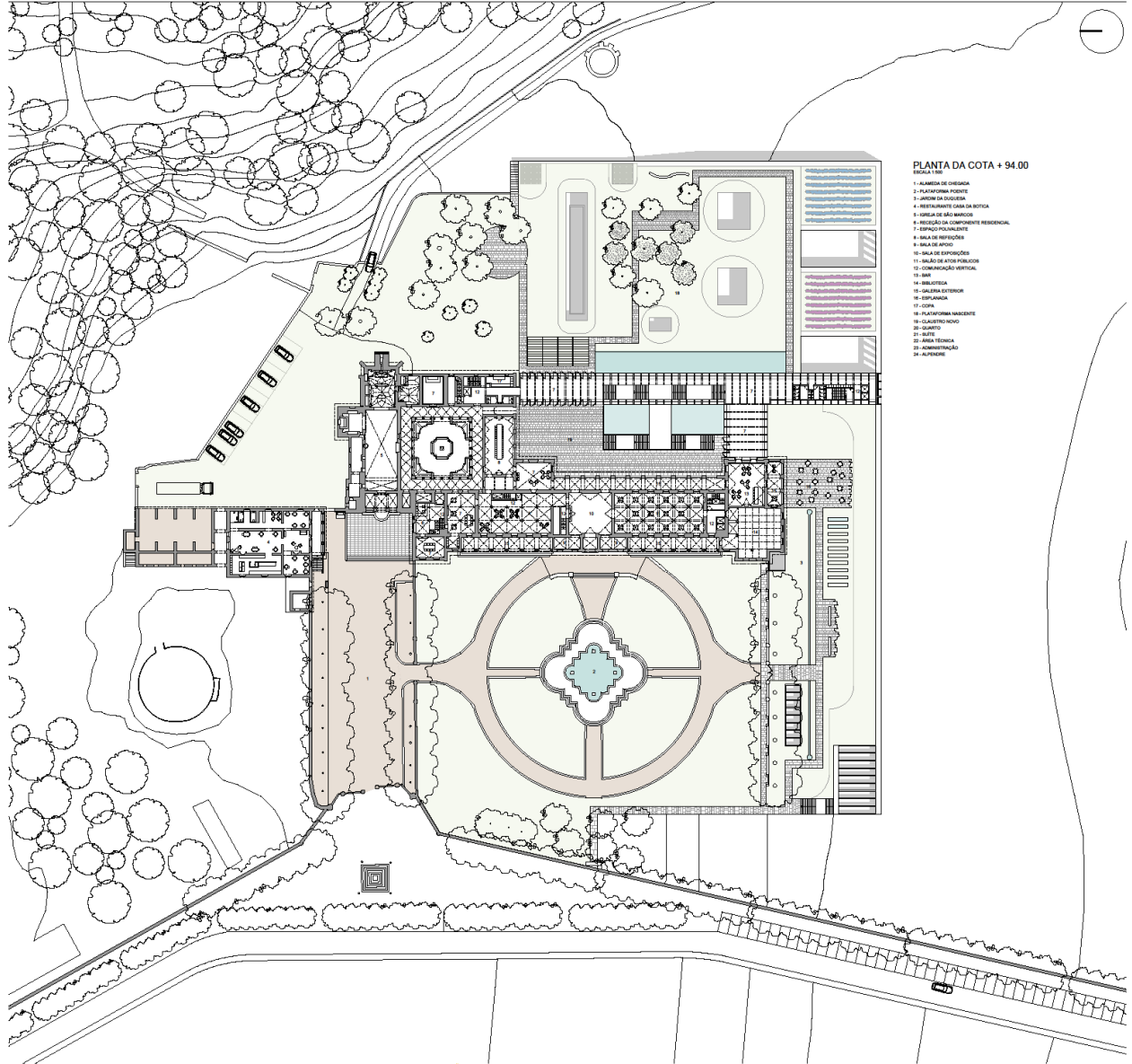
O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

PAINÉL 6 DE 11

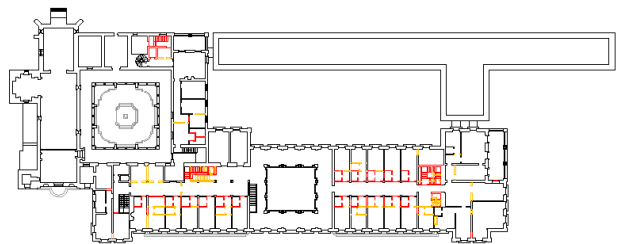


DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

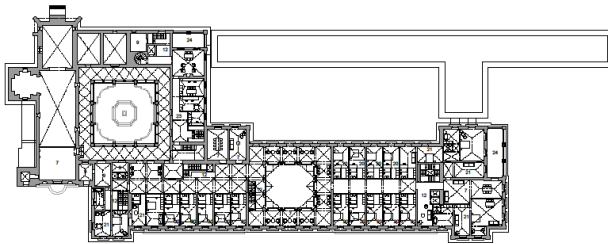
O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS



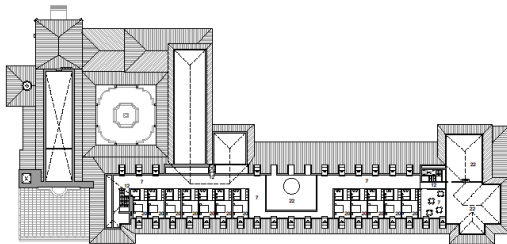
PLANTA DO PISO TERRENO
 ESCALA 1:500



PLANTA DO PRIMEIRO PISO
 ESCALA 1:500



PLANTA DO PRIMEIRO PISO PROPOSTA
 ESCALA 1:500



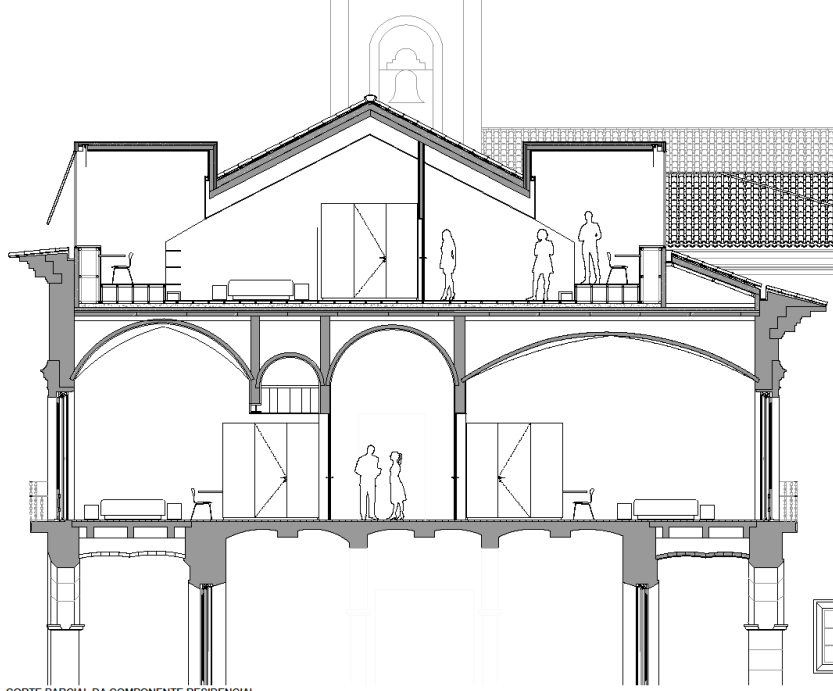
PLANTA DO SEGUNDO PISO PROPOSTA
 ESCALA 1:500

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
Marcelo Chianurlera | Professor Doutor António Bettencourt

PAINÉL 8 DE 11

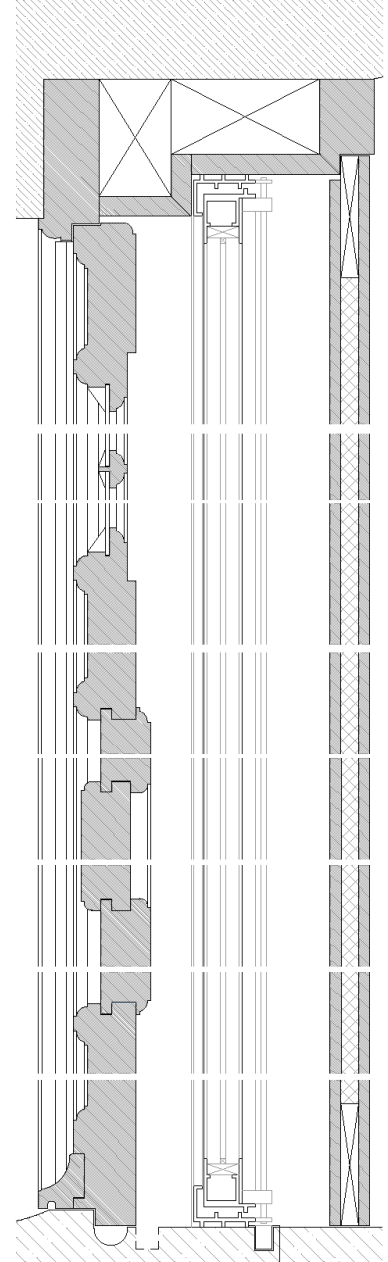


CORTE PARCIAL DA COMPONENTE RESIDENCIAL
PROJETO: ESCALA 1/20

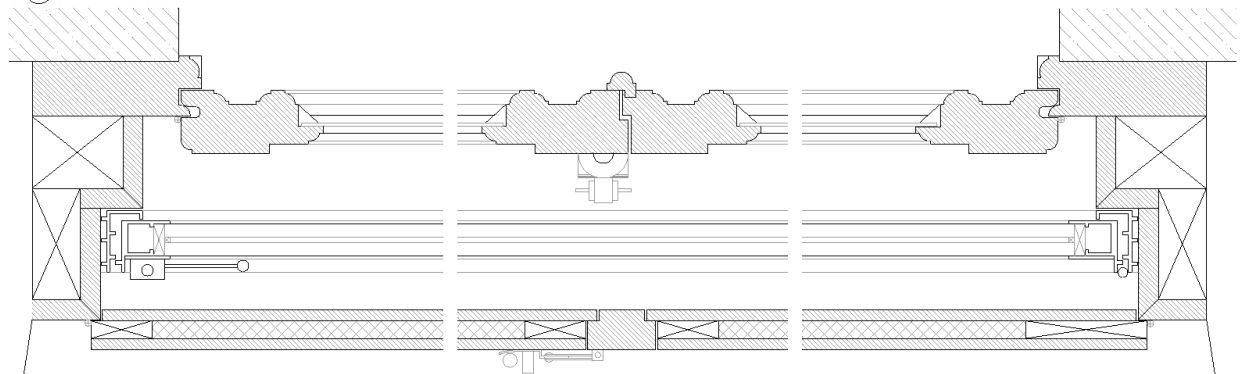


PLANTA PARCIAL DA COMPONENTE RESIDENCIAL
PROJETO: ESCALA 1/20

1- UNIDADE HABITACIONAL 2- QUARTO DE BANHO 3- ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO



SECÇÃO VERTICAL PARCIAL
PROJETO: ESCALA 1/20



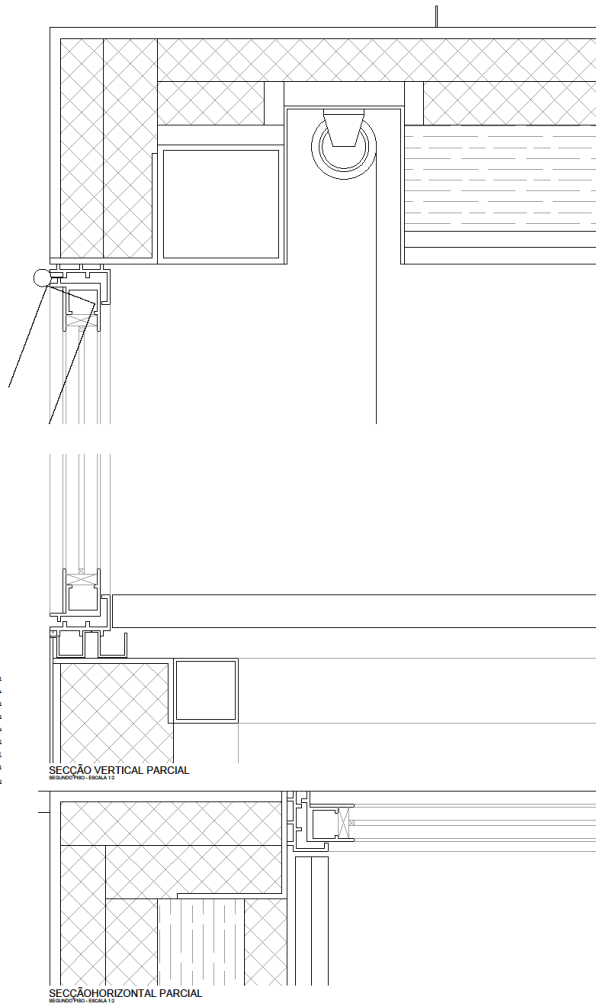
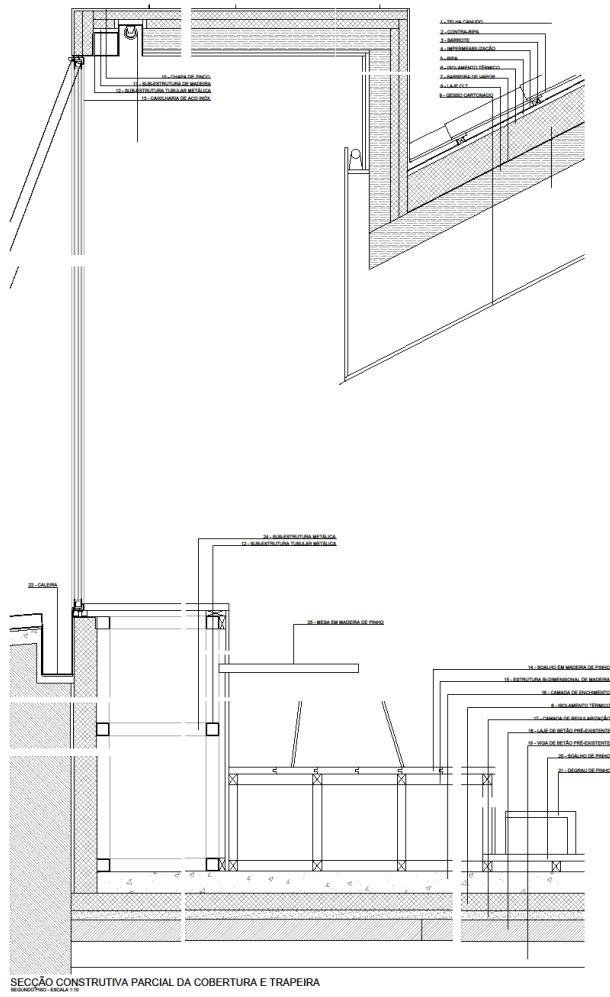
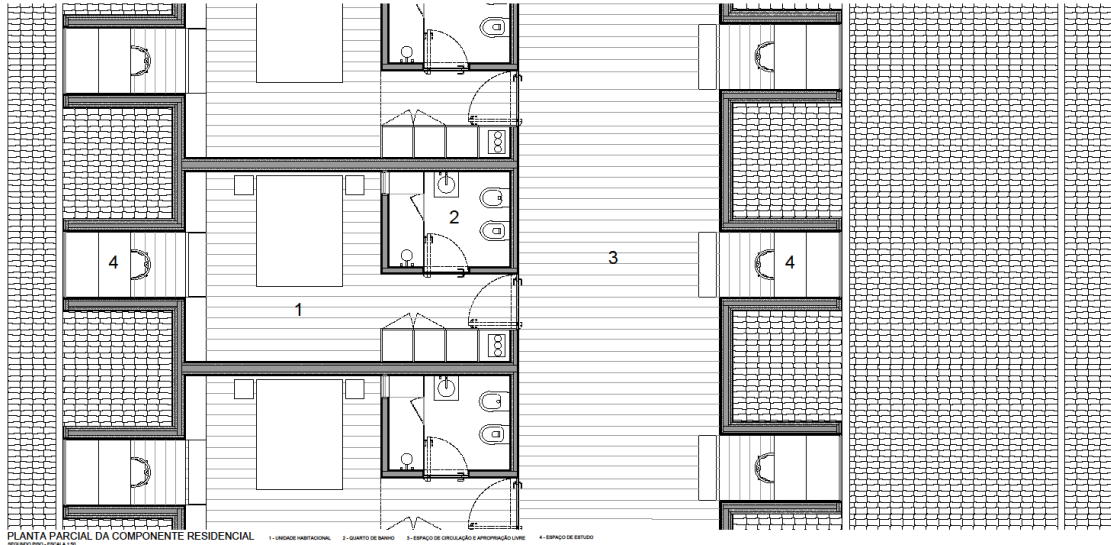
SECÇÃO HORIZONTAL PARCIAL
PROJETO: ESCALA 1/20

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
 Marcelo Chiaramera | Professor Doutor António Bettencourt

PAINÉL 9 DE 11

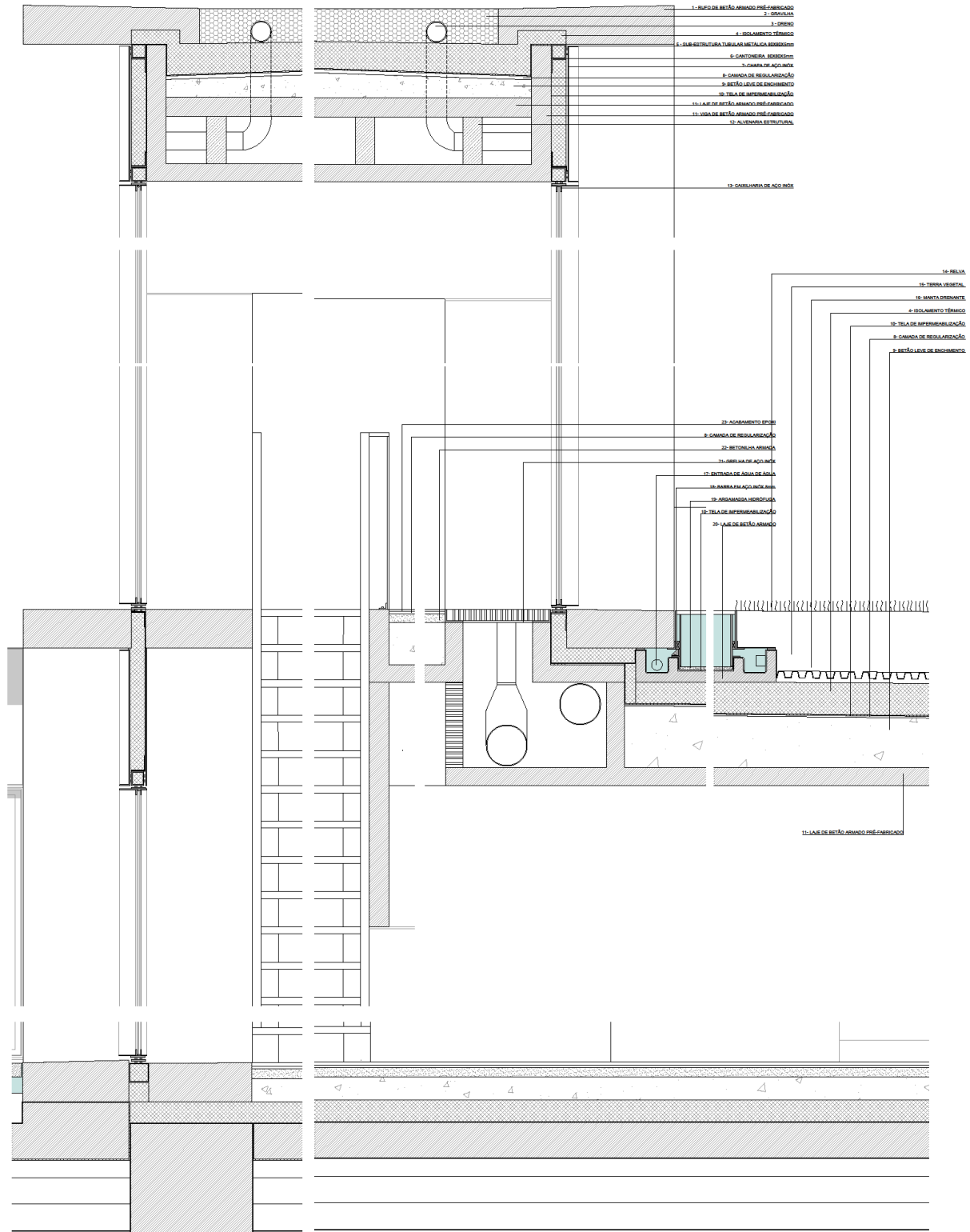


DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
Marcelo Chiamúera | Professor Doutor António Bettencourt

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

PAINÉL 10 DE 11



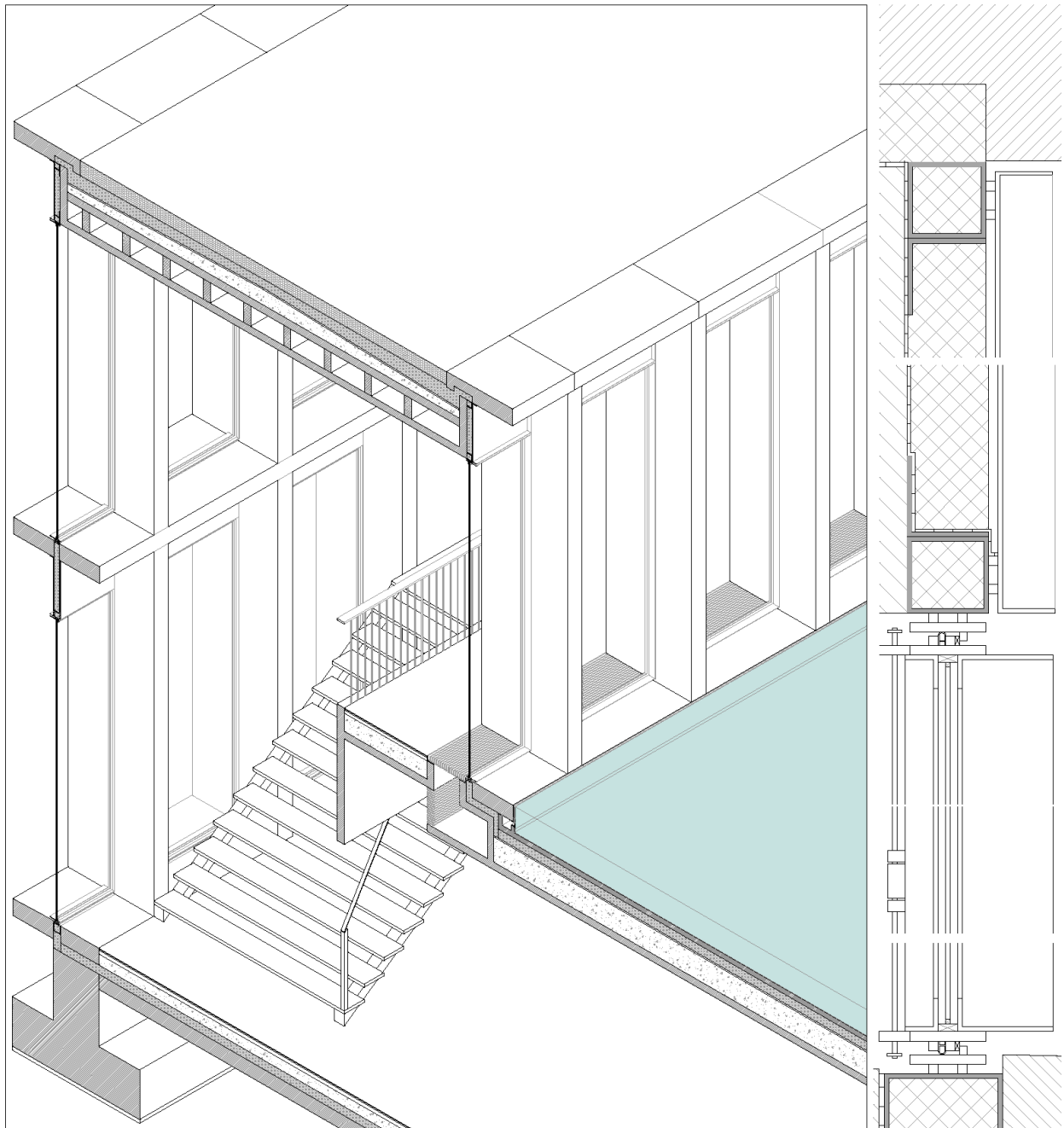
SECÇÃO PARCIAL CONSTRUTIVA
ESCALA 1/10

DAS EVIDÊNCIAS DE UM PALIMPSESTO

O DIÁLOGO COM AS PRÉ-EXISTÊNCIAS A PARTIR DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO PALÁCIO DE SÃO MARCOS

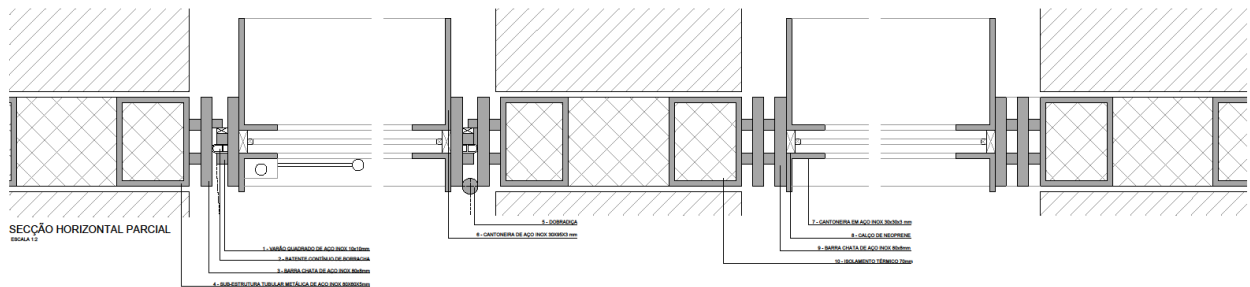
Departamento de Arquitetura, FCTUC | Junho de 2024
Marcelo Chiámlero | Professor Doutor António Bettencourt

PAINÉL 11 DE 11



AXONOMETRIA PARCIAL CONSTRUTIVA
ESCALA 1/50

SECÇÃO VERTICAL PARCIAL
ESCALA 1/5



SECÇÃO HORIZONTAL PARCIAL
ESCALA 1/5

- 1. VIGÃO QUADRADO DE AÇO INOX 100x100
- 2. MATRIZ CONCRETO DE ARMADURA
- 3. MEMBR. CORTA-DE-ÁGUA INOX 1600x800
- 4. SUB-ESTRUTURA TUBULAR METÁLICA DE AÇO INOX 80x80x3mm
- 5. SOBREFEIXA
- 6. CANTONEIRA DE AÇO INOX 80x80x3mm
- 7. CANTONEIRA EM AÇO INOX 80x80x3mm
- 8. CALDO DE RESPANTE
- 9. MEMBR. CORTA-DE-ÁGUA INOX 1600x800
- 10. ISOLAMENTO TÉRMICO 200mm